

U. PORTO

FEUP FACULDADE DE ENGENHARIA
UNIVERSIDADE DO PORTO

U. PORTO

FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE DO PORTO

Urbanismo Tático e o Planeamento Urbano: ações e reações no contexto da cidade contemporânea

LOUISE BRUNET DE FIGUEIREDO MONTEIRO

Dissertação submetida para satisfação parcial dos requisitos do grau de
MESTRE EM PLANEAMENTO E PROJECTO URBANO

Orientador: Professora Doutora Sara Maria dos Santos Rodrigues da Cruz

JULHO DE 2019

MESTRADO EM PLANEAMENTO E PROJECTO URBANO 2018/2019

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CIVIL

Tel. +351-22-508 1903

Fax +351-22-508 1446

✉ mppu@fe.up.pt

Editado por

FACULDADE DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Rua Dr. Roberto Frias

4200-465 PORTO

Portugal

Tel. +351-22-508 1400

Fax +351-22-508 1440

✉ feup@fe.up.pt

🌐 <http://www.fe.up.pt>

Reproduções parciais deste documento serão autorizadas na condição que seja mencionado o Autor e feita referência a *Mestrado em Planeamento e Projecto Urbano - 2018/2019 - Departamento de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2019.*

As opiniões e informações incluídas neste documento representam unicamente o ponto de vista do respetivo Autor, não podendo o Editor aceitar qualquer responsabilidade legal ou outra em relação a erros ou omissões que possam existir.

Este documento foi produzido a partir de versão eletrónica fornecida pelo respetivo Autor.

Este documento foi escrito em português do Brasil.

À minha família

Sempre parece impossível até que seja feito

Nelson Mandela

AGRADECIMENTOS

Penso que qualquer conquista é o resultado do somatório de influências que nos envolveram no caminho. Por isso, agradeço aos que colaboraram para que mais esta conquista se realizasse.

A Deus, agradeço pelo dom da vida e pelas oportunidades que colocou em meu caminho. À minha família, agradeço pelo exemplo de perseverança, pelo incentivo nas adversidades e pelo amor incondicional que temos uns pelos outros.

À Professora Sara Santos Cruz, agradeço pela sua presença e apoio ao longo de toda a dissertação, mesmo quando havia um oceano de distância durante a orientação. Obrigada por me transmitir calma e por me ajudar a permanecer nos trilhos certos.

À Arquiteta Letícia Fonti e à Professora Adriana Sansão Fontes, agradeço pela disponibilidade e pela colaboração para com os Estudos de Casos. As entrevistas e os materiais fornecidos foram fundamentais para a elaboração deste trabalho.

Por fim, agradeço aos amigos de longa data, e àqueles que foram meus companheiros de jornada. Aos meus colegas de mestrado e a todas as amigas que fiz em terras portuguesas, aqui registro minha gratidão.

RESUMO

Na cidade contemporânea, a criação de espaços públicos informais sugere um modo de fazer cidade que é diferente da noção convencional do planejamento urbano e da formulação de políticas, regida por profissionais. As práticas emergentes informais estimulam a capacidade dos cidadãos de desempenhar um papel distinto na modelagem do ambiente urbano. Neste âmbito, o Urbanismo Tático aponta como uma das práticas mais relevantes, por ser um movimento que possui diversos princípios do Urbanismo *DIY*, mas que também tem por premissa instigar mudanças a longo prazo. Por consequência, tem produzido impactos nas instituições públicas de planejamento, uma vez que suas ações estão se tornando uma componente cada vez mais proeminente na produção de espaços urbanos. As instituições de planejamento, então, atuam como reguladores das manifestações informais na cidade, com o poder estatal de validar ou censurar tais ações e seus resultados no espaço público.

Este trabalho tem por objetivo investigar como o planejamento urbano reage diante das ações táticas, e como o Urbanismo Tático pode incentivar interações mais inclusivas e eficientes entre os cidadãos e o poder público para solucionar problemas urbanos na escala da cidade. Para tal, procura-se compreender o contexto teórico da informalidade, da apropriação dos espaços públicos e dos movimentos de ativismo urbano, nomeadamente do Urbanismo *DIY* e do Urbanismo Tático, através da elaboração de uma revisão bibliográfica. Em adição, é desenvolvida uma revisão sobre as ações táticas e as reações no planejamento urbano: no contexto da cidade contemporânea, como um laboratório de experimentos no processo de fazer espaço. As reações são investigadas através da compreensão dos desafios e deficiências do urbanismo tradicional e a exposição dos princípios orientadores desta sinergia, com a apresentação de boas práticas, voltadas para a coprodução e para os bens comuns.

A fim de aprofundar a investigação, este trabalho elabora estudos de casos de duas intervenções de Urbanismo Tático de abordagens distintas, *bottom-up* e *top-down*, realizadas na cidade do Rio de Janeiro. É feita uma análise individual de cada intervenção tática baseada em três aspectos metodológicos: estrutura e processo, interação com as instituições públicas e impactos na cidade e na comunidade. Assim, desenvolve-se um estudo comparativo entre as duas ações por meio de uma tabela resumo com subtópicos metodológicos. Concluiu-se que, ao incluir o cidadão e o Urbanismo Tático no processo, promove-se um complemento na atuação do planejamento urbano, que valoriza a pequena escala e o temporário como forma de reação à política convencional. São feitas recomendações para a articulação das propostas *bottom-up* com políticas *top-down* e a promoção de ações táticas colaborativas sancionadas na prática do planejamento urbano.

PALAVRAS-CHAVE: urbanismo tático, planejamento urbano, informalidade, espaços públicos, coprodução.

ABSTRACT

In the contemporary city, the creation of informal public spaces suggests a way of making the city that is different from the conventional notion of urban planning and policy-making, governed by professionals. Informal emerging practices stimulate citizens' ability to play a distinct role in shaping the urban environment. In this context, Tactical Urbanism points out as one of the most relevant practices, as it is a movement that has several principles of *DIY* Urbanism, but also has the premise of instigating long-term changes. As a result, it has had impacts on public planning institutions, as their actions are becoming an increasingly prominent component of urban space production. Planning institutions then act as regulators of informal demonstrations in the city, with the State power to validate or censor such actions and their outcomes in public space.

This paper aims to investigate how urban planning reacts to tactical actions, and how Tactical Urbanism can encourage more inclusive and efficient interactions between citizens and the local authorities to solve urban problems at the city scale. To this end, it seeks to understand the theoretical context of informality, the appropriation of public spaces and movements of urban activism, namely *DIY* Urbanism and Tactical Urbanism, through the elaboration of a literature review. In addition, a review of tactical actions and reactions in urban planning is developed: in the context of the contemporary city, as a laboratory of experiments in the *placemaking* process. The reactions are investigated through the understanding of the challenges and shortcomings of traditional urbanism and the exposure of the guiding principles of this synergy, with the presentation of good practices focused on coproduction and urban commons.

In order to deepen the investigation, this work elaborates case studies of two Tactical Urbanism interventions of different approaches, *bottom-up* and *top-down*, carried out in the city of Rio de Janeiro. An individual analysis of each tactical intervention is made based on three methodological aspects: structure and process, interaction with public institutions and impacts on the city and community. Thus, a comparative study between the two actions is developed through a summary table with methodological subtopics. It was concluded that, by including the citizen and Tactical Urbanism in the process, it promotes a complement in the performance of urban planning, which values the small scale and the temporary as a reaction to conventional politics. Recommendations are made for the articulation of *bottom-up* proposals with *top-down* policies and the promotion of sanctioned collaborative tactical actions in the practice of urban planning.

KEYWORDS: tactical urbanism, urban planning, informality, public spaces, coproduction.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	VII
RESUMO	IX
ABSTRACT	XI
ÍNDICE GERAL	XIII
ÍNDICE DE FIGURAS	XV
ÍNDICE DE TABELAS	XVII
SÍMBOLOS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS	XIX
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. CONTEÚDO.....	1
1.2. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	2
2. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA	3
2.1. A CIDADE E A INFORMALIDADE	3
2.2. A INFORMALIDADE E OS ESPAÇOS PÚBLICOS	5
2.3. URBANISMO <i>DIY</i>	7
2.4. URBANISMO TÁTICO	10
2.5. SÍNTESE CONCLUSIVA.....	14
3. AÇÕES TÁTICAS E O PLANEJAMENTO	15
3.1. AÇÕES.....	15
3.1.1. O URBANISMO TÁTICO NO CONTEXTO DA CIDADE CONTEMPORÂNEA	15
3.1.2. A CIDADE COMO LABORATÓRIO	18
3.1.2.1. A abordagem laboratorial do Urbanismo Tático.....	18
3.1.2.2. A experimentação e os Laboratórios Urbanos.....	19
3.1.3. PLACEMAKING	21
3.2. REAÇÕES	24
3.2.1. O PLANEJAMENTO URBANO TRADICIONAL: PRÁTICAS, DEFICIÊNCIAS E DESAFIOS.....	24
3.2.2. O PLANEJAMENTO E O URBANISMO TÁTICO.....	26
3.2.2.1. Práticas e questões	26
3.2.2.2. Ações de Urbanismo Tático e possíveis mudanças no desenho urbano	30

3.2.2.3. Articulação entre as abordagens “top-down” e “bottom-up”	32
3.2.3. A COPRODUÇÃO NO PLANEJAMENTO	34
3.3. SÍNTESE CONCLUSIVA	37
4. ESTUDO DE CASOS	39
4.1. METODOLOGIA	39
4.2. CONTEXTO URBANO	41
4.3. AS INTERVENÇÕES ESCOLHIDAS	43
4.3.1. PRIMEIRA INTERVENÇÃO	43
4.3.2. SEGUNDA INTERVENÇÃO	44
4.4. #BECOMARAVILHA	45
4.4.1. O LABIT	45
4.4.2. ESTRUTURA E PROCESSO	46
4.4.3. INTERAÇÃO COM AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	49
4.4.4. IMPACTOS NA CIDADE E NA COMUNIDADE.....	50
4.5. RIO+PEDESTRE	52
4.5.1. ESTRUTURA E PROCESSO	52
4.5.2. INTERAÇÃO COM AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	56
4.5.3. IMPACTOS NA CIDADE E NA COMUNIDADE.....	58
4.6. ESTUDO COMPARATIVO	61
4.6.1. TABELA RESUMO.....	61
4.6.2. ANÁLISE COMPARATIVA	62
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71
ANEXOS	77

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1 – Práticas <i>DIY</i> e sua variedade de vetores.....	10
Fig. 2 – As três tendências que estimularam o desenvolvimento do Urbanismo Tático	11
Fig. 3 – Exemplo de intervenção de Urbanismo Tático em Morgan Hill, CA, EUA	12
Fig. 4 – Gráfico da relação entre agentes e perfil da intervenção tática.....	13
Fig. 5 – “Navigating SOHO walk”. Pesquisa em laboratório urbano sobre como o cérebro humano funciona durante a navegação em aplicativos de GPS, realizado pelo UCL Urban Laboratory em 2014, no Reino Unido	20
Fig. 6 – Um observador conduz um jogo de avaliação de desempenho no Astor Place, em NY, realizado pelo PPS.....	24
Fig. 7 – “Site Pre-Vitalisation”: ativação temporária em áreas de promoção imobiliária, anteriormente inativa e subutilizada futura, em NY, USA	29
Fig. 8 – “Pop-up Town Hall”: disponibilização de um espaço informal, não-governamental, para discussões cívicas, em NY, USA	29
Fig. 9 – “Park(ing) Day”: evento anual onde vagas de estacionamento na rua são convertidos em pequenos jardins públicos, no Porto, PT	30
Fig. 10 – “Intersection Repair”: requalificação dos cruzamentos de ruas do bairro, transformando-os em espaços comunitários, em Portland, USA.....	32
Fig. 11 – Site sfbetterstreets.org , portal criado para facilitar a realização de melhorias urbanas em São Francisco	35
Fig. 12 – Intervenção temporária #becomaravilha.....	44
Fig. 13 – Intervenção temporária Rio+Pedestre	44
Fig. 14 – Diagrama axonométrico da intervenção #becomaravilha.....	45
Fig. 15 – Área escolhida para a intervenção #becomaravilha: Travessa do Liceu (caminho escuro à esquerda), próxima à Praça Mauá (esplanada à direita), recém revitalizada	47
Fig. 16 – Procedimento para solicitação de Alvará de Autorização Transitória para Eventos, no Portal Carioca Digital	49
Fig. 17 – Letreiro #BECO: crítica à não inclusão do beco na revitalização da área e convite aos passantes para conhecerem o local.....	50
Fig. 18 – Pórticos, construídos com pallets, foram usados para criar enquadramentos visuais da intervenção e da área.....	51
Fig. 19 – Performance crítica à poluição da Baía de Guanabara	51
Fig. 20 – Área escolhida para a intervenção Rio+Pedestre: cruzamento das ruas São Francisco Xavier e Heitor Beltrão	54
Fig. 21 – Cronograma com as etapas da ação Rio+Pedestre	56
Fig. 22 – Organograma dos agentes envolvidos na intervenção Rio+Pedestre.....	57

Fig. 23 – Área de estacionamento convertida em espaço para o pedestre durante a intervenção	59
Fig. 24 – Remarcação do raio de curva do projeto	59
Fig. 25 – Espaços de permanência criados para o evento	60

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Caracterização dos perfis de ações táticas	31
Tabela 2 – Distribuição das tarefas pelas equipes em quatro frentes de produção	39
Tabela 3 – Distribuição das tarefas pelas equipes em quatro frentes de produção	48
Tabela 4 – Lista de entidades participantes da ação Rio+Pedestre	58
Tabela 5 – Estudo comparativo das intervenções	61

SÍMBOLOS, ACRÔNIMOS E ABREVIATURAS

CA – Califórnia

CET-Rio – Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro

DIY – Do-It-Yourself

EBA – Escola de Belas Artes

EUA – Estados Unidos da América

FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

ITDP – Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento

NY – Nova York

PPS – Project for Public Spaces

PT – Portugal

PUC – Pontifícia Universidade Católica

SMU – Secretaria Municipal de Urbanismo

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UT – Urbanismo Tático

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEÚDO

Na cidade contemporânea, a criação de espaços públicos informais sugere um modo de fazer a cidade que é diferente da noção institucionalizada do urbanismo e da prática convencional do planejamento urbano e da formulação de políticas, regida por profissionais e especialistas. As práticas emergentes informais estimulam a capacidade de grupos e indivíduos de desempenhar um papel distinto na modelagem do ambiente urbano, onde os cidadãos podem empreender iniciativas por conta própria para efetuar mudanças.

Neste âmbito, o Urbanismo Tático aponta como uma das práticas emergentes mais relevantes, uma vez que o movimento possui diversos elementos e princípios do Urbanismo *Do-It-Yourself* (Faça Você Mesmo, ou seja, intervenções urbanas feitas e financiadas pelos próprios cidadãos de uma cidade), mas também tem por premissa instigar mudanças a longo prazo. Assim, visa ser reconhecido e se consolidar não só como produto no espaço público, mas também como prática ativa na produção dos ambientes urbanos atuais.

Por consequência, o Urbanismo Tático tem produzido impactos nas instituições públicas de planejamento do território, uma vez que suas ações estão se tornando uma componente cada vez mais proeminente na produção de espaços urbanos. As instituições de planejamento, por sua vez, atuam como reguladores das manifestações informais na cidade, com o poder estatal de validar ou censurar tais ações e seus resultados no espaço público urbano.

Sob esta perspectiva, apresenta-se o seguinte questionamento: o Urbanismo Tático é projetado para buscar a aprovação e institucionalização da mudança física nos sistemas de planejamento urbano, ou é projetado para promover a transformação e a reorientação destes sistemas?

Assim, **este trabalho tem por objetivo investigar como o planejamento urbano reage diante das ações táticas no contexto da cidade contemporânea**, e como o Urbanismo Tático pode incentivar interações mais inclusivas e eficientes entre os cidadãos e o poder público para solucionar problemas urbanos na escala da cidade.

Para tal, esta dissertação procura compreender o contexto teórico da informalidade, da apropriação dos espaços públicos na cidade e dos movimentos de ativismo urbano, nomeadamente do Urbanismo *DIY* e do Urbanismo Tático, através da elaboração de uma revisão bibliográfica sobre tais temas. Complementar a isto, é desenvolvida uma revisão sobre a sinergia entre as ações táticas e as reações no planejamento urbano no contexto da cidade contemporânea. De modo a exemplificar o que foi debatido na revisão bibliográfica, este trabalho elabora estudos de casos de duas intervenções de Urbanismo Tático realizadas na cidade no Rio de Janeiro, a fim de responder aos objetivos do trabalho

e expor, por meio de casos práticos, como as autoridades locais podem aprender e trabalhar com tais iniciativas, além de acolher e legitimar esta nova forma de cidadania e de fazer cidade.

1.2 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A estrutura da dissertação que se apresenta é composta por cinco capítulos, a começar pelo presente capítulo, introdutório, que apresenta o conteúdo desta dissertação, ou seja, as definições do enquadramento, âmbito, questão, objetivos do trabalho e método utilizado.

Os capítulos seguintes, segundo e terceiro, referem-se à revisão de literatura. O segundo capítulo se dedica a construir a contextualização teórica do Urbanismo Tático, seus conceitos e sua relação direta com os processos de informalidade cada vez mais crescentes na cidade contemporânea, seja por meio da apropriação dos espaços públicos ou pela construção de movimentos de ativismo urbano.

No terceiro capítulo, descrevem-se as ações táticas frente ao planejamento urbano: no contexto da cidade contemporânea, como um laboratório de experimentos no processo de fazer espaço. Estas ações, por sua vez, geram reações nas práticas de planejamento e em suas instituições, que são investigadas nesta etapa do trabalho. Tal análise é dividida entre a compreensão dos desafios atuais e deficiências do urbanismo tradicional, a exposição dos princípios orientadores da sinergia do Urbanismo Tático com o planejamento e a apresentação de boas práticas, voltadas para a coprodução e para os bens comuns.

O quarto capítulo é dedicado aos estudos de casos, que buscam responder aos objetivos definidos nesta dissertação por meio de exemplos práticos de abordagens distintas: o primeiro *bottom-up* (“de baixo pra cima”, ou seja, iniciadas pela sociedade social) e o segundo *top-down* (iniciativas “de cima para baixo”, ou seja, iniciadas pelo Estado). Numa primeira fase, define-se a metodologia adotada e contextualiza-se os dois objetos de estudo. Posteriormente, é feita uma análise individual de cada intervenção tática baseada nos três aspectos metodológicos apresentados. Em sequência, desenvolve-se um estudo comparativo entre as duas ações de Urbanismo Tático por meio da criação de uma tabela resumo com subtópicos metodológicos. Por fim, é feita uma análise comparativa para se chegar a resultados conclusivos sobre como se apresentam as ações táticas, sob diferentes abordagens, frente ao planejamento urbano, a fim de sugerir boas práticas para esta interação entre as instituições de planejamento e as iniciativas comunitárias.

No último capítulo sintetizam-se as principais conclusões e recomendações.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

2.1 A CIDADE E A INFORMALIDADE

Atualmente, a informalidade é fortemente lançada como um dos principais desafios contemporâneos ao planejamento urbano e também como uma das principais questões enfrentadas pelas cidades e por seus habitantes.

Estabelecer a distinção entre o “formal” e o “informal” tem sido um tema recorrente na teoria do urbanismo e do planejamento. Segundo McFarlane (2012), tal distinção é, atualmente, um recurso multifacetado para nomear, gerenciar, governar, produzir e até mesmo criticar cidades contemporâneas.

Segundo Porter (2011), a informalidade está associada a modelos de habitação e comércio que ocorrem fora das estruturas e processos legais formais. Em termos de assentamentos urbanos, é mais frequentemente estudada no contexto do desenvolvimento de favelas na periferia de cidades em rápido crescimento. Em termos econômicos, é mais frequentemente relacionado a vendedores ambulantes, migração de mão-de-obra e trabalhadores empregados e explorados ilegalmente (Porter, 2011). Estes são fenômenos que vêm aumentando em escala global.

McFarlane (2012) aponta que a informalidade ocupa um espaço contraditório, dado que é frequentemente visto como um produto da modernidade urbana e da liberalização econômica, aspectos que estão, supostamente, dentro dos domínios da esfera “formal”.

Existem várias maneiras, então, de definir a informalidade, e há um debate considerável sobre essas definições. Segundo Porter (2011), uma das formas mais utilizadas de definir o contexto é posicioná-lo como o assentamento e uso do solo desordenado, sem controle e ineficiente. Nesse sentido, a autora argumenta que a informalidade é tida como fundamentalmente diferente das noções ordenadas, reguladas e eficientes do uso e ocupação planejados do solo.

Assim, a informalidade se torna o oposto em relação aos espaços planejados e ordenados e, portanto, é vista como um problema de política urbana. Para Porter (2011), há um longo e crítico debate sobre como certos lugares e certos grupos são transformados em “problemas descontrolados” e formas ilegítimas de organização social. O informal é desvalorizado como não apenas legalmente ilegítimo, mas também visual, social e espacialmente ilegítimo (McFarlane, 2012). De fato, tal interpretação pode ser vista como um mecanismo produzido ativamente que suporta o poder daqueles definidos como modos legítimos e formais de vida urbana. Intimamente relacionado a isso, McFarlane (2012) defende que há uma concepção de informalidade como um “idioma de urbanização”.

Para Roy (2009), a informalidade é também um modo de produção de espaço definido pela lógica territorial da desregulamentação. Constantemente posicionada na dicotomia do que é legal e ilegal,

autorizado e não autorizado, legítimo e ilegítimo, a informalidade, segundo Roy, pode ser interpretada como um estado de exceção e ambiguidade.

Este termo possui muitas conotações diferentes e divergentes. O senso comum é aquele que associa a informalidade a paisagens de pobreza, mais especificamente às favelas. Em contraste, no âmbito do planejamento, a informalidade, de acordo com Innes et al. (2007), significa estratégias de planejamento que *"não prescrevem nem proíbem quaisquer regras"* (citado por Roy, 2009, p. 8).

Em congruência, Guha-Khasnobis et al. (2006) concebe informalidade como formas organizacionais além do alcance dos mecanismos oficiais de governança. Sob esta ótica, o informal emerge como aquele sobre o qual o governo tem pouco ou nenhum impacto (citado por McFarlane, 2012).

No entanto, conforme argumenta Roy (2009), a ideia de atividades fora do alcance do governo depende da suposição de que a influência do governo só pode ser entendida em termos de uma presença visível e clara. Mas, na prática, o alcance governamental também opera na medida em que permite ou impede as possibilidades de uso e apropriação dos espaços da cidade.

Complementar a esta ideia, Roy (2009) aponta que o Estado muitas vezes usa da informalidade como um instrumento de autoridade e acumulação de riquezas, ao estipular algumas práticas e espaços urbanos como "foras da lei", possibilitando, assim, uma forma singular de desenvolvimento urbano elitizado. Sob o mesmo propósito, segundo Porter (2011), está a formalização da informalidade urbana, que não tem como objetivo final melhorar as condições humanitárias das pessoas que vivem e trabalham em condições informais. Trata-se também e principalmente de reestruturar as relações de propriedade para acumulação e controle.

Assim, a informalidade foi concebida como um valor negociável, onde as distinções entre formal e informal emergem na prática. *"Se a formalidade opera através da fixação de valor, incluindo o mapeamento do valor espacial, então a informalidade opera através da negociação constante de valor"* (Roy e AlSayyad, 2004, p. 5, citado por McFarlane, 2012).

Em adição, Porter (2011) afirma que a noção de direitos de propriedade é uma das formas mais concretas e poderosas que faz com que a ilegitimidade acabe por ser instaurada em torno da informalidade. A maioria dos empates do planejamento urbano é sobre propriedade. Neste modelo, uma distinção fundamental é feita entre os direitos de propriedade públicos e privados. A propriedade pública consiste em terras estatais e controladas, e a propriedade privada é de propriedade individual.

Um resultado comum é que o planejamento se torna uma atividade e um processo preocupado em regular e mitigar os direitos de uso de um proprietário privado formalmente identificado contra os direitos de uso mais indefinidos de outros (Porter, 2011). Porter afirma que a propriedade comum, em ambientes urbanos, é quase invisível na teoria e na prática do planejamento, principalmente porque as definições limitadas sobre o que constitui a propriedade expõe a imensa dificuldade atual de reconhecer a propriedade comum como tal. Ou seja, a propriedade comum não parece propriedade porque não existe um conjunto unitário ou estável de direitos de posse.

Contudo, as propriedades públicas estão em toda parte e, por isso, quando o poder público e a sociedade não os veem, não se enxerga também partes inteiras de espaços urbanos e elementos significativos das relações entre pessoas e o ambiente (Porter, 2011, p. 117).

No âmbito acadêmico e nos estudos urbanos, a esfera da insurgência e da informalidade se entrelaçam. A insurgência tem origem na contestação política das relações de legalidade e ilegalidade, o reconhecido e o criminalizado e o incluído e o marginalizado. A insurgência desafia a lógica territorial da informalidade, criada pelas próprias instituições de planejamento.

Portanto, como Roy (2009) afirma, a informalidade não se apresenta como um conjunto de ações não autorizadas que estão além do alcance do planejamento urbano, mas sim como parte do próprio processo de planejamento, no momento em que algumas atividades são classificadas como regulares e outras como irregulares.

2.2 A INFORMALIDADE E OS ESPAÇOS PÚBLICOS

O espaço público tem um papel fundamental na vida das cidades e na cultura urbana, onde representam a esfera pública e a vida pública. Espaços urbanos como ruas, praças, templos, mercados e parques são, há muito tempo, os centros de vida cívica dos moradores urbanos. Eles oferecem oportunidades de reunião, socialização e recreação, como também oportunidade de protestos, demonstrações e apropriações.

Segundo Hou (2010), espaços abertos urbanos, como parques e praças, proporcionam alívio dos distritos urbanos densos e da vida cotidiana estruturada. Como arquitetura cívica, eles se tornam expressões coletivas de uma cidade, assim como coletânea de memórias pessoais. Como lugares onde eventos históricos importantes tendem a se desdobrar, os espaços públicos são imbuídos de significados coletivos importantes, tanto oficiais como não oficiais.

O trabalho na área dos espaços públicos e seu possível valor social ganhou destaque nas décadas de 1970 e 1980 com o trabalho de investigação de William H. Whyte (1980) sobre o que torna os espaços públicos bem sucedidos.

Lefebvre (1968) argumenta que, devido às muitas camadas em que um lugar existe, um lugar será, portanto, um espelho para a sociedade que o criou. O autor considera os espaços como ferramentas sociais, lugares de pensamento e ação e, como tal, lugares dos quais o poder poderia ser exercido. Na noção de Lefebvre do *Direito à Cidade*, inicialmente concebida em seu livro de mesmo nome *Le Droit à la Ville* (1968), indivíduos e coletivos agem fora de estruturas hegemônicas para moldar sua experiência de acordo com suas próprias necessidades. “*O direito à cidade é muito mais do que a liberdade individual para acessar recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos ao mudarmos a cidade*” (Harvey, 2008, p. 23).

Também segundo Lefebvre (1991), em *The Production of Space*, a produção de espaço é um processo contestado. Diferentes atores buscam determinar, por meio de interesses individuais e coletivos, para o que e para quem a cidade deve atender. Portanto, a produção e destruição dos espaços urbanos são produtos de complexas relações e mecanismos de poder. Entre os recursos mobilizados nesses empates pelo poder estão: os direitos de propriedade, os códigos de planejamento urbano, o direito, diferentes técnicas e tecnologias de policiamento, a educação, a socialização, o trabalho e o capital (Iveson, 2013).

Somado a isto, alguns autores apontam o espaço público como uma conquista democrática que, segundo Borja e Muxí (2001, citado por Sansão Fontes 2014), implica iniciativa, conflito e risco, além de legitimidade, poder, alianças e negociação. Esta conquista refere-se aos espaços residuais ou devolutos que foram reconquistados de diferentes situações de perda, como abandono, violência, transformações urbanas e privatizações, e foram reconvertidos em espaços coletivos.

Watson (2006) argumenta que o espaço público está sempre, em algum sentido, em estado de emergência, nunca completo e sempre contestado. Segundo o autor, é através da contestação e do confronto e luta que o direito ao espaço público pode ser mantido e como a justiça social pode ser promovida. Para ele, é através das ações e ocupação proposital de um espaço que faz dele público.

Muitas publicações recentes vêm abordando aspectos de usos informais dos espaços públicos urbanos. Em *Loose Space* (Frank e Stevens, 2006), os autores argumentam que os usos não intencionais têm a capacidade de flexibilizar os significados dominantes de locais específicos, dando origem a novas percepções, atitudes e comportamentos. Em *The Informal City*, Laguerre (1994) explora a informalidade urbana como “*local de poder em relação à disciplina externa e ao poder de controle*” (*ibid.*, p. 2). Em contraste com os espaços e práticas formalizados, a informalidade urbana é “*a expressão da liberdade do indivíduo*” (*ibid.*, p. 24).

Presente na rotina de grande parte das cidades do mundo, iniciativas de cidadãos e atividades informais criaram outros novos usos e formas de espaço público. Eles incluem eventos espontâneos, usos não intencionais e uma variedade de atividades que desafiam ou fogem das regras e regulamentos existentes, como locais recuperados e apropriados, *graffiti* e *flash mobs*, bem como sítios informais de reunião criados por comunidades predominantemente marginalizadas.

Estes *espaços públicos insurgentes* (Hou, 2010) desafiam a noção convencional e codificada de público e de criação de espaço ao fornecerem novas expressões de esfera coletiva na cidade contemporânea. Estas intervenções, segundo Courage (2013), possuem por si só uma natureza política, ao representarem pequenos, mas persistentes, desafios à propriedade privada da esfera pública, seus direitos de acesso e uso.

Tais ações eventuais emergentes de apropriação dos espaços públicos das cidades vêm intensificando-se nos últimos anos, como consequência de iniciativas de grupos ativistas, muitas vezes organizados por meio das redes sociais. Seus participantes têm como objetivo comum o de usar a cidade, através de intervenções temporárias que estabelecem uma ruptura positiva no cotidiano (Sansão Fontes, 2014).

Por trás do surgimento do fenômeno da informalidade dos espaços públicos, reside o desejo humano básico de fazer parte de uma comunidade (Courage, 2013). Há diversos meios pelos quais indivíduos e grupos podem se engajar ativamente na contestação e reconstrução do espaço público e, conseqüentemente, da cidade. Num primeiro olhar, intervenções deste caráter podem parecer pequenas, desconexas e insignificantes no contexto urbano. Mas, precisamente porque estas ações não exigem grandes investimentos financeiros e em infraestrutura, eles permitem que cidadãos efetuem mudanças nas paisagens urbanas antes hegemônicas.

Hou (2010) afirma que, embora as ações possam ser informais e pontuais, elas ajudam a desestabilizar a estrutura e as relações no espaço público oficial e a liberar possibilidades de novas interações, funções e significados. “*O que faz do espaço público não é a sua preconcebida publicidade. Mas sim quando um grupo ou outro, para realizar determinada necessidade, se apropria desse espaço e através de suas ações o torna público.*” (Bell e Wakeford, 2008).

A produção destes espaços públicos alternativos é mais participativa e espontânea e, por premissa, mais aberta e inclusiva, por causa da escala e do modo de produção. O *espaço público insurgente* é, portanto, um espaço público menor e maior (Hou, 2010). Esses espaços públicos menores, porém maiores, ainda segundo Hou, refletem a subjetividade de seus múltiplos atores e a operacionalização mais ampla do espaço como veículo para uma variedade ainda maior de ações individuais e coletivas.

Para Miraftab (2009), fazer espaço é um terreno complexo de contestação e cumplicidade, de protesto e cooperação, dos “familiarizados” e dos “desfamiliarizados”. É comum ver tais formas de fazer espaço, as formas chamadas de informais, como fora do âmbito do planejamento. No entanto, como argumenta Miraftab, é necessário ver o planejamento “*como um campo contestado de atividades interativas de múltiplos atores*” (Miraftab, 2009, p. 41).

Através das ações informais nos espaços públicos, aposta-se no “ato de mudar ou reinterpretar como forma de desviar e apresentar a condição permanente da apropriação” (Ferguson, 2014, p. 14), que é a conquista gradual do espaço público para os cidadãos urbanos. Reivindicar o espaço público demanda simultaneamente a participação criativa dos habitantes, coletivos e redes de conexão, como também a constante crítica, insurgência e o olhar no futuro das cidades, visando principalmente aquela que se quer ter. Assim, a paisagem urbana é tanto o material de origem quanto a área de atuação (Courage, 2013). Consequentemente, há uma desconstrução de relacionamentos e papéis que libera possibilidades para novas interações, funções e significados.

2.3 URBANISMO *DIY*

A busca por abordagens alternativas na cidade modernista, que é hierárquica, funcional e estruturada, estabeleceu novos paradigmas, em termos de teoria e prática do planejamento (Silva, 2016). Atualmente, nos territórios urbanos contemporâneos, uma parte significativa dos processos urbanos não é tanto o resultado do planejamento da implementação, mas muito mais o resultado de iniciativas não planejadas e às vezes também auto-organizadas (Batty, 2007, citado por Silva, 2016).

Chamados de Urbanismo Tático, Urbanismo de Guerrilha, *Placemaking*, Urbanismo Temporário, Reparação Urbana, Urbanismo *Pop-up* ou Urbanismo Insurgente, entre muitos outros nomes, estas ações fazem parte do movimento *Faça Você Mesmo*, no qual os moradores urbanos se apropriam de espaços urbanos para fazer, segundo Finn (2014), o que as autoridades locais abdicam de fazer, a fim de abordar questões urbanas usando o que Iveson (2013, p. 941) chama de “práticas urbanas micro-espaciais”. O autor afirma que um dos aspectos mais marcantes de algumas destas práticas é que seus participantes não se contentam em esperar por uma cidade melhor no futuro, e, por isso, muitas vezes se recusam a esperar por permissão para agir de forma diferente.

Por ser tratar de um conceito muito amplo e de fluxo livre, o Urbanismo *DIY* carece de uma teoria unificada e de definições mais precisas (Finn, 2014). Afinal, trata-se de um movimento relativamente novo e que atende por diversos nomes. O termo e suas variações foram usados para descrever uma gama de atividades muito ampla, desde *graffiti*, *parkour* e *flash mobs* até a criação de “parques multimilionários” (Viglucchi, 2012, citado por Finn, 2014). A busca acadêmica por uma linguagem apropriada para descrever essas práticas reflete o fato de que não se sabe ao certo o que as conecta através de sua diversidade (Iveson, 2013).

Mas, partindo do que já é sabido, tratam-se de práticas alternativas que lidam com pequenos gestos, intervenções que encontram margem para experimentação em espaços residuais ou subutilizados, em uma paisagem dominada por grandes atores (Ferguson, 2014, p. 166). E tais práticas teriam, segundo Talen (2015), o poder de impactar significativamente a vida cotidiana dos residentes urbanos.

Por meio do urbanismo *Faça Você Mesmo*, os cidadãos constroem e instalam nos espaços públicos suas próprias contribuições não autorizadas de design urbano (Douglas, 2011, citado por Pfeifer, 2013), para abordar questões de importância local, contornando processos e permissões oficiais. Qualquer indivíduo que se manifeste, individualmente ou coletivamente, se apropriando de algum espaço da cidade, afirma um tipo de *direito à cidade*, que pode ser entendido também como uma crítica à maneira como a cidade contemporânea é feita. Contudo, faz-se importante ressaltar que nem toda ação necessariamente é uma manifestação insurgente ou uma forma de desacordo político mais amplo sobre a natureza da autoridade na cidade (Iveson, 2013).

As iniciativas auto-organizadas podem ser uma resposta adaptativa aos objetivos e necessidades dos cidadãos. De acordo com Talen (2015), estas várias práticas de base variam amplamente em seu nível

de radicalismo, seu compromisso em lidar com a desigualdade social e o grau em que são sancionadas pelas autoridades locais. Talen aponta que, por vezes, as intervenções são mais transgressoras e de enfrentamento à estrutura urbana existente, pois são implementadas em locais públicos ou privados sem aprovação prévia, enquanto outras são mais comuns e efêmeras, ou com viés mais artístico.

Iveson (2013) desenvolveu tipologias para capturar algumas dinâmicas compartilhadas por práticas *DIY* em diferentes cidades. Para o autor, as principais dinâmicas envolvidas nestas ações emergentes incluem:

- Desfamiliarização (novas possibilidades em espaços desperdiçados da cidade);
- Refamiliarização (reocupação de espaços alienados na cidade);
- Colaboração através da diferença (assuntos emergentes em vez de pré-definidos);
- Desmercantilização;
- Economias alternativas.

Em grande parte, o urbanismo *DIY* se distingue por estar em oposição direta à abordagem *top-down* (de cima para baixo), que se caracteriza pela priorização de interesses financeiros, tanto públicos e privados, e ações burocraticamente regulamentadas, características mais frequentemente associadas ao planejamento urbano (Talen, 2015).

A atuação *top-down* continuará a ser necessária para o desenvolvimento e qualidade das cidades contemporâneas. No entanto, os desafios das cidades não podem ser respondidos somente por meio de grandes projetos em longo prazo. A cidade deve se mover também, e principalmente, através de muitos pequenos projetos, pois são estes os mais passíveis de engajar a sociedade (Duany, 2015, p. 6, citado por Sansão Fontes, 2018). É importante também ressaltar que nos países em desenvolvimento, o uso não autorizado do espaço público já se apresenta muitas vezes como um protocolo padrão. Mas, nas democracias capitalistas desenvolvidas, como nos Estados Unidos, tais práticas parecem revolucionárias (Talen, 2015).

As ideias de melhoramento urbano através do método "*muitas mudanças por muitas mãos*" (Talen, 2015, p. 144) começaram ainda no século XIX, e se concentraram em mudanças pontuais de pequena escala. É importante ressaltar que esses esforços começaram antes de uma época em que existia um "planejador" profissional, e os planos das cidades eram uma relativa novidade. Em vez de planos, a melhoria das cidades foi baseada em intervenções individuais e empreendedoras.

Assente de que a forma da cidade foi moldada por forças econômicas e políticas maiores, o urbanismo *DIY* do século XIX enfatizou o papel que indivíduos e grupos cívicos poderiam ter na formação da cidade e na melhoria da legibilidade urbana. Desta forma, as mudanças implantadas, pequenas e incrementais, eram o resultado de forças individuais e de base, e não articulações governamentais e de grandes corporações (Talen, 2015).

O urbanismo *Faça Você Mesmo* teve seu alvorecer na Europa e nos Estados Unidos nas décadas de 1960 e 1970, na chamada "era neoliberal" (Mould, 2014). Nas décadas seguintes, tornou-se um fenômeno notável e ferramenta ativa usada para melhorar os espaços urbanos. As instituições e os profissionais de planejamento urbano passaram então a ver a participação da comunidade como criticamente importante.

Essa ênfase no processo e na participação é agora amplamente aceita como uma exigência para eficiência e ética no planejamento municipal. Para Finn (2014), embora as ações do movimento *DIY* tenham um viés mais radical e militante, essa mudança em direção a um modelo colaborativo baseado

no cidadão influenciou a formação da visão dos praticantes de *DIY* sobre o que é possível alcançar quando os cidadãos se envolvem na formação do espaço urbano.

O conceito do *direito à cidade* (Lefebvre, 1970) é muitas vezes ligado à abordagem *DIY*. No entanto, Douglas (2011) sugere cautela ao se estabelecer esta relação, observando que muitos praticantes do urbanismo *Faça Você Mesmo* em sua pesquisa “*resistiam à ideia de si mesmos como radicais*” (Douglas, 2011, p. 6) e não expressaram interesse em “*ultrapassar ou desrespeitar as autoridades locais*” (*ibid.*, p. 7), sugerindo que o urbanismo *DIY* pode ter diferenças ideológicas em relação aos conceitos e movimentos urbanos prévios a que é relacionado.

Faz-se importante aqui destacar que grande parte da literatura mencionada e voltada para a temática *DIY* foi elaborada com base em contextos ordenados de planejamento urbano, como o norte-americano e o europeu. Em cenários de rígida ordem urbana, torna-se mais fácil perceber algo subversivo que rompa com a leitura do cotidiano do que em cidades com práticas informais mais latentes (Sansão Fontes, 2018). As iniciativas de *DIY* funcionam como figuras sobre um fundo que, quando representado pela cidade ordenada, as tornam muito mais visíveis.

Contudo, como pontua Iveson (2013), ao desenvolver a noção de que o direito de usar e modificar a cidade deve pertencer aos cidadãos, Lefebvre está promovendo uma forma de autoridade que está igualmente disponível para todos na cidade, independente do contexto. Finn (2016) afirma que o movimento *DIY* está relacionado, acima de definições e preconceitos, com mudanças simultâneas no pensamento sobre os papéis dos cidadãos no planejamento urbano, design e formulação de políticas urbanas.

A intervenção temporária informal nos espaços públicos pode ser uma ferramenta muito útil para o planejamento urbano, pois permite que novas vocações se relevem sem grandes investimentos, mas que também podem ser facilmente retirada em caso de não adaptação (Sansão Fontes, 2016).

Ao mesmo tempo, as abordagens *DIY* representam um desafio para a governança, gestão e planejamento. Os meios pelos quais o Urbanismo *Faça Você Mesmo* agem são pouco ortodoxos, contornando processos formais e exercendo poderes de vigilância e liderança local, onde seus praticantes buscam garantir valores como consenso, segurança pública, equidade, eficiência, exequibilidade de sistemas urbanos, entre outros (Finn, 2014). “*Reivindicar o espaço público requer engajamento criativo de uma ampla gama de cidadãos e redes. Requer a reapropriação e reavaliação crítica dos espaços de reconhecimento, engajamento e materialidade*” (Bell e Wakeford, 2008).

Alguns estudiosos urbanos debatem se o apoio oficialmente autorizado pelas autoridades locais limitaria a eficácia do Urbanismo *DIY*. É importante ressaltar que estes esforços começaram bem antes da chegada do planejamento urbano sancionado pelo governo e, portanto, não estão necessariamente ligados por sua reação contra as práticas governamentais estabelecidas. Em contrapartida, a capacidade dos urbanistas *DIY* de realizar mudanças tangíveis fora de uma burocracia de planejamento convencional é considerada uma de suas principais atrações (Talen, 2015).

No entanto, nem sempre é fácil diferenciar o urbanismo *DIY* como planejado versus não planejado, como controlado versus espontâneo, ou mesmo como *bottom-up* versus *top-down* (figura 1). Uma intervenção de pequena escala, mesmo se iniciada por um pequeno grupo, pode ser vista como um produto de ordem e controle, enquanto outra pode ser vista como improvisada e mais responsiva. Mas, quer operando dentro ou fora dos limites da prática do planejamento urbano convencional, os esforços têm em comum um entusiasmo pela regeneração urbana emergente e de base (Talen, 2015).



Fig. 1 – Práticas *DIY* e sua variedade de vetores (adaptado Iveson, 2013, p. 943).

2.4 URBANISMO TÁTICO

As intervenções temporárias surgem como uma maneira importante de melhorar os bairros das cidades de modo informal, que apresenta menos riscos para os cidadãos e para a administração pública. Na última década, várias iniciativas lideradas por cidadãos surgiram em todo mundo, principalmente na América do Norte e na Europa, para melhorar os espaços públicos usando medidas temporárias de baixo custo. Essas iniciativas informais também inspiraram planejadores e autoridades municipais a experimentarem projetos pilotos de baixo custo como uma ferramenta para a melhoria local.

O movimento do UT (Urbanismo Tático) é atribuído ao urbanista e planejador Mike Lydon, que administra uma instituição chamada Streets Plan Collective, um grupo de planejamento urbano e ativismo com base na cidade de Nova York.

O conceito de Urbanismo Tático é recente e significa a abordagem para construção e ativação de uma vizinhança usando intervenções e políticas de curto prazo e baixo custo, que permitam a imediata recuperação, redesenho ou programação do espaço público visando futuras transformações duradouras na cidade, através da atuação em rede (Lydon e Garcia, 2015).

Trata-se de atividades de pequena escala empreendidas por cidadãos locais que redesenham sua área urbana para serem mais “habitáveis”. Esta prática permite que as pessoas intervenham no ambiente urbano sem passar pelos canais tradicionais de planejamento e, assim, mudam o equilíbrio de poder do processo de urbanização, mesmo que por um momento temporário.

Segundo Mould (2014), uma tática é o momento de liberação da estratégia urbana, a centelha inicial da criatividade. Uma vez que essas atividades se acumulam, uma vez que elas formam uma política mais ampla, elas deixam de ser táticas e se tornam parte da estratégia de uma cidade.

Ao começar pequeno, usando materiais baratos e trabalho voluntário, e muitas vezes sem pedir permissão, intervenções urbanísticas táticas permitem que os cidadãos experimentem na paisagem urbana, sem o risco associado a projetos maiores.

Lydon (2012) atribui a tendência recente do Urbanismo Tático a três questões: a grande recessão de 2008, as alterações demográficas e o surgimento da Internet como ferramenta para uma sociedade mais cívica. De fato, muitas das atividades do UT são exemplificadas e explicadas on-line e nos guias digitais de “como fazer” e compartilhados via mídia social (figura 2).



Fig. 2 – As três tendências que estimularam o desenvolvimento do UT (adaptado Lydon, 2012, p. 3).

Brenner (2016, p. 9) sistematiza o urbanismo tático como resposta, em alguns aspectos, à crise econômica, social e política que as grandes cidades enfrentam, e dentre eles destaca-se abaixo:

- O Urbanismo Tático surge em um contexto de crise de governança, em que tanto Estados quanto mercados falharam na entrega de bens públicos às populações das metrópoles em desenvolvimento;
- O Urbanismo Tático não é um movimento unificado, mas um conceito geral que abrange uma série de pequenos projetos emergentes, provisórios e experimentais;
- O Urbanismo Tático propõe modos “acupunturais” de intervenção para questões locais urgentes, tendo escala espacial limitada (parque, edifício, rua, bairro);
- O Urbanismo Tático promove uma reestruturação urbana de base, participativa e de *Faça Você Mesmo*, sendo uma forma de reapropriação do espaço urbano por seus próprios usuários.

O Urbanismo Tático, então, refere-se a atividades que envolvem elementos do urbanismo *DIY*, mas também outras atividades rotuladas como “criatividades vernaculares” ou “insurgentes”. A própria palavra expressa uma transgressão, ocorrendo momentaneamente, mas nunca reivindicando espaço, uma subversão “suave”, uma forma mais palpável e acessível de intervencionismo urbano (Mould, 2014).

As intervenções táticas são, segundo Courage (2013), rápidas de instalar e desmontar, informais, espontâneas, participativas e orientadas por questões comunitárias, e muitas vezes iniciadas por arquitetos, artistas e urbanistas criativos que trabalham fora dos limites profissionais. O Urbanismo Tático gera claramente uma cidade mais orientada para a comunidade e mais “habitável”. O movimento busca encorajar as pessoas a se envolverem com o ambiente urbano a fim de que se tornem cidadãos mais ativos.

Os tipos de intervenções urbanas que podem acontecer sob esta bandeira são inúmeros, mas podem incluir festivais de rua, performances públicas de arte e dança, *guerrilla gardening*, *chairbombing*, lojas *pop-up*, *parklets*, *food trucks*, entre outros (figura 3).



Fig. 3 - Exemplo de intervenção de Urbanismo Tático em Morgan Hill, CA, EUA (fonte: acedido a 05 de janeiro de 2019. http://www.street-plans.com/wp-content/uploads/2015/09/MorganHillCA_1-1.jpg).

Os projetos de Urbanismo Tático adotam uma abordagem de base para o *placemaking*, em que as ideias e a mão de obra são locais, das mesmas pessoas que beneficiam do sucesso de um projeto. Como tal, os benefícios derivados de um projeto de *placemaking* não estão apenas em seu eventual uso público, mas também nos esforços colaborativos que os criam, que são em si mesmos, atos que constroem “capital social” (Barber, 2013, p. 20).

O Urbanismo Tático também é menos sobre o objeto, que pode ser a rua, um banco ou estacionamento para bicicletas, e mais sobre a mudança que busca e o processo em si. As qualidades de design do objeto nunca são um objetivo final (Silva, 2016). Na maioria das vezes, as ações táticas são baseadas na reutilização de objetos pré-existentes, como no *chair bombing*.

Em vez disso, o design recebe um foco mais forte no processo e no conceito. O uso de recursos escassos é provavelmente uma das principais questões que permitem que as ações táticas permaneçam independentes e não autorizadas (Lydon, 2011). Por se tratar de pequenas intervenções que são contribuições iniciais que vão auxiliar o planejamento urbano, a fase seguinte é a sua possível institucionalização, ou o reconhecimento de sua legitimidade ou a permanência na ilegalidade (figura 4).

De um modo geral, quanto menor e mais temporário for o projeto, mais fácil será evitar repercussões legais. Muitas vezes, as intervenções são tão simples que não exigem permissão. Além disso, o ato de buscar permissão pode ser caro. Uma iniciativa de Urbanismo Tático pode ter dificuldade em encontrar fundos para cobrir também as autorizações municipais e a segurança, além dos custos do próprio projeto.

De acordo com Barber (2013), buscar aprovações também é uma questão sensível ao tempo, sujeitando o cronograma da ação ao tempo levado com a burocracia para liberação da autorização. Há também a possibilidade que alguns projetos simplesmente sejam negados à aprovação, por razões que vão desde regulamentos técnicos e preocupações com segurança até pontos ideológicos de diferença.



Fig. 4 - Gráfico da relação entre agentes e perfil da intervenção tática (adaptado Lydon, 2012: 7).

E, no entanto, segundo Hou (2010), apesar dos riscos, a ideia de um cidadão comum tendo o poder de mudar a própria cidade, mesmo que de uma forma pequena, é atraente e encorajadora. A maneira pela qual essas intervenções urbanas simplificaram o processo participativo, reduzindo ou ignorando a burocracia, permite que os cidadãos, através de suas próprias habilidades, possam mudar e controlar seus próprios espaços públicos.

Sendo assim, para muitos, o Urbanismo Tático é também uma declaração política. Como afirma Hou, em um mundo onde os espaços públicos e privados são altamente regulados e comercializados, onde o acesso igualitário é um desejo distante, muitas intervenções de Urbanismo Tático oferecem uma chance de discordância contra um sistema que alguns consideram fundamentalmente falho. Sendo assim, o Urbanismo Tático alia a reconquista do espaço físico à reivindicação também do espaço político (Sansão Fontes, 2018, p. 93).

As ações do UT também podem ser vistas como ações ativistas, que se manifestam como práticas sociais críticas em diversas escalas. A análise contextual destas ações mostra como seus participantes manifestam o desejo de transformação relacionado não apenas a classes, gênero e etnias, como também a temas urbanos atuais, como o uso e ocupação do solo e do espaço público, o patrimônio cultural material e imaterial das cidades, a mobilidade, entre outros. Assim, reivindicam novas possibilidades de leitura dos espaços urbanos a favor da igualdade na esfera do território (Lima, 2014).

Projetar um espaço também pode oferecer às pessoas a oportunidade de transformá-lo, enquanto o utiliza ao mesmo tempo (Silva, 2016, p. 1047). Mais do que um processo degenerativo que necessita de manutenção, olhar para os espaços urbanos como ferramenta e ambiente de transformação contínua é uma qualidade adicional do Urbanismo Tático. Desta forma, em grande parte dos casos, os cidadãos simplesmente começam a adaptar espaços existentes para permitir novos usos, mostrando que existem outras formas de projetar, além de desenhar um local por antecipação e estabelecer a maneira como este deve ser usado, ou ser tão aberto e flexível que pode permitir qualquer função (Silva, 2016).

Lydon (2011) defende que a melhoria da habitabilidade das cidades geralmente começa na escala da quadra, da rua ou edifício. “Local is beautiful” (Silva, 2016, p. 1047) tem sido o lema de muitas ações táticas, devido ao fato de que as iniciativas se baseiam em pequenas intervenções de diferentes organizações locais e iniciativas individuais. Algumas organizações não são apenas locais, mas promovem ativamente valores locais. Contudo, como afirma Courage (2013), qualquer que seja a

escala inicial, esforços pequenos ou finitos podem se transformar em transformações contínuas em grande escala.

2.5 SÍNTESE CONCLUSIVA

A criação de espaços públicos informais sugere um modo de fazer a cidade que é diferente da noção institucionalizada do urbanismo e da prática convencional do planejamento urbano e da formulação de políticas, controlada por profissionais e especialistas. Assim, as práticas emergentes informais estimulam a capacidade de grupos e indivíduos de desempenhar um papel distinto na modelagem do ambiente urbano, onde os cidadãos podem empreender iniciativas por conta própria para efetuar mudanças, em oposição às regras e regulamentos oficiais.

O urbanismo *DIY* e seus diversos nomes e movimentos subjacentes são parte de uma narrativa crescente e muito maior sobre o espaço público e os direitos e responsabilidades dos cidadãos perante o mesmo. A literatura acadêmica sobre o tema, que ainda é modesta, tende a enaltecer a abordagem *DIY* como uma forma de protesto social contra processos de planejamento obsoletos. Protestar, então, implica em resistir e participar ativamente da transformação do ambiente urbano, e não se colocar passivamente frente a uma dada situação.

A proliferação do urbanismo *DIY* apresenta tanto um novo conjunto de desafios para o planejamento e urbanismo contemporâneo, bem como oportunidades para aprender e utilizar abordagens *bottom-up*.

E, sob esta bandeira, o Urbanismo Tático aponta como uma das práticas emergentes mais notórias no contexto da cidade contemporânea, uma vez que o movimento possui diversos elementos e princípios do Urbanismo *Faça Você Mesmo*, mas também tem por premissa instigar mudanças a longo prazo. Ou seja, visa ser reconhecido e se consolidar não só como produto no espaço público, mas também como prática ativa na produção dos ambientes urbanos atuais.

Assim, o Urbanismo Tático relaciona-se evidentemente às instituições públicas de planejamento do território, que atuam como reguladores das manifestações informais na cidade, com o poder estatal de validar ou censurar tais ações e seus resultados no espaço público urbano.

3

AÇÕES TÁTICAS E O PLANEJAMENTO URBANO

3.1 AÇÕES

3.1.1. O URBANISMO TÁTICO NO CONTEXTO DA CIDADE CONTEMPORÂNEA

Os cidadãos sempre imprimiram suas marcas nas cidades, mas as determinações do uso do solo e o planejamento urbano da cidade está há muito tempo a cargo do poder público e de profissionais e processos estatais burocráticos. Como resultado, muitos espaços públicos urbanos hoje carecem de escala humana e sensibilidade. Na última década, no entanto, houve um aumento significativo da apropriação informal de espaços públicos para o bem comum, e conseqüentemente ocorreu também o crescimento de movimentos emergentes de Urbanismo *Faça Você Mesmo*.

O Urbanismo Tático vem desempenhando um papel na evolução e adaptação da cidade. É o resultado de uma nova atitude dos cidadãos frente às cidades em que vivem e ao planejamento urbano. Brenner (2016, p. 9) apresenta em seu artigo uma variedade de reflexões contextuais e formulações interpretativas para explicar os elementos essenciais do Urbanismo Tático. São estas a seguir.

- O Urbanismo Tático emerge no contexto da crise de governança nas cidades contemporâneas, onde sistematicamente o Estado e o mercado não conseguiram fornecer bens públicos básicos às populações urbanas em expansão, como habitação, transporte e espaços públicos.
- O Urbanismo Tático não é um movimento único ou uma técnica estabelecida, mas sim uma esfera mais ampla onde se encontra uma vasta gama de projetos urbanos emergentes, provisórios, experimentais e para um fim específico.
- A abordagem utilizada para responder às diversas questões urbanas emergentes é *bottom-up*, através de intervenções ideologicamente diversas, organizacionais e culturais.
- Estes projetos são geralmente modos de intervenção imediatos, “acumpunturais”, diante de questões locais classificadas como urgentes pelos participantes. Logo, o processo e a duração destas ações são relativamente curtos, podendo até mesmo ser considerados espontâneos ou impulsivos. A escala espacial destes projetos também tende a ser relativamente bem limitada, geralmente no alcance de um parque, de uma rua, de um condomínio ou de um bairro.
- Os projetos sob a bandeira do Urbanismo Tático oferecem a possibilidade de evoluir de forma fluida em relação a mudanças mais amplas nas esferas políticas e econômicas e nos processos institucionais. Esta maleabilidade e abertura são apontadas como as principais qualidades das intervenções táticas, em contraste com os planos estatais muito

abrangentes, formais e os esquemas rígidos que caracterizavam as intervenções urbanas modernistas.

- O Urbanismo Tático tende a promover a reestruturação urbana através da visão de base, prática e participativa, onde aqueles que são diretamente afetados por uma questão mobilizam-se de forma ativa para enfrentá-la, podendo influenciar inclusive no desenvolvimento dos métodos e das metas. Assim, o Urbanismo Tático costuma ser apresentado como uma forma de “reapropriação” do espaço urbano por seus usuários e como um modelo de ação de “fonte aberta”.

Conforme afirma Courage (2013), as iniciativas táticas emergem da necessidade autoidentificada em nível comunitário e muitas vezes não buscam, ao menos não no início, aprovação ou permissão das autoridades locais. A partir do questionamento sobre a importância da abordagem *bottom-up* e a eficácia das ações de pequena escala na ativação e reconquista do espaço público pelos seus usuários, o autor argumenta que pequenas intervenções táticas podem melhorar a experiência urbana cotidiana, potencializar e expor situações existentes, reivindicar os espaços da cidade e dar identidade e recuperar lugares degradados, colaborando, assim, para transformações permanentes a longo prazo.

Diversos ativistas e autores defendem que o Urbanismo Tático é uma ferramenta atual para promover a justiça social na criação e apropriação do espaço público urbano, e é também ferramenta de experimentação na prática da produção desses espaços. Para seus defensores, o Urbanismo Tático tem a capacidade de mitigar as lógicas básicas da governança urbana atual, orientada para o crescimento, e estimula o desenvolvimento de cenários urbanos alternativos, que tem como base maior igualdade e justiça social e espacial, inclusão e tomada de decisões de modo colaborativo.

Contudo, o Urbanismo Tático não é isento de críticas e dúvidas sobre sua eficácia. Alguns estudiosos do tema apontam que o argumento antiestatal e antiplanejamento presente na maioria das ações táticas pode, no momento da prática, ampliar as chances de insucesso, ao reduzir à teoria e à ideologia sua capacidade de enfrentar os desafios urbanos contemporâneos.

Além disso, é importante ressaltar o risco de que alguns princípios do Urbanismo Tático possam colaborar para a perpetuação de políticas neoliberais. Brenner questiona que, apesar da agenda do UT ser enquadrada como uma alternativa independente da atuação das instituições públicas na produção do espaço, sua abordagem pode acabar reforçando os regimes neoliberais aos quais estas ações se opõem (2016, p. 12). O autor afirma que por conta de sua atitude *Faça Você Mesmo*, o Urbanismo Tático pode “*internalizar uma agenda neoliberal relacionada à diminuição do papel das instituições públicas e à extensão das forças de mercado*” (2016, p. 10).

Segundo Brenner, o urbanismo neoliberal representa uma síndrome abrangente presente nas instituições, nas políticas e nas estratégias regulatórias de mercado no ambiente urbano, que tem promovido a mudança do perfil do urbanismo de “transformações beneficiando muitos” para “muito lucro para poucos” (2016, p. 11). Para o autor, o urbanismo neoliberal não é uma síntese, tampouco uma forma homogênea e unificada de governança urbana: o seu denominador comum “*é o projeto fundamentalista do mercado de ativação das instituições públicas locais e capacitação dos atores privados para estender a mercantilização no tecido social urbano, coordenando a vida coletiva da cidade através de relações de mercado e promovendo, assim, o desmantelamento de espaços urbanos não mercantilizados e autogestionários*” (*ibid.*).

Somado a isto, mesmo onde intervenções rápidas e de pequena escala podem ser estrategicamente localizadas para um efeito mais amplo, esta abordagem acupuntural do Urbanismo Tático pode causar a perda de atenção para a integração. É também importante destacar que muitos autores apontam o

Urbanismo Tático ainda como um conceito difuso. Essa imprecisão é consequência de uma série de fatores, como as diversas definições utilizadas na descrição deste tipo de ação, aos objetivos vagos que ele se propõe a alcançar e às maneiras pelas quais ele pode ter efeitos negativos desconhecidos sobre a comunidade (Barber, 2013). Em adição, Barber aponta os projetos de Urbanismo Tático como sendo muito contemporâneos e alternativos, com iniciativas que parecem muito interessantes, mas que resultam em pouco impacto na prática.

Em muitos casos, a revitalização da cidade, que é o objetivo chave da maior parte dos projetos de Urbanismo *Faça Você Mesmo*, também é vista como sinônimo de gentrificação. Nesse sentido, o Urbanismo Tático é tido como apenas mais uma ferramenta usada para atrair as “*classes criativas*” (Florida, 2002, citado por Barber, 2013) para um centro urbano com novas atrações, elevando os preços dos imóveis e aumentando a desigualdade social.

Por isso, Mould (2014) afirma que o Urbanismo Tático está perdendo o seu lado tático e se tornando parte de uma estratégia urbana, uma vez que o desejo de grande parte de seus idealizadores e participantes de torná-lo “algo maior”, permitido pelo município, e sua coletivização em um movimento criou na verdade uma política urbana que virou uma marca. Esta marca tem sido comercializada e promovida como uma alternativa ao paradigma de desenvolvimento urbano atual, mas ao mesmo tempo contendo a ideologia da criatividade. Em outras palavras, o autor aponta que a prevalência do UT no discurso de política urbana inspirada na criatividade contemporânea representa, contudo, a subordinação de eventos táticos em estruturas de desenvolvimento urbano “neoliberal”.

Já pelo aspecto financeiro, as intervenções criativas podem ser vistas como uma resposta direta às crises econômicas atuais. Simboliza a popularidade dentro do discurso político urbano dominante da reestruturação econômica que é intrinsecamente ágil, temporária, amadora, criativa e barata (Mould, 2014). Contudo, as vantagens do Urbanismo Tático podem ser difíceis de vender para aqueles com fins no lucro, por conta da natureza ideológica sem fins lucrativos dos seus projetos, ainda que estas intervenções possam oferecer benefícios econômicos contínuos para a economia local.

Complementar a isto, outro obstáculo financeiro para as intervenções *bottom-up*, segundo Barber (2013), é o fato de que as estruturas de financiamento são frequentemente projetadas de tal forma que os pedidos de verba devem ser submetidos muito tempo antes dos fundos serem de fato liberados, o que não permite soluções oportunas para as necessidades da comunidade, além de que estas ações devem obedecer a certos critérios rigorosos para ser financiadas, o que acaba por sufocar ideias criativas.

Por fim, é difícil medir o sucesso dos projetos de Urbanismo Tático, dado que muitos de seus objetivos são de certa forma intangíveis, por exemplo, o aumento da vitalidade dos espaços públicos e da “*amabilidade urbana*” (Sansão Fontes, 2014). Segundo Zeiger (2011), o verdadeiro sucesso das intervenções táticas acontecerá quando for possível avaliar o movimento com base no seu alcance, impacto econômico, empoderamento da comunidade, empreendedorismo, sustentabilidade e resultado no desenho urbano.

Para Iveson (2013), a apropriação de base e informal do espaço público não constitui necessariamente uma política urbana democrática que dará origem a uma nova cidade. Certamente, as ações táticas têm o potencial de estabelecer direitos democráticos para o ambiente urbano. Mas, segundo o autor, para que esse potencial seja realizado, novas formas democráticas de autoridade na cidade devem ser afirmadas através da formação e da ação de novos temas políticos. A ação eficaz de urbanismos alternativos exige a criação não só de novos espaços urbanos, mas também de novos espaços de Estado.

Assim, Courage (2013) propõe uma participação mais assertiva das instituições governamentais, com a integração das iniciativas *bottom-up* com o planejamento *top-down* na criação de políticas públicas. Para Courage, este é o caminho para transformações mais abrangentes e de longo prazo.

O Urbanismo Tático, portanto, através de seus idealizadores e praticantes, tem o potencial de transformar as possibilidades pontuais exploradas por meio de práticas individuais em uma política mais ampla da cidade, que desafia as formas existentes de autoridade e cargos para governar e intervir no espaço público urbano, contestando, assim, a própria ordem da cidade.

3.1.2. A CIDADE COMO LABORATÓRIO

Interpretar a cidade como um laboratório é cada vez mais importante na promoção de mudanças no ambiente urbano, por meio dos muitos atores envolvidos. Para isso, é fundamental passar da metáfora para a análise, descompactando a noção de *laboratório* e compreendendo como ela é útil para enquadrar e impulsionar as ações de transformação urbana. Há uma ligação intrínseca entre o conceito de desenvolvimento urbano como um processo colaborativo e interdisciplinar, com atividades de pesquisa intensiva em campo por meio de intervenções de "tentativa e erro" próprias para o lugar, onde se atua a partir da dualidade observação / ação.

Para Karvonen e Van Heur (2014), os laboratórios urbanos estão na vanguarda de novas configurações sociais, culturais, econômicas e políticas nas cidades. Fornecem um ambiente propício para experimentação, onde novas ideias podem ser projetadas, testadas e medidas, mas também lapidadas e multiplicadas para outros locais se bem sucedidas. São, assim, espaços de inovação e incubadoras de mudanças nos espaços urbanos. Os autores apontam ainda que alguns laboratórios urbanos empregam as noções de "laboratório" e "experimento" como estratégia para consolidar e reforçar padrões atuais de desenvolvimento urbano, enquanto outros buscam de fato cultivar novas formas de mudança emancipatórias que podem ter implicações significativas na experiência da cidade.

Muitos pesquisadores urbanos acadêmicos, como os da Escola de Chicago, afirmam abordar a cidade como um laboratório: "*um ambiente controlado aberto à observação e manipulação científica para produzir resultados de pesquisa universalmente válidos*" (Karvonen, Van Heur, 2014, p. 386). Os laboratórios urbanos costumam adotar uma metodologia baseada em técnicas particulares de coleta de dados, estratégias de abstração e uso de conceitos e teorias, atividades bastante semelhantes às que ocorrem em laboratórios fechados.

Gieryn (2006) define os laboratórios urbanos como locais deliberadamente construídos para produção de conhecimento. Eles são definidos como ambientes construídos porque a própria identificação de uma cidade, ou uma parte de uma cidade, como um laboratório exige significativo trabalho conceitual e material por parte dos atores envolvidos.

Pode-se também dizer que o laboratório urbano é então "*um lugar e um não lugar*" (Karvonen, Van Heur, 2014, p. 386), e grande parte do trabalho dedicado para a construção do laboratório gira em torno da mediação dessa dicotomia. Além disto, com relação à tendência global de inovação nas estratégias urbanas transformadoras, o rótulo de laboratório urbano legitima práticas emergentes experimentais dentro de limites pré-definidos (*ibid.*).

3.1.2.1. A abordagem laboratorial do Urbanismo Tático

O Urbanismo Tático promove soluções temporárias que agem como testes para conquistas futuras, com fins em soluções duradouras. Assim, as instituições de planejamento podem se beneficiar muito

com iniciativas táticas, usando-as como laboratório. Normalmente, a administração pública costuma implementar soluções antes de testá-las, e o Urbanismo Tático possibilita a inversão desta ordem. Por isso, vem ganhando notoriedade e promovendo mudanças no contexto de planejamento espacial, onde as proposições de pequenos grupos locais podem ter espaço no processo de planejamento. A abordagem laboratorial do UT proporciona a oportunidade de projetar e testar soluções, enquanto elas estão sendo formalizadas e discutidas (Silva, 2016).

Ações táticas valorizam a transitoriedade como qualidade estratégica para conhecer as possibilidades do lugar, de modo que a cidade é encarada como laboratório para teste de ideias em tempo real. Segundo Feireiss e Hamm (2015, p. 28, citado por Sansão Fontes, 2018), ações temporárias tornam-se cada vez mais frequentes e auxiliam na exploração das possibilidades do território: testam a adaptação de espaços a diferentes usos e fazem com que estes espaços sejam percebidos no contexto urbano.

Como afirma Brenner (2016, p. 18), as experiências táticas podem ser encaradas como ferramentas de capacitação para os usuários do espaço urbano, permitindo-lhes ocupar e apropriar-se dele, transformando-o continuamente e produzindo uma cidade distinta e não programada. Karvonen e Van Heur (2014) defendem que a noção de escala é de importância central para os laboratórios urbanos, pois os atores precisam se encontrar face a face para trocar conhecimentos, para assim empreender ações coletivas. As ideias de aprendizagem coletiva e apropriação também ressoam com idéias de democracia participativa e o direito à cidade.

3.1.2.2. A experimentação e os Laboratórios Urbanos

Segundo Karvonen e Van Heur (2014), a experimentação é útil pois permite que a cidade se abra a novas configurações e concepções, alimentando a inovação por um lado, em especial nos laboratórios urbanos, mas também introduzindo incertezas e possibilidade de fracasso por outro. Portanto, o laboratório é um *"ambiente aprimorado que melhora a ordem natural em relação à ordem social, conforme experimentada na vida cotidiana"* (Knorr-Cetina, 1995, p. 145, citado por Karvonen, Van Heur, 2014).

No contexto dos estudos urbanos, os estudos de laboratório são produtivos para descrever a dinâmica delimitada de locais específicos, porém menos relevantes para analisar as características organizacionais e institucionais mais amplas que desempenham um papel determinante no desenvolvimento das cidades contemporâneas.

Ao estender os conceitos de "laboratório" e "experimento" das ciências naturais para a cidade, aponta Karvonen e Van Heur (2014), faz-se necessário entender a cidade como um laboratório social e seu espaço na cidade como um experimento em pesquisa social, onde pesquisadores urbanos têm se apoderado desta terminologia para descrever os processos de desenvolvimento urbano já há décadas.

De acordo com Park (1929, citado por Karvonen, Van Heur, 2014), a cidade operava tanto como local de experimentos quanto como referencial cognitivo por meio do qual "observações de certas condições sociais" podiam ser controladas (*ibid.*, p. 11). A cidade experimental surge conforme essas observações podem se ligar à intervenção política e ao desenho urbano.

Desta forma, a principal diferença entre a produção de experimentos no laboratório fechado de ciências naturais e a produção no laboratório urbano é que, no segundo caso, as condições de limites só podem ser controladas em um grau muito limitado. Ao considerar que a experimentação "é um empreendimento social onde o pesquisador é um dos muitos atores envolvidos", Gross e Krohn (2005) defendem que o estabelecimento de condições de limites para experimentos deveria ser decidido

coletivamente, de modo que a experimentação se torne um processo de aprendizado coletivo e recorrente.

O fato de o laboratório urbano ser um ambiente limitado promove a experimentação numa escala alcançável, onde a escolha do local específico é feita pelas possibilidades de sucesso da iniciativa ou pela necessidade extrema que alguns locais têm por condições melhores. Desta forma, um dos principais objetivos dos laboratórios urbanos é simular futuros desejáveis, podendo ser, por vezes, utópicos.

Estes objetivos se relacionam também a outra característica importante dos laboratórios urbanos: a orientação à mudança. Enquanto todos os lugares mudam com o tempo, o laboratório urbano é concebido para mudanças que são intencionalmente radicais. Assim, de acordo com Karvonen e Van Heur (2014), o propósito do laboratório não é apenas o de testar, mas também o de promover novas condições e visões no espaço urbano, que são marcadamente diferentes das condições existentes.

Para os autores, quando se integra a retórica de aprendizagem coletiva dos laboratórios urbanos com limites ocasionais, o nível de incerteza e a possibilidade de falha aumentam. As experiências são, portanto, entendidas como incertas e abertas, o que conseqüentemente gera altos riscos. É importante ressaltar que a experimentação na cidade contemporânea se baseia justamente nesta ideia: para combater a inércia das instituições públicas, deve-se agir e intervir mesmo com as incertezas de sucesso e sem uma previsão dos resultados que estas ações podem gerar.

A notoriedade dos laboratórios urbanos como ferramentas no desenvolvimento urbano reflete esta questão fundamental, onde os agentes envolvidos abraçam “a complexidade e a fluidez dos processos de mudança” (Karvonen, Van Heur, 2014, p. 387), reconhecendo e aceitando resultados imprevistos, ao mesmo tempo em que buscam reduzir a incerteza através da aplicação de várias estratégias e metodologias laboratoriais nos experimentos urbanos.



Fig. 5 – “Navigating SOHO walk”. Pesquisa em laboratório urbano sobre como o cérebro humano funciona durante a navegação em aplicativos de GPS, realizado pelo UCL Urban Laboratory em 2014, Reino Unido (fonte: acedido a 11 de maio de 2019. <https://www.ucl.ac.uk/bartlett/about-us/bartlett-review/bartlett-review-2018/anatomy/immersed-city>).

A noção de laboratório urbano, portanto, oferece um panorama que pode ser utilizado para dar sentido ao que acontece e oferecer orientação para a ação (figura 5). O que torna os laboratórios urbanos distintos de outras formas de desenvolvimento urbano é a combinação de suas características principais, conforme descritas acima. Em outras palavras, são espaços limitados enviesados para a

inovação urbana por meio da experimentação, que geram resultados não programados, apontando o desenvolvimento urbano a novas trajetórias e consequências (locais e globais).

Desta forma, os laboratórios urbanos oferecem ferramentas para mediar dicotomias e tensões emergentes presentes no planejamento das cidades, entre controle e falta de controle, singularidade e generalização, entre contingência e universalidade (Gieryn, 2006). Uma maneira de levar as soluções de estudos de laboratório aos estudos urbanos é enfatizar a importância do lugar e promover uma abordagem metodológica na produção dos espaços públicos.

Nos estudos urbanos, tem se tornado comum um uso muito solto dos termos *laboratório* e *experimento*. Mas, o que une os conceitos de laboratório urbano é que a experimentação sempre envolve um duplo movimento de observação e intervenção (Karvonen, Van Heur, 2014). Mais importante, os laboratórios reconhecem que as cidades estão sempre “em formação” e “em transformação”, defendendo o processo sobre o produto.

Ao mesmo tempo, os laboratórios urbanos constituem somente um modo de produção de conhecimento entre muitos outros. O que os torna especiais no contexto atual dos estudos urbanos é a maneira pela qual “*eles negociam estrategicamente a fronteira entre o interior e o exterior através da canalização de atores, dados e recursos*” (Karvonen, Van Heur, 2014, p. 388). Através dos experimentos, são estabelecidas relações entre o “local e o não local, entre a contingência de um determinado lugar e a universalidade de conceitos e teorias” (*ibid.*).

Os laboratórios urbanos experimentam novos métodos de pesquisa que sobrepõem fronteiras disciplinares, práticas e profissionais, fornecendo um ambiente favorável para uma abordagem interdisciplinar e holística. Contudo, faz-se necessário realizar investigações mais aprofundadas sobre como os laboratórios urbanos lidam com um determinado desafio em pauta: a persistência e a estabilização de estruturas sociais e físicas que resistem a mudanças e incertezas. E, possivelmente, uma das prováveis respostas para esta questão seria a promoção de novos modos de colaboração e participação de base.

3.1.3. PLACEMAKING

O interesse acadêmico pela pesquisa sobre as qualidades dos espaços públicos através da abordagem *bottom-up* e os conceitos em torno do tema tem crescido significativamente nas últimas duas décadas, em especial nos estudos urbanos e nas ciências humanas, envolvendo profissionais de diversas áreas, da geografia à psicologia (Friedmann, 2010).

Em oposição ao planejamento tradicional que ainda é o dominante na maioria das cidades, Lefebvre em *Writings on Cities* (1996) defende que os planejadores dos espaços urbanos devem se envolver diretamente com os usuários desses espaços, o que significa estabelecer uma relação moral entre as duas partes desde o início, reconhecendo o direito à cidade e contribuindo para a cidadania local.

Segundo Iveson (2015, p. 945), o princípio do direito à cidade propicia uma forma de emancipação assente simplesmente no fato de habitar a cidade, reformulando “a arena da tomada de decisões”. Quando se trabalha com as comunidades nos seus espaços públicos, torna-se claro que ninguém sabe mais sobre um lugar e como ele funciona do que as pessoas que vivem e trabalham nele (PPS, 2008). Contudo, raramente os cidadãos de uma cidade são envolvidos no processo de construção de um lugar.

Tendo como base estas questões, a organização americana sem fins lucrativos *Project for Public Spaces* (PPS) surgiu em 1975 com o objetivo de expandir o trabalho de Whyte, autor de *The Social Life of Small Urban Spaces* (1980), dedicando-se a ajudar os cidadãos a criar e manter espaços

públicos, fortalecendo a conexão entre as pessoas e os lugares (PPS, 2008). A organização desenvolveu um processo colaborativo, *bottom-up*, de moldar a esfera pública para maximizar o valor compartilhado, a que chama de *placemaking* (PPS, 2008). Este processo se baseia em três principais atitudes para promover mudanças no ambiente urbano, listados abaixo:

- Transformando lugares: auxiliar comunidades e cidades a moldar seu futuro através de espaços públicos individuais e de campanhas amplas de *placemaking*.
- Construindo o Movimento *Placemaking*: convocar, divulgar e ampliar a capacidade do movimento *placemaking* global e localmente.
- Campanha pela Mudança Sistêmica: defender a criação de lugares e o engajamento de pessoas e movimentos afins para influenciar políticas, disciplinas e pessoas.

Placemaking, em outras palavras, é o processo pelo qual "setores públicos, privados e sem fins lucrativos e comunitários se associam para moldar estrategicamente o caráter físico e social de uma cidade ou região de bairro em torno de atividades artísticas e culturais" (Schupbach, 2012).

Além de promover um desenho urbano mais "humano", o *placemaking* é também um movimento que facilita o uso criativo dos espaços, atento às identidades físicas, culturais e sociais que definem um lugar e apoiam sua evolução contínua (PPS, 2008). O *placemaking* pretende assim tornar o espaço público num espaço vivo e dinâmico.

O *placemaking* se apresenta como uma alternativa ao paradigma modernista, com uma abordagem menos voltada para o desenho do espaço e mais focada na importância dos lugares e no sentido de pertencimento a estes lugares. Desta forma, pretende reestabelecer a qualidade dos espaços na esfera pública tendo como base a opinião dos próprios usuários.

Segundo Madden (2005), uma abordagem com foco nos lugares é obrigatoriamente mais ampla do que uma voltada para o desenho, em oposição ao processo de desenho e planejamento urbano tradicional. Para criar um lugar e responder questões complexas atuais como segurança, manutenção e acessibilidade, se faz muito mais necessária uma gestão efetiva do que respostas por meio do desenho urbano, além do envolvimento de um conjunto extenso de disciplinas e profissionais (*ibid.*).

A arquitetura, o planejamento e o desenho urbano podem contribuir para o desenvolvimento ou para a ausência de um sentido de lugar. De acordo com Aravot (2010), o sentido de lugar é entendido como uma necessidade humana essencial para o bem estar, que transmite segurança e orientação e seria um antídoto contra o distanciamento e a indiferença.

Assim, segundo Madden (2005), o papel dos profissionais que projetam o espaço seria o de garantir e implementar a visão da comunidade, afim de criar um local bem utilizado e bem aceito. Neste sentido, a participação da comunidade deve vir ainda antes da fase de planejamento para assegurar que de fato a comunidade está sendo envolvida no projeto.

Entende-se por comunidade qualquer pessoa que tenha interesse ou que participa de determinado lugar. Geralmente são moradores do entorno e proximidades, comerciantes ou trabalhadores de locais próximos, associações, escolas, igrejas, entre outros (Madden, 2005). Muitos autores defendem que a comunidade deve ser encorajada a participar de todo o processo de melhoria de um ambiente, de modo que as pessoas se tornem os administradores e proprietários de um lugar conforme este se transforma.

Sob esta ótica, as ideias, recursos, talentos e habilidades, coletivos ou individuais, da comunidade são fundamentais no processo de decisão do futuro de um espaço: do que será feito e mobilizado para melhorar um determinado local existente ou a possibilidade de desenvolver uma visão para um lugar novo.

A organização *Project for Public Spaces* (2008) elaborou um conjunto de onze princípios que podem ser seguidos a fim de transformar espaços públicos em lugares da comunidade. É importante destacar que, apesar das palavras “espaço” e “lugar” serem similares etimologicamente, elas possuem significados bastante distintos. Segundo PPS (2008), enquanto um “espaço” corresponde à descrição física de um recorte de solo, um “lugar” relaciona-se a uma conexão emocional a um recorte de solo. Os onze princípios desenvolvidos estão listados abaixo:

- A comunidade é o especialista: As pessoas que utilizam um espaço público são as que possuem maior propriedade para falar sobre o mesmo. Regularmente, elas fornecem perspectivas fundamentais acerca das funções da área, ajudando a identificar as questões que são importantes a considerar na melhoria do espaço. Considerar e incorporar as suas ideias e habilidades é essencial para o sucesso na criação de um lugar.
- Criar um lugar e não um desenho: O projeto é uma parte importante na criação um lugar, mas não o único componente. Existem aspectos que são muitas vezes mais importantes que o desenho em si, como proporcionar o acesso, criação de usos ativos e a promoção de oportunidades econômicas.
- Procurar parceiros: Parceiros contribuem com ideias inovadoras, suporte financeiro ou político e o planejamento de atividades, a fim de se criar um bom espaço público.
- Muito se vê apenas observando: Geralmente, as pessoas se adaptam a um lugar para atender às suas necessidades. Observar um espaço permite que se aprenda como o espaço é usado.
- Desenvolver uma visão: A promoção de uma visão para um espaço público dirige em comunidade o seu significado, caráter, atividades e usos. Esta visão deve ser definida pelas pessoas que utilizam ou participam do entorno deste espaço.
- Mais leve, mais rápido, mais barato: Ações simples de curta duração podem ser um modo de testar soluções e mostrar às pessoas que as suas ideias de fato importam. Proporcionam flexibilidade para expandir os usos através da experimentação, avaliação e incorporação de resultados nos próximos passos e em ações de planejamento a longo prazo.
- Triangulação: O conceito de triangulação refere-se à localização de elementos próximos, de modo que promovam atividade. Um banco, uma lixeira e um quiosque de café colocados perto de um ponto de ônibus gera sinergia.
- Sempre dirão “isto não pode ser feito”: Toda comunidade tem opositores, e quando uma ideia avança para além de uma organização, ou um participante disser "isto não pode ser feito", normalmente significa que nunca foi feito antes. É importante persistir e identificar líderes da comunidade que compartilham da mesma visão e que constituam suporte.
- A forma suporta a função: É comum as pessoas apenas pensarem em como irão utilizar o espaço após ele ser construído. Ter em mente os seus usos ativos no desenho ou remodelação do espaço pode reduzir custos e retrabalhos.
- O dinheiro não é o problema: A falta de recursos é comumente usada como justificativa para não agir. De fato, os fundos para melhoria dos espaços públicos costumam ser escassos. Por isso, é importante lembrar o valor do espaço público a possíveis parceiros e procurar soluções criativas. Estas parcerias podem trazer recursos para ativar e melhorar esses espaços.
- O trabalho nunca está terminado: Dada a certeza de mudança e a natureza fluída do uso de um lugar em momentos diferentes, o desafio é desenvolver a capacidade de responder de forma eficaz a estas mudanças. Uma boa gestão irá proporcionar essa flexibilidade.

O *placemaking* é, portanto, uma abordagem articulada multifacetada para a concepção, planejamento e gestão dos espaços públicos das cidades contemporâneas. E, segundo o *Project for Public Spaces* (2008), para sua aplicação efetiva, é fundamental fazer perguntas, ouvir e observar a comunidade, a fim de descobrir os desejos e necessidades das pessoas que habitam, trabalham e utilizam um determinado espaço a ser transformado (figura 6).



Fig. 6 – Um observador conduz um jogo de avaliação de desempenho no Astor Place, em NY, realizado pelo PPS em 2017 (fonte: acedido a 19 de maio de 2019. <https://www.pps.org/article/5-steps-to-making-places>).

As informações coletadas com a comunidade são então utilizadas para desenvolver uma estratégia de implementação, a partir da criação uma visão comum para esse lugar. Este processo se inicia numa escala pequena, por meio de pequenos reparos e melhorias que podem trazer benefícios imediatos aos espaços públicos e aos seus usuários (PPS, 2008).

Os resultados alcançados através do *placemaking* tem se mostrado muito positivos, como a construção de conexões entre indivíduos, o desenvolvimento econômico nas áreas trabalhadas, impulsionado por esses lugares, o desenvolvimento do senso de comunidade, nutrido por esses lugares, e a construção democrática através da sinergia de diferentes atores envolvidos no processo de criação desses lugares (PPS, 2008). Admite-se assim que o *placemaking* promove vínculos emocionais a lugares, e a comunidade é fortalecida por meio do compartilhamento dessas ligações.

3.2 REAÇÕES

3.2.1. O PLANEJAMENTO URBANO TRADICIONAL: PRÁTICAS, DEFICIÊNCIAS E DESAFIOS

Atualmente, o planejamento urbano é entendido como – oficialmente – uma atividade do Estado, sendo simultaneamente de interesse geral, mas produzido por especialistas e profissionais da área. Por muito tempo, foi aceito no âmbito dos estudos urbanos que os planejadores estariam mais aptos a propor soluções para os desafios urbanos das cidades e das sociedades, por se tratar de um projeto tanto físico quanto científico.

Contudo, o processo de planejamento guiado por especialistas tem sido criticado por não conseguir alcançar os objetivos e resultados a que se propõe responder, ficando a critério de interesses específicos e individuais (McClymont, 2014). Dentre as deficiências deste modelo de planejamento, estão sintetizadas as duas principais questões abaixo:

- Baseia-se em planos rígidos, com processos muito burocráticos e lentos;

- Mostra-se pouco democrático, com processos de participação instáveis;

Diante deste cenário, muitos autores apontam uma nova linha de investigação que vem emergindo, a chamada “planejamento do processo”, menos centralizada e mais democrática. Entretanto, mesmo esta abordagem também se mostrou ineficiente pelo foco muito grande no processo (estrutura e organização) em detrimento da ação (resultados práticos).

Por conseguinte, o que acontece atualmente é uma reflexão sobre o papel do planejamento, tanto teórico quanto prático. Dentro deste contexto, estudiosos urbanos buscam reconstruir o conceito e a prática, debatendo sobre o que é planejamento, os seus desafios e suas oportunidades. “*Planeamento surge do latim ‘planu’ ou ‘planus’, que significa ‘superfície plana, sem desigualdades’ ou ainda, ‘arranjo, esquema, disposição geral ou projecto’*” (Mota, 2013, p. 77).

Para Mota (2013, p. 78), a primeira ideia que surge a partir desta definição etimológica é a forte relação entre o planejamento e o plano, desenhado ou escrito, como seu instrumento privilegiado, onde o ato de planejar é concebido e definido. Assim, o planejamento, como atividade que relaciona o presente com o futuro desejado, considera lidar com três tipos de questões:

- O presente, e no contexto e os meios disponíveis, que são geralmente escassos;
- O futuro, espaço/tempo aonde os desejos e motivações vão se concretizar, num contexto que poderá ser de maior ou menor incerteza;
- A conexão entre o presente ao futuro, e como se mobilizam os meios, através de ações, para alcançar os objetivos pretendidos.

Para Nogueira (2010), a motivação para a instituição do planejamento está na noção desejável de interesse público e de bem público, e é justamente sobre o que constitui este bem público – e como ele pode ser alcançado – o que tem sido a razão de muitos debates na teoria do planejamento urbano contemporâneo.

Contudo, uma parte considerável das dificuldades que a prática do planejamento urbano tradicional enfrenta, segundo Nogueira (2010), decorre do fato de que a sua atividade implica constantemente na resolução de problemas que não estão bem definidos e que envolvem diversas forças e interesses, o que acaba por conduzir a conflitos e indecisões quanto às escolhas mais apropriadas, no que diz respeito às ações ou aos preceitos a favorecer. Ainda segundo o autor, a ocorrência tradicional da atividade do planejamento no interior das instituições públicas corrobora para a dificuldade na seleção das ações apropriadas, em termos de metas e de meios para alcançá-las.

Albrechts (2015, p. 105) aponta que a visão dos planos segundo forma e conteúdo é frequentemente uma negação da mudança e da incerteza presentes no urbanismo contemporâneo, o que faz com que se tornem rapidamente obsoletos. Além disso, segundo o autor, os planos muitas vezes são utópicos, pois acabam por não levar em conta os recursos, o tempo, ou mesmo a possibilidade da sua implementação (*ibid.*). Em resumo, Albrechts conclui que os planos tradicionais:

- Baseiam-se numa segurança jurídica, o que os torna rígidos, inflexíveis e insensíveis à evolução das circunstâncias e, conseqüentemente, ineficientes para lidar com as constantes mudanças de uma sociedade urbana dinâmica;
- Concentram-se principalmente nos aspectos físicos, por meio de soluções materiais e de desenho para problemas econômicos e sociais;
- Assentam sob um procedimento administrativo, desenhados para situações de estabilidade e previsibilidade;

- Orientam-se constantemente pelos desejos de especialistas e profissionais em detrimento de uma análise consistente da realidade e das necessidades coletivas;

Segundo o mesmo autor, soma-se a estas questões o fato do planejamento urbano ser visto como um processo burocrático, o que acaba por restringir as liberdades individuais e o funcionamento do mercado. Albrechts (2016) também defende que o planejamento do território tem produzido documentos estáticos e perenes, usados como enquadramento legal para os direitos de construção e desenvolvimento territorial como um todo, sendo, portanto, uma forma de controle burocrático e político para as ações de terceiros e oferecendo a investidores uma segurança jurídica.

Para Nogueira (2010), além destas questões, o planejamento urbano tradicional está associado a uma complexidade estrutural que contribui para uma certa “opacidade de procedimentos” (2010, p. 49), que pode fomentar desconfiças sobre uma ação com implicações no futuro coletivo, mas que é operada por profissionais especialistas. Deste modo, ao reivindicarem que a sua avaliação técnica se sobrepõe aos interesses individuais, os planejadores acabam por assumir uma posição extremamente privilegiada de decidir o que seria e o que não seria de interesse público, se afastando, assim, de questões de compatibilidade entre planejamento e democracia (*ibid.*).

Segundo Pires (2001), a cultura institucional estabelecida no planejamento vinculativo, pouco flexível e de longo prazo, desacelera e atrasa as mudanças na forma como as comunidades se organizam, mudanças tidas como necessárias para influenciar e moldar o seu próprio desenvolvimento. Esta forma de planejamento, distante intelectualmente e fisicamente dos cidadãos e das próprias autoridades locais, foi sendo implementada por meio da instituição e aplicação de leis, geralmente sem apoio ou consulta da população local.

O processo tradicional de planejamento, segundo Nogueira (2013, p. 2), representa “*um desperdício de energias*” se tiver como função apenas de sancionar diretrizes a serem seguidas e de comparar e validar critérios de decisão, podendo inclusive pôr em risco a credibilidade da atividade. O autor argumenta que atualmente não só os formatos do plano estão sendo questionados e revistos, mas também “*a importância de outras formas de processos sociais na gestão de dinâmicas territoriais*” (*ibid.*).

É cada vez mais aceito no âmbito dos estudos urbanos que o planejamento físico sozinho não é capaz de responder aos diversos conceitos emergentes de planejamento, como as cidades inteligentes e as cidades compactas. Cada vez mais, é necessário que os governos respondam a exigências que vão além da regulamentação tradicional de uso do solo e gestão de serviços. Em outras palavras, significa que as autoridades públicas devem mudar a abordagem interna atual, burocrática e obsoleta, e adotar competências e recursos externos ao aparelho administrativo tradicional (Albrechts, 2016).

A fim de mudar este cenário, segundo Pires (2001), é necessário inovar na agenda política e também nos processos de planejamento. O objetivo chave, para o autor, é transferir para a comunidade as competências e habilidades adquiridas para manter a capacidade de auto-organização (*ibid.*, p. 8), com o intuito de promover mudanças no sentido do desenvolvimento, baseadas na mobilização e na capacitação dos cidadãos.

3.2.2. O PLANEJAMENTO E O URBANISMO TÁTICO

3.2.2.1. Práticas e questões

Lidar com a incerteza tem se constituído um dos principais desafios ao planejamento e desenho urbano contemporâneo, uma vez que os agentes envolvidos nestes processos não agem necessariamente de

forma previsível, dada a diversidade atual de interações, prioridades e valores (Heylighen, 2001, citado por Silva, 2016).

Como resultado, as relações tornaram-se mais complexas e menos tangíveis e, segundo Silva (2016), as instituições de planejamento têm subestimado, negado e até reprimido tal complexidade. O motivo é que tais incertezas geram insegurança e, por consequência, uma certa paralisia em relação a como agir em territórios existentes com futuros incertos.

Para Shane (2011), uma possível solução para esta insegurança é a implementação de ferramentas que respondam aos novos desafios da cidade, o que representa uma mudança de abordagem dentro dos próprios processos de planejamento. A incerteza, então, estabeleceu uma questão para os planejadores e as autoridades públicas: como associar a flexibilidade, que passou a ser percebida como uma qualidade no planejamento, com a rigidez de normas e regras do planejamento urbano tradicional (Tasan-Kok, 2008, citado por Silva, 2016).

A estrutura formal do planejamento urbano ainda deixa muito pouco espaço para a proposição de novas ferramentas, abordagens e espaços de fala. O planejamento urbano tradicional tem como foco o desenvolvimento de uma relação harmoniosa entre o mercado privado e o setor público, onde os planejadores acabam por desempenhar um papel de mediadores e incentivadores, agindo como “guardiões” do interesse público (Myers e Banerjee 2005, citado por Finn, 2014).

Esse modelo de planejamento, segundo Finn (2014), impõe um papel claro para o governo local, que se concentra principalmente na gestão de recursos privados. Assim, o papel do planejamento, ainda segundo o autor, acaba por ser o de maximizar o benefício público das ações privadas e minimizar seus danos decorrentes.

Muitos estudiosos urbanos defendem então que o Urbanismo Tático seria uma das respostas aos novos desafios da cidade, ao promover uma mudança na abordagem dos processos de planejamento. O UT amplia o campo de ação dos cidadãos, num contexto em que as instituições públicas são menos receptivas aos desejos das populações urbanas (Silva, 2016). Contudo, as intervenções táticas não são apenas uma reação às necessidades não atendidas das comunidades locais, mas são também uma forma de rebeldia à abordagem regente do planejamento urbano. Em outras palavras, o Urbanismo Tático é também uma atitude insurgente contra o “plano”, percebido como carente de criatividade, flexibilidade, imaginação e eficácia (Finn, 2014).

Do mesmo modo, é amplamente aceito na literatura de planejamento que moldar o ambiente urbano não é domínio exclusivo dos planejadores e especialistas, e que os cidadãos comuns não devem ser apenas participantes de consultas públicas e integrantes de reuniões com associações de moradores.

“Todos os tipos de pessoas estão envolvidos na criação de cidades: advogados, desenvolvedores, investidores individuais e designers profissionais de várias áreas. Muito é projetado por pessoas que não se consideram projetistas, mas cujas ações, no entanto, mudam o mundo construído. Enquanto planejadores profissionais estão envolvidos em tomar muitas decisões sobre o futuro da cidade, muitos atos de design são feitos pelos cidadãos das cidades em seu próprio nome” (Lang, 1994, p. 35, citado por Finn, 2014).

Para Iveson (2013), uma maneira pela qual as práticas táticas podem construir uma política democrática de cidade é através da declaração do direito de apropriar-se dela, com base em nada mais do que o habitar compartilhado da cidade. *“A cidade é tão nossa para usar como de qualquer outra pessoa, e tanto quanto qualquer outra pessoa pode usar como é nossa”* (Iveson, 2013, p. 946).

Segundo Finn (2014, p. 391), a imprensa adota regularmente a lógica de que o movimento *DIY* é um antídoto para o “problema” do planejamento. Enquanto os praticantes do UT sugerem que as mesmas

abordagens estratégicas também podem ser úteis para os planejadores municipais, como o baixo custo de execução e o caráter experimental e temporário das intervenções, a maioria dos argumentos favoráveis ao UT são antagônicos ao planejamento urbano. O Urbanismo Tático é, portanto, uma atitude racional, e possivelmente necessária, para os cidadãos pouparem suas comunidades dos processos de planejamento, vistos por vezes como parte de um sistema ultrapassado e muito burocrático (Finn, 2014).

Contudo, ainda que este seja um processo já em desenvolvimento, Finn (2014) defende que as cidades continuam a precisar do planejamento urbano formal. Caso se estabelecesse um sistema tão desregulado e informal, onde indivíduos e investidores tivessem autonomia para fazer o que lhes fosse conveniente, seria extremamente difícil que as cidades e os governos locais exercessem seus poderes policiais e assegurassem igualdade, segurança e outros temas.

O que UT de fato busca é complementar as abordagens tradicionais de planejamento urbano, que promove uma separação entre debate e ação, incorporando a ação na forma de experimentação por meio de mudanças físicas temporárias e eventos sociais, como instrumentos no processo de compreensão de lugares e seus possíveis futuros. É uma atividade de protesto, motivada por indivíduos ou pequenos grupos que costumam utilizar de fundos privados e suas próprias mãos para executar os projetos, por vezes contornando aprovações públicas, financiamentos e processos públicos, mas com raízes no direito à cidade e no planejamento participativo.

Segundo Courage (2013), tal participação define novos territórios, modificando e contestando as fronteiras impostas por planejadores, arquitetos e políticos, a fim de capacitar cidadãos e comunidades sem ter de esbarrar no lento processo de legalidade do uso do solo, de aprovação de medidas ou na formulação de políticas sociais e territoriais.

A lentidão dos processos e da mudança é em parte uma consequência da inércia dentro das culturas de tomada de decisões, mas também reflete o baixo orçamento direcionado para os espaços públicos da cidade e a percepção da inovação liderada pela comunidade como de alto risco. Além disso, a organização política estabelecida dentro das instituições de planejamento muitas vezes dificulta a transparência e a clareza dos processos em execução, o que também milita contra a tendência atual e o anseio dos cidadãos por mais transparência governamental e participação, dificultando a confiança mútua com a comunidade local. Assim, novas formas de organização política são, como Lydon e Garcia afirmam (2015), um meio eficaz de subverter as estruturas liberais da democracia, que são marcadas pela inércia.

Grande parte dos autores e estudiosos urbanos favorecem a ação sobre o processo e a permissão. Para Lydon e Garcia (2015), agir sem permissão e retratar-se posteriormente é um meio de reduzir a burocracia, os interesses conflitantes e as jurisdições oficiais. Os autores afirmam que alguns casos existentes confirmam isto, pois mostram que se a ação direta é projetada de forma eficaz e conta com a aprovação popular, torna-se muito difícil para as instituições públicas não validar a intervenção.

Em tais práticas, o direito de se apropriar da cidade não é algo que é solicitado ou mesmo exigido das autoridades. Segundo Iveson (2013), o direito ao espaço urbano apropriado é algo que é declarado e verificado na prática. Em muitos casos, claramente, esse direito não é oficialmente reconhecido e a permissão das autoridades públicas deve ser procurada para que seu uso seja legitimado.

Para Silva (2016: 1048), grande parte das ações táticas de alguma forma ocorrem em uma "bolha de ar", na qual não há um confronto direto entre legalidade e essas ações. Em muitos outros casos, as iniciativas evoluíram de não sancionadas a sancionadas. Assim, processos emergentes auto-organizados podem estar posicionados justamente entre as esferas formal e informal.

Embora a sanção esteja associada a procedimentos legais e institucionais, a legitimidade também deve ser considerada, principalmente quando se trata da participação dos cidadãos nas transformações urbanas. Legitimidade “*corresponde a um objetivo reconhecido de um indivíduo ou grupo, não necessariamente sancionado*” (Silva, 2016, p. 1042). Como consequência do embate entre legalidade e legitimidade do Urbanismo Tático, as ações táticas legítimas não são contínuas e relevantes o suficiente para levar as instituições a adaptá-las e acabam por permanecer “informais”, ou chegam a um ponto que as instituições de planejamento se veem forçadas a se adaptar e a implementá-las.

Contudo, a maioria das iniciativas de Urbanismo Tático já executadas têm um prazo muito específico. Muitas vezes, elas não são feitas para serem duradouras, embora seu perfil temporário possa ter vários objetivos. O universo temporal das intervenções táticas costuma se posicionar entre os três listados abaixo (Silva, 2016, p. 1045):

- O caráter temporário é uma transição para o permanente (figura 7);
- O caráter temporário é uma maneira de permitir o debate (figura 8);
- O caráter é temporário, porém as ações são cíclicas (figura 9).



Fig. 7 – “Site Pre-Vitalisation”: ativação temporária em áreas de promoção imobiliária, anteriormente inativa e subutilizada, em NY, USA (fonte: Lydon, 2012, p. 27).



Fig. 8 – “Pop-up Town Hall”: disponibilização de um espaço informal, não governamental, para discussões cívicas, em NY, USA (fonte: Lydon, 2012, p. 29).



Fig. 9 – "Park(ing) Day": evento anual onde vagas de estacionamento na rua são convertidas em pequenos jardins públicos, no Porto, PT (fonte: Eduardo Lazzarini).

Dentro de diferentes prazos, o caráter temporário das intervenções táticas permite que as pessoas se acostumem a novas formas de vivenciar o espaço, funcionando como um teste para as soluções promovidas e permitindo que outras atividades ocorram neste mesmo local. Assim, por meio de uma abordagem "laboratorial", o Urbanismo Tático fornece soluções baratas e inclusivas para alguns dos desafios de planejamento urbano. Para tal, se faz necessário abrir espaço para as ações táticas no processo de planejamento urbano como uma atividade contínua para sua expansão e maior eficiência.

3.2.2.2. Ações de Urbanismo Tático e possíveis mudanças no desenho urbano

Segundo Silva (2016), algumas das motivações do Urbanismo Tático podem ser caracterizadas como uma reação às atuais práticas de planejamento do território, baseadas em regras rígidas e longos processos burocráticos. Essas características vêm definindo a transformação das cidades, uma vez que, atualmente, os sistemas de planejamento foram estabelecidos na maioria dos países. As ações de Urbanismo Tático são caracterizadas por outros tipos de propriedades, como listados na Tabela 1.

Para o autor, um grande desafio que emerge nas cidades contemporâneas é o de como integrar essas ações locais em um tecido urbano coerente. Como resposta, algumas das propriedades listadas anteriormente podem colaborar para o sucesso do Urbanismo Tático, como a capacidade de evoluir, acompanhar e mesclar. Estas características favorecem que as ações táticas tenham um impacto mais amplo no projeto e planejamento urbano.

Tabela 1 – Caracterização dos perfis de ações táticas (adaptado Silva, 2016, p. 1046).

Perfil da Ação Tática	Característica
Especialização	Define grandes objetivos específicos, sem ter uma percepção de qual é o impacto final da ação e quais são as relações com outras ações
Acompanhamento	Segue os princípios e a abordagem de algum outro movimento original, com regras mais específicas, e revela um nível de institucionalização maior que da ação antecessora
Adição	Baseia-se em uma iniciativa similar, mas com a adição de outra tarefa
Fixação	Tem como objetivo ser um teste de execução aberta para novas iniciativas e ocupações permanentes
Reivindicação	Resulta de demandas feitas por indivíduos ou grupo de cidadãos e, em alguns casos, também expressa uma necessidade
Monitoramento	É monitorada pelas autoridades públicas, devido à sua natureza específica e nível de impacto no ambiente urbano
Fusão	Resulta da combinação de duas ações especializadas, que se tornam complementares nesta terceira ação

Courage (2013) defende que o UT afeta a estabilidade geral da cidade e significa uma relação “porosa”, e mais produtiva, entre ativistas e governo local. Desta forma, possibilita que cidadãos e autoridades municipais possam trabalhar juntos e em direção a objetivos comuns.

As iniciativas do Urbanismo Tático identificam situações em que possam interferir e mudar o papel e a ordem normal dos eventos, afetando a linearidade do processo de planejamento. Muitas vezes, a oportunidade reside nos espaços públicos mal aproveitados das cidades. “*Enquanto o Urbanismo Tático procura por resíduos para intervir, as instituições de planejamento procuram por mau funcionamento*” (Silva, 2016, p. 1048).

As autoridades locais das cidades contemporâneas ainda subutilizam a capacidade da comunidade de identificar questões que necessitam de reparo. Enquanto as instituições de planejamento integram as informações fornecidas pelos cidadãos em seu próprio modo de operar, no Urbanismo Tático os cidadãos se tornam parte do processo e da solução. O espaço passa a desempenhar um papel na cidade,

uma vez que as ações táticas transformam espaços não-consolidados em consolidados, resultado de como estes são experienciados, trazendo, assim, benefícios para a forma urbana.

O fato das iniciativas táticas evoluírem, adaptando-se a novas necessidades e circunstâncias, pode ser também uma oportunidade, visto que uma maior interação entre os atores locais e as autoridades públicas permitiria a evolução mútua das partes. Sob diferentes perspectivas, ambos estão preocupados com a qualidade do ambiente urbano e com o fato de afetarem a maneira como os outros atores evoluem. Afinal, como afirma Rancière (2009, citado por Iveson, 2013), a política "*não é feita de relações de poder, é composta de relações entre mundos*". Portanto, caso o objetivo final seja instigar mudanças a longo prazo, as ações do UT devem se adaptar e guiar para outras ações, favorecendo também a construção de novas relações entre diferentes atores.

3.2.2.3. Articulação entre as abordagens *top-down* e *bottom-up*

Para estabelecer de que maneira as iniciativas *bottom-up* podem ser validadas e integradas nos processos de planejamento, é necessário olhar para a forma como o movimento do Urbanismo Tático coevoluiu com as instituições de planejamento. Atualmente, estas instituições buscam encontrar um papel para as iniciativas táticas não somente na elaboração dos Planos Diretores Municipais, mas também dentro do processo de planejamento como um todo.

Em algumas ações táticas, já é possível perceber este esforço das instituições, como no "*Site Pre-Vitalisation*" (figura 7), onde é estabelecida uma relação mais próxima entre empreendedores e ativistas, ou em "*Intersection Repair*" (figura 10), onde o papel das autoridades locais se torna mais notório.



Fig. 10 – "*Intersection Repair*": requalificação dos cruzamentos de ruas do bairro, transformando-os em espaços comunitários, em Portland, USA (fonte: aceso a 16 de junho de 2019. <https://cityrepair.org/fredas-tree>).

Contudo, apesar dos planos permitirem certa maleabilidade para que o processo encontre seu próprio caminho, as ações táticas exigem outro tipo de flexibilidade: a incerteza em termos de resultados e falta de programação. Iniciativas de UT buscam um "planejamento evolucionário" (*ibid.*), uma vez que sua abordagem está em encontrar soluções na maneira como os sistemas evoluem, ao invés de aguardar inerte que um ambiente ou um objeto urbano seja alterado. Em outras palavras, as ações táticas procuram por si mesmas produzir a solução, em vez de só destacar ou relatar o problema.

Para Finn (2014), em um contexto de crescente ativismo cívico, capacitação técnica dos cidadãos e uma redução correspondente na provisão de serviços pelo Estado neoliberal, as instituições de planejamento podem achar útil envolver o entusiasmo do Urbanismo Tático para facilitar a implantação de soluções locais, de baixo custo e impacto, para problemas urbanos.

Desta forma, o UT pode ser uma ponte entre a sociedade civil, profissionais e os tomadores de decisão em posição de poder formal de uma cidade. O Urbanismo Tático participativo e efêmero evita estruturas formais e encoraja os cidadãos a se tornarem críticos e a agir com base em sua própria autoridade.

A um primeiro olhar, as iniciativas de UT têm como qualidade comum o fato de emergirem de processos *bottom-up*, e fazerem parte de uma família maior de informalidade. Contudo, a ideia de que ações urbanísticas táticas são processos necessariamente *bottom-up* se tornou um tópico para debates. Em alguns casos, estas ações não envolvem comunidades inteiras, mas grupos muito específicos, além de que o próprio conceito de Urbanismo Tático está evoluindo. O termo também se tornou politizado (Spataro, 2016) e foi adotado por algumas instituições de planejamento no contexto posterior da crise financeira de 2008 (Mould, 2014).

Para Ferguson (2014, p. 15), o poder público, ao começar a ver as ações táticas como eficazes na cidade, tende a incorporar e financiar formas de urbanismo emergentes de base, podendo ainda incentivar o uso temporário, improvisado ou criativo de espaços urbanos subutilizados. A articulação bem sucedida entre ações *bottom-up* e ações governamentais já foi comprovada por algumas práticas políticas recentes nas cidades contemporâneas (Sansão Fontes, 2018).

Contudo, ainda não há exemplos consolidados para jurisprudência. Isto é, não existem modelos claros de como fazer uma interface bem sucedida entre as iniciativas de Urbanismo Tático e as ações governamentais, de maneira que forneçam monitoramento e supervisão necessários, mas também aproveitem as ações táticas como uma contribuição potencialmente útil aos processos formais de planejamento urbano.

De acordo com Finn (2014), esta relação expõe algumas tensões talvez não tão explícitas, como sobre haver ou não um nível desejável de atividades táticas em uma cidade, e questões como a legitimidade da supervisão do planejamento, o papel da sociedade civil na gestão do espaço público e as implicações da igualdade social a ser explorado e negociado de forma local. Assente nestas questões, torna-se evidente que as propostas ideológicas e o forte ativismo e publicidade que acompanham o Urbanismo Tático acabam por encobrir um conjunto cada vez mais complexo de dinâmicas que complicam e podem contrabalançar benefícios potenciais do movimento.

Para Courage (2013), a fim de obter sucesso dentro da complexidade dessas dinâmicas, é necessário que os ativistas e praticantes do UT aceitem o fato de que certas ações táticas serão absorvidas e reguladas pelas autoridades locais, tirando, assim, parte do brilho artístico e militante de movimento. Não obstante, os planejadores também terão que aceitar que muitas intervenções táticas não são apenas “brincadeiras ou uma variante sofisticada do graffiti” (Finn, 2014, p. 394), mas sim soluções possíveis oferecidas pela comunidade, e que o processo de arte e desenho urbano também precisam trabalhar juntos.

Portanto, as instituições de planejamento que desejarem aproveitar o espírito criativo e colaborativo do Urbanismo Tático precisarão gerenciar cuidadosamente esse diálogo para inspirar os ativistas do UT a colaborar no projeto de cidades melhores e, ao mesmo tempo, demonstrar que o planejamento é um aliado importante e não um obstáculo para os esforços liderados pelos cidadãos (Finn, 2014).

Para Iveson (2013), esses experimentos táticos só darão origem a uma cidade mais democrática se forem encontradas maneiras de politizá-los. Seguindo a mesma linha, Lydon e Garcia (2015) defendem que, ao profissionalizar o Urbanismo Tático e estabelecê-lo como um domínio de ação, a prática passa a ter o potencial de se tornar um meio mais eficaz e mais sensível de transformar os ambientes urbanos.

Brenner (2016, p. 12) afirma que “a busca por urbanismos alternativos exige a criação não só de novos espaços urbanos, mas também de novos espaços de Estado”. Isto significa que a possibilidade de impactos de maior escala e longo prazo de propostas táticas está condicionada à participação mais assertiva das instituições governamentais (Sansão Fontes, 2018). Desta forma, firma-se a importância da ação tática sancionada, ou seja, da articulação das propostas *bottom-up* com políticas *top-down*.

O Urbanismo Tático, então, tem o potencial de criar novas relações entre os planejadores e os praticantes, mas também com seus formuladores de políticas e tomadores de decisões políticas (Courage, 2013). Em outras palavras, o Urbanismo Tático tem o potencial de ser uma das respostas aos desafios de governança das cidades contemporâneas se, para tal, também abrir espaços políticos alternativos dentro da cidade.

3.2.3. A COPRODUÇÃO NO PLANEJAMENTO

Segundo Healey (2012), toda atividade de planejamento envolve alguma relação interativa e algum tipo de processo de governança. Para a autora, o planejamento é uma atividade de governança que ocorre em ambientes institucionais complexos e dinâmicos, moldados por forças econômicas, sociais e ambientais mais amplas, que estruturam interações específicas. Governança, portanto, são os processos pelos quais sociedades e grupos administram seus assuntos coletivos (Healey, 2012, p. 104).

Como as cidades são ambientes compostos por muitos atores e por muitos fatores de incertezas, as forças estruturantes não são capazes de determinar, tampouco controlar, as interações e as reivindicações que ocorrerão no ambiente urbano. Portanto, sempre haverá espaço para a mudança e para a inovação. Atualmente, segundo Pires (2001, p. 24), as motivações para a mudança são diversas, como as expectativas cada vez maiores da população sobre o papel do planejamento e a percepção generalizada da abordagem tradicional de planejamento urbano como uma prática falha, longe de fornecer orientação para o desenvolvimento e de demonstrar sensibilidade sobre as dinâmicas socioculturais locais.

E é neste contexto que o Urbanismo Tático tem se estabelecido como um conceito muito popular nas cidades do mundo todo, onde as intervenções iniciadas pelas comunidades demonstram a insatisfação dos cidadãos urbanos com o planejamento institucional. Para Pfeifer (2013), o aumento da responsabilização entre cidadãos, assim como a crescente valorização da participação nos processos de planejamento oficiais, são oportunidades para envolver as comunidades na resolução dos problemas e também para os planejadores encontrarem formas mais significativas de capacitar os cidadãos.

Apesar das dificuldades inegáveis na implementação de novas abordagens e incorporação de novos conceitos nas práticas de planejamento, existem várias maneiras pelas quais as cidades podem envolver os cidadãos e os ativistas táticos no projeto e gerenciamento do espaço local, seja por meio da criação de programas de capacitação ou através de projetos criativos e ativos de interação, que vão além dos canais tradicionais de consultoria e reclamação existentes (Finn, 2014).

Como exemplo, a prefeitura da cidade de São Francisco, nos Estados Unidos, criou um portal on-line (figura 11) para auxiliar os cidadãos a lidar mais facilmente com aprovações das secretarias públicas para projetos de iniciativas de base. Por meio deste canal, tanto a população local, quanto investidores

e comerciantes, podem solicitar serviços que “combinem todas as diretrizes da cidade, requisitos de permissão e recursos para o desenvolvimento do espaço público em um único site, oferecendo ao usuário uma abordagem prática passo a passo para melhorar as ruas de São Francisco” (Departamento de Planejamento de São Francisco, 2012).



Fig. 11 – Site [sfbetterstreets.org](https://www.sfbetterstreets.org/), portal criado para facilitar a realização de melhorias urbanas em São Francisco. (fonte: acedido a 21 de junho de 2019. <https://www.sfbetterstreets.org/>).

Esforços como este ajudam a capacitar a comunidade a usar abordagens táticas para solucionar questões locais, ao mesmo tempo em que fornecem alguma estrutura e supervisão formal do processo (Finn, 2014). Contudo, segundo Silva (2016), ao invés da colaboração dos cidadãos ser uma parte fundamental da proposta e do trabalho com os planejadores urbanos e, conseqüentemente, com as instituições de planejamento, a participação ainda é vista essencialmente como a inclusão de sugestões específicas selecionadas pelos profissionais e especialistas.

Pires (2001) defende que, para mudar esta situação, é preciso inovar tanto na agenda política quanto nas atitudes de políticas e processos de planejamento, de forma a transferir para a população as competências e conhecimento metodológico para apoiar a capacidade de auto-organização das comunidades.

Para que isto se concretize, é necessária uma atitude de valorização e validação de outras formas de conhecimento, que podem ser locais, subjetivas e baseadas na experiência (Nogueira, 2010, p. 42), atenta às diferenças de oportunidade de expressão destes meios de conhecimento alternativos. Tal atitude deve também estar centrada no diálogo enquanto oportunidade da aprendizagem mútua, de modo que as ações coletivas resultem também no aumento da capacidade coletiva de compreender e solucionar os problemas (*ibid.*).

Seguindo esta linha, Mota (2013) defende que, enquanto disciplina, o papel do planejamento urbano deve ser o de produzir uma interrelação entre o conhecimento disciplinar e o experimental, ou seja, deve incorporar uma dimensão de ação coletiva que almeje a transformação da sociedade civil, utilizando o conhecimento como a base da ação e da interação.

O autor ainda aponta que diversos estudiosos urbanos defendem que o planejamento do território faz-se necessário mais para incitar e capacitar grupos a desenvolverem iniciativas de base, e menos para controlar e regular as mesmas. Este exercício de capacitação e envolvimento pode trazer benefícios para o planejamento, tanto no que diz respeito a um compromisso maior entre as partes envolvidas, quanto para um comprometimento na coimplementação de ações e no alinhamento de dinâmicas em torno de objetivos comuns (*ibid.*, p. 94).

Nesse cenário, faz-se necessário discutir o tema dos comuns urbanos que, segundo Bradley (2015), são espaços a princípio não definidos por sua propriedade formal, mas pela forma como os cidadãos fazem uso dele. Sua criação pode se manifestar por meio da apropriação de espaços abandonados, ou de propriedade privada, para usos coletivos.

Segundo Harvey (2014), há uma distinção fundamental entre espaços públicos (bens públicos) e comuns urbanos. Os primeiros dizem respeito à administração pública, sob uma ótica de propriedade, não constituindo, necessariamente, um comum. Para o autor, o público torna-se um comum quando “*as forças sociais se apropriam dele, protegendo-o e aprimorando-o em benefício mútuo*” (ibid., p. 144). É o caso das ruas e praças, espaços públicos frequentemente transformados em comuns através das ações sociais insurgentes. Portanto, o comum não se trata de um bem estático, mas uma relação maleável entre os aspectos do espaço físico, existentes ou ainda a serem criados, e o grupo social atuante.

Os comuns surgem, de acordo com Sansão Fontes *et al.* (2018), quando o espaço público é tratado como um lugar para o engajamento democrático e não como um negócio, como acontece regularmente. Ferguson (2014) aponta os comuns como um espaço que é ao mesmo tempo real e simbólico, uma plataforma urbana e cívica onde a renegociação dos valores sociais e políticos compartilhados pode ganhar uma forma construída, ou seja, um espaço físico concreto de trocas.

Diversos autores sustentam que o processo de produção desse espaço comum deve ser aberto, transbordando os limites de uma determinada comunidade e neutralizando áreas exclusivas a grupos específicos. Para Harvey (2014), o desafio está em descobrir maneiras criativas de usar os poderes do trabalho coletivo para o bem comum, de forma que as pessoas que produzem mantenham o controle do valor produzido.

Neste sentido, Albrecht (2015) introduz o conceito de coprodução como uma maneira de conceber um esforço coletivo, onde os cidadãos urbanos não são o objeto da ação, mas sim uma parte da mesma. Segundo o autor, a coprodução é inclusiva e pretende influenciar e alterar a conjuntura atual política do planejamento urbano, por meio de projetos e políticas específicas. Este conceito combina o conhecimento local e científico, permitindo uma interação entre a provisão de bens públicos, como projetos, planos e políticas, e a construção de comunidades fortalecidas e que se fortalecem mutuamente.

Albrecht aponta a coprodução como uma estratégia para a definição de três grandes temas: problemas e desafios, resultados desejados e estratégias para alcançar estes resultados (soluções). Assim, para além da legitimidade derivada do poder estatal, “*no planejamento a legitimidade pode vir de seu desempenho como uma força criativa e inovadora e sua capacidade de entregar resultados positivos e obter benefícios*” (Albrechts, 2015, p. 107).

Entretanto, um dos principais desafios que se estabelece no contexto da cidade contemporânea e do planejamento urbano consiste justamente no debate entre os movimentos que procuram a democratização, por meio de decisões tomadas coletivamente e da capacitação dos cidadãos, e as instituições e estruturas estabelecidas que procuram absorver estas reivindicações numa estrutura igualitária (Albrechts, 2015, p. 107). Em outras palavras, tal debate implica uma luta política entre duas visões de justiça distintas: justiça como capacitação e empoderamento e justiça como distribuição (Young, 1990, citado por Albrechts, 2015).

Segundo Iveson (2007), trata-se, portanto, de tornar a cidade pública, não apenas ocupando fisicamente seus espaços públicos, mas também tornando essas ocupações uma questão de interesse e debate públicos sobre qual o melhor procedimento a ser adotado. Envolve a formação de esferas

públicas onde as formas tradicionais de ordem e autoridade são questionadas, e a parte em desacordo é reconhecida, validada e ouvida. Evidentemente, tornar a cidade pública não é apenas uma questão de vontade: é, fundamentalmente, uma questão de organização e estratégia.

No entanto, para que essa mudança seja institucionalizada, é necessário repensar o planejamento de forma a envolver os cidadãos na construção de uma cidade e uma sociedade à qual sintam pertencer, a fim de mobilizar os recursos essenciais para transformar as ideias em práticas recorrentes, para que consigam alterar a cultura existente. Isto implica tempo e dedicação, uma vez que esta abordagem só será validada se conseguir produzir resultados visíveis num período relativamente curto.

Para tal, muitos autores defendem que é preciso estabelecer metas e resultados a curto prazo que sustentem esforços a longo prazo, e que permitam realizar os projetos e testar diretrizes para o futuro. Complementar a isto, a teoria e prática de planejamento deve envolver um esforço criativo para conceber futuros alternativos, trazendo esta criatividade para as decisões políticas e sua execução.

Como conclusão, o planejamento necessita de um debate crítico para lidar com os desafios e oportunidades atuais, que questione os processos políticos e econômicos das abordagens existentes. Isto exige uma nova e intencionalmente concebida metodologia de planejamento (Pires, 2001, p. 8), baseada no conhecimento resultante do par teoria e prática, com uma atitude positiva para expandir horizontes, para um desenvolvimento positivo, inclusivo e transformador.

3.3 Síntese Conclusiva

Pode-se concluir que as iniciativas do Urbanismo Tático atuam como etapas de um projeto maior através de sua abordagem específica, uma vez que consideram como horizonte a grande transformação. Estas iniciativas agem de forma tática em uma ação ágil e parcial, funcionando como teste da própria ideia e de sua aceitação pela comunidade, em um processo de tentativa e erro.

Os temas espaciais, sociais e políticos presentes nas ações táticas podem ser considerados indicativos de uma nova forma emergente de cidadania. Os projetos de UT funcionam como ferramentas de capacitação para os usuários do espaço urbano, na medida em que permitem que o usuário se aproprie e ocupe este ambiente, transformando-o mutuamente e continuamente.

Capacitar os cidadãos para contribuírem com o desenho dos seus próprios ambientes urbanos, dentro de alguns parâmetros, pode resultar em inúmeros benefícios, desde uma cidadania mais engajada até soluções inovadoras. Os projetos de UT podem ilustrar para os planejadores e para os cidadãos o que é possível de ser feito nos espaços públicos e devolutos da cidade, ainda que seja por meio de soluções não ortodoxas. Logo, fica a cargo das instituições de planejamento aproveitar deste entusiasmo e criatividade, mas de maneiras seguras, equitativas, eficazes e apropriadas localmente.

Desta forma, tendo em vista os objetivos em grande escala e as conquistas a longo prazo, a abordagem específica do Urbanismo Tático surge como uma tentativa de romper o impasse e a lentidão do planejamento institucional, atuando através de projetos e políticas flexíveis e ajustáveis.

Porém, mesmo neste enquadramento otimista do Urbanismo Tático, a sua relação com algumas grandes questões das cidades contemporâneas e sobre o futuro das cidades permanecem não resolvidas, como os modos de governança, as dinâmicas de monopólio territorial, as regras de desenvolvimento imobiliário, os espaços de circulação e manifestação popular, as interfaces com os processos ambientais, entre outras questões.

Mas, nas condições atuais, tais abordagens cooperativas em relação à transformação dos sistemas de planejamento parecem uma boa alternativa para promover o desenvolvimento de uma base social

atuante e insurgente que apoie os serviços públicos. Assim, o resultado do exercício de planejamento deve ser mais ativo que um plano diretor e menos inexpressivo e apático do que uma lista de projetos a serem executados. Somado a isto, a profissão do planejador não deve ser vista apenas em termos de processo, como um meio de controle ocupacional. Sua atuação tem o potencial de promover melhores resultados espaciais e sociais nos ambientes urbanos.

Em conclusão, o Urbanismo Tático contribui tanto para a remodelagem do espaço urbano quanto para novos modelos de planejamento e de participação cívica. Os estudos de caso apontados neste trabalho, a seguir, buscam entender como estes objetivos podem ser alcançados, como as autoridades locais podem aprender e trabalhar com tais iniciativas, além de acolher e legitimar esta nova forma de cidadania e de fazer cidade.

4

ESTUDOS DE CASOS

4.1 METODOLOGIA

A metodologia aplicada neste trabalho foi desenvolvida, primeiro, a partir do estudo de metodologias utilizadas por outros autores que tratam de temas correlacionados aos debatidos nesta investigação. É apresentada a seguir uma tabela resumo com as metodologias estudadas para a elaboração do presente método.

Tabela 2 – Quadro resumo das quatro metodologias estudadas (elaborado pelo autor).

Autor	Artigo	Ano	Metodologia	Aplicação
McFarlane	<i>Rethinking Informality: Politics, Crisis, and the City</i>	2012	Autor elabora 3 quadros conceituais para mapear as relações mutáveis das práticas informais e formais: especulação, composição e bricolagem	Exemplo dos alagamentos das monções na Índia e a crise urbana instalada, para ilustrar o potencial político de conceber formalidade e informalidade como práticas
Karvonen e Heur	<i>Urban Laboratories: Experiments in Reworking Cities</i>	2014	Autores sugerem 3 parâmetros chave para avaliação e crítica de práticas com a etiqueta de laboratório urbano: localização, orientação para mudança e contingência	Revisão de uma investigação feita sobre laboratórios urbanos nas últimas 3 décadas, para compreender o significado destes espaços no contexto urbano
Silva	<i>Tactical urbanism: Towards an evolutionary cities' approach?</i>	2016	Autor sugere a análise das iniciativas considerando 3 principais pontos: o processo, sua interação com instituições de planejamento e resultados no desenho urbano	Exemplos diversos e breves de iniciativas táticas nos EUA, utilizados para ilustrar a revisão bibliográfica do tema
Sansão Fontes	<i>Urbanismo Tático para requalificação gradual do espaço público metropolitano: O caso do Park(ing) Day no Rio de Janeiro</i>	2018	Autora analisa as intervenções temporárias através de 8 dimensões: natureza transitória, pequena escala, particularidade, subversão, interação com o passante, ativação do espaço público, natureza participativa e incentivo às relações sociais	Pesquisa teórica sobre Urbanismo Tático e avaliação de 5 intervenções Park(ing) Day no Rio de Janeiro através desta metodologia

No artigo *Rethinking Informality: Politics, Crisis, and the City* (2012), McFarlane desenvolve três quadros conceituais – especulação, composição e bricolagem - para mapear as relações mutáveis das práticas informais e formais. Já Karvonen e Heur em *Urban Laboratories: Experiments in Reworking Cities* (2014) formulam três parâmetros chave para avaliação e crítica de práticas que se intitulam de laboratórios urbanos: a sua localização, sua orientação para mudança e sua imprevisibilidade. Silva em *Tactical urbanism: Towards an evolutionary cities' approach?* (2016) sugere a análise das iniciativas táticas considerando três principais pontos: o processo, sua interação com instituições de planejamento e os resultados no desenho urbano. Por último, Sansão Fontes (2018), no artigo *Urbanismo tático para requalificação gradual do espaço público metropolitano: O caso do Park(ing) Day no Rio de Janeiro*, apresenta sua metodologia que avalia uma intervenção temporária por meio de oito dimensões: natureza transitória, pequena escala, particularidade a determinado contexto, subversão do uso ou convenção, interação com o passante, ativação do espaço público, natureza participativa e incentivo às relações sociais.

Assim, desenvolveu-se para este trabalho três aspectos para analisar as intervenções a serem escolhidas e comparadas posteriormente. No primeiro item, serão estudados os processos, as etapas e a organização da cada ação. No que diz respeito ao segundo item, serão analisadas as interações com o poder público e as instituições públicas em geral, com foco naquelas que tangem segurança, controle e planejamento urbano. E no terceiro item serão avaliados os resultados, a interação com a comunidade local e as implicações no desenho urbano.

Portanto, iniciativas de Urbanismo Tático serão analisadas neste estudo de casos segundo metodologia desenvolvida para este trabalho, composta pelos três aspectos a seguir, que posteriormente serão desenvolvidos em subtópicos para estudo comparativo.

- 1 - Estrutura e processo
- 2 - Interação com as instituições públicas
- 3 - Impactos na cidade e na comunidade

Numa segunda fase, foram escolhidos dois casos práticos de ações de Urbanismo Tático, que ocorreram numa mesma cidade – no Rio de Janeiro – mas que utilizaram abordagens diferentes para sua implementação e execução: a primeira, #becomaravilha, foi uma intervenção *bottom-up*, e a segunda, Rio+Pedestre, *top-down*. Além disso, ambas as ações tiveram visibilidade significativa, eficácia e aderência quando implementadas. O fato de terem escalas e objetivos distintos também são fatores que enriquecem um estudo comparativo e que despertaram interesse e relevância para que fosse feita uma investigação.

O método utilizado também envolve a pesquisa teórica sobre o Urbanismo Tático. Além disso, o trabalho também se baseou em registros fotográficos, reportagens e análise dos dados obtidos após entrevistas a membros envolvidos na idealização e execução das ações.

Para a intervenção #becomaravilha, foi realizada entrevista com a professora e criadora do Laboratório de Intervenções Temporárias (LabIT), idealizadora da ação e participante ativa de todas as etapas do processo. Complementar a isto, a equipe do laboratório publicou um artigo sobre a intervenção, *Táticas de reconquista do espaço: o #becomaravilha como construção coletiva de um lugar* (2017), que também serviu como material de apoio para o desenvolvimento deste estudo.

Já para a intervenção Rio+Pedestre, a entrevista foi realizada com a coordenadora de projetos da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Após a entrevista, foram fornecidos materiais oriundos de apresentações feitas em reuniões internas entre secretarias da Prefeitura, que também serviram como apoio para a elaboração da investigação em questão.

Por fim, cada intervenção poderá ser lida e detalhada, segundo subtópicos, através de uma tabela resumo comparativa, que analisa e explicita as principais características das duas intervenções investigadas neste estudo de casos. Para o estudo comparativo, a fim de produzir uma avaliação mais detalhada e melhor organizada, cada aspecto da metodologia aplicada neste estudo será pormenorizada em subtópicos para uma investigação mais minuciosa.

1 - Estrutura e processo:

- Subtópico 1: Principais atores
- Subtópico 2: Criação
- Subtópico 3: Objetivo
- Subtópico 4: Planejamento
- Subtópico 5: Escolha do local
- Subtópico 6: Equipe
- Subtópico 7: Origem dos recursos
- Subtópico 8: Compra de materiais
- Subtópico 9: Divulgação

2 - Interação com as instituições públicas:

- Subtópico 1: Aprovações
- Subtópico 2: Instituições públicas envolvidas
- Subtópico 3: Relação com a Polícia

3 - Impactos na cidade e na comunidade:

- Subtópico 1: Duração
- Subtópico 2: Espacialidade
- Subtópico 3: Envolvimento com a comunidade
- Subtópico 4: Avaliação dos resultados
- Subtópico 5: Materiais produzidos
- Subtópico 6: Permanência

4.2 CONTEXTO URBANO

“O Rio de Janeiro, com ruas de abundante informalidade, já poderia ser considerado quase uma cidade ‘eventual’, pontuada de fortes rupturas na linha do cotidiano. As intervenções temporárias, nesse sentido, desafiam esse cenário - também de exceções - através da ruptura da ruptura” (Sansão Fontes, 2014, p. 11).

Cada vez mais, o Brasil torna-se um país urbano. Hoje, a maioria dos brasileiros mora em cidades. A intensa urbanização da população brasileira resultou na formação de grandes metrópoles dentre as quais se destaca o Rio de Janeiro, que foi capital do país por quase 200 anos. O Rio de Janeiro cresceu e ultrapassou as fronteiras municipais, e hoje forma uma imensa cidade, constituída por 19 municípios com 11 milhões de habitantes, que compõem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Santos *et al.*, 2013).

No Brasil, o Estatuto da Cidade estabelece o Plano Diretor como o instrumento jurídico através do qual os municípios estabelecem seus objetivos de política urbana. Tais objetivos devem se subjugam aos princípios da legislação do Estatuto, como a “função social da cidade” e a “função social da propriedade”. Contudo, O Plano Diretor não trata apenas de regular o uso do solo urbano, mas também

inclui diretrizes para o desenvolvimento urbano ao cuidar do território municipal como seu objeto de trabalho, e não apenas do território urbano (Santos *et al.*, 2013).

O Município do Rio de Janeiro concentra a segunda maior população do país e grande parte das atividades econômicas, além de ser uma das cidades brasileiras de maior expressão cultural e política. O título de *cidade maravilhosa* tem relação com a sua história urbana, que foi marcada por transformações em seu desenho desde a sua origem colonial. Cidade nascida entre morros, comprimida entre o mar e a montanha, o Rio de Janeiro foi constituindo seu sítio através de drenagens, aterros e desmontes que possibilitaram a expansão do solo urbano. Assim, a cidade tem uma história de intervenções urbanas que é anterior às grandes transformações ocorridas nas últimas décadas (Piñon de Oliveira, 2008).

Este fato é tido quase como um componente natural da história urbana do Rio de Janeiro, fato que é usado para justificar, de certa forma, intervenções de maiores proporções realizadas na cidade. Portanto, foi uma cidade que se acostumou com mudanças regulares, a exemplo da reforma urbana realizada por Pereira Passos no início do século XX, que buscava imprimir características mais modernas ao Rio, construindo praças, ampliando ruas e criando estruturas de saneamento básico. Entretanto, o poder público busca atualmente substituir a reforma urbana pela revitalização do tecido urbano: recuperar o espaço urbano sem que seja necessário reconstruí-lo para isto. Ao invés de destruir áreas existentes, a administração pública visa reabilitar as áreas degradadas da cidade (Piñon de Oliveira, 2008).

Atualmente, o quadro histórico de concentração de riquezas da sociedade brasileira é acentuado por um processo mundial de políticas neoliberais aplicadas às cidades, como tem acontecido no Rio de Janeiro. Este processo pode ser percebido no planejamento urbano e na gestão pública desde a década de 90, através da forte tendência à cidade-emprego ou cidade-mercadoria (Arantes, 2000, citado por Piñon de Oliveira, 2008). Segundo o autor, hoje, o objetivo das instituições públicas e de planejamento é de restaurar a imagem da cidade, marcada pela insegurança pública e pela desordem urbana, e inseri-la na competição internacional intensificada pelo processo de globalização.

A realização da Copa do Mundo da FIFA de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro foi o desfecho de uma trajetória na qual uma nova concepção de cidade e de planejamento urbano foi estabelecida. Estes eventos configuraram-se como um meio de atração de investimentos para este fim, logo, acabam por ser parcialmente responsáveis pela definição das áreas alvo de reestruturação urbana.

Além disso, as cidades portuárias, como o Rio de Janeiro, se apresentam como lugares estratégicos para investimentos, pois são cidades sede da dinâmica das trocas internacionais e têm propiciado a formação de *cidades globais* (Santos *et al.*, 2013). Por esta razão, o poder público tem se empenhado na atração de capitais para o município carioca, e recorre à valorização da vocação turística e dos atributos naturais para isto, ao mesmo tempo em que realiza grandes investimentos em transporte e infraestrutura, e nos setores de serviços socioculturais e financeiros.

No Rio de Janeiro, além dos projetos de melhoria de infraestrutura e requalificação urbana, há também outros programas do governo que vêm sendo implantados para estes fins: a recuperação e renovação da região portuária da cidade através do projeto Porto Maravilha, o Programa Morar Carioca, a construção de grandes estruturas viárias e de duas novas linhas de metrô e a revitalização de áreas com potencial cultural e turístico.

Por consequência, as intervenções urbanísticas na cidade do Rio de Janeiro vêm trazendo profundas mudanças no cotidiano de seus habitantes. Segundo Santos *et al.* (2013), para a cidade sede de grandes eventos esportivos, é indesejável que o público e os investidores vejam as mazelas sociais e a

desordem urbana. Por isso, uma nova dinâmica e estética urbana se estabelece, que implica no afastamento da população de baixa renda para áreas pouco atrativas ao capital imobiliário, que são as regiões periféricas da cidade.

As estratégias de resistência das comunidades locais, como a mobilização coletiva e as apropriações informais nos espaços públicos, são abordagens buscadas hoje para a criação de uma proposta que complemente o modelo de cidade instituído pelo poder público. Atualmente, as organizações comunitárias e a própria administração pública começam a discutir a proposição de urbanismos alternativos que façam frente às grandes obras de infraestrutura e de adaptação da cidade para os grandes empreendimentos e eventos, e que dêem voz aos cidadãos e conciliem o desenvolvimento urbano e o uso dos espaços públicos à permanência da cultura local e dos moradores nos centros urbanos (Santos *et al.*, 2013).

4.3 AS INTERVENÇÕES ESCOLHIDAS

4.3.1. PRIMEIRA INTERVENÇÃO

A ação tática #becomaravilha foi realizada num sábado à tarde, no dia 07/11/2015, na Travessa do Liceu, localizada próximo à Praça Mauá, no Rio de Janeiro. Por meio de uma abordagem *bottom-up*, advinda da articulação entre academia e sociedade civil, a ação foi capaz de dar notoriedade e trazer reflexão a um contexto degradado, mesmo com poucos recursos.

A iniciativa foi o resultado da primeira oficina de intervenção temporária, realizada pelo Laboratório de Intervenções Temporárias (LabIT) em parceria com a Escola Padre Dr. Francisco da Motta, no Morro da Conceição, localizada no entorno imediato da área de intervenção. A oficina teve como objetivos apresentar aos participantes o conceito e exemplos de intervenções temporárias, e discutir sobre sua capacidade de promover transformações graduais nos espaços públicos. A partir das discussões teóricas e das imersões na área de estudo, a intervenção temporária foi desenvolvida e executada com o objetivo de ativar a Travessa do Liceu (Intervenções Temporárias no Rio de Janeiro, 2015).

Trata-se de um espaço público que ficou esquecido – um “beco” – após a revitalização da Praça Mauá, no contexto das obras realizadas na cidade para as Olimpíadas Rio2016. A intervenção, que durou 5 horas, trouxe para o local uma grande área de lazer linear aberta ao público, marcada por uma cobertura estilo túnel que promoveu a conexão da Praça Mauá com a subida do Morro da Conceição (figura 12).

Foi instalado um letreiro escrito #beco, que provocou um confronto sutil com o letreiro da #CidadeOlímpica, a fim de convidar os transeuntes a conhecerem esse local oculto no centro da cidade, mas tão próximo fisicamente deste novo espaço público aclamado do Rio de Janeiro. Além disso, posicionaram-se três pórticos em pontos estratégicos, chamando a atenção para problemas e potencialidades da região e do projeto implantado na Praça Mauá. Por fim, a intervenção ofereceu um pequeno espaço para shows e algumas áreas de estar, comércio e permanência para os moradores e usuários da região, além de algumas performances artísticas em pontos do entorno.



Fig. 12 – Intervenção temporária #becomaravilha (fonte: acedido a 02 de julho de 2019. <http://intervencoestemporarias.com.br/intervencao/1402/>).

4.3.2. SEGUNDA INTERVENÇÃO

A ação tática *Rio+Pedestre* realizada nos dias 18 e 19/11/2018 pela Prefeitura do Rio de Janeiro e pelo ITDP, com o apoio e participação de diversos parceiros, foi a primeira intervenção *top-down* de Urbanismo Tático de grandes proporções feita na cidade. O objetivo da ação foi demonstrar a importância de reduzir a velocidade dos veículos, por meio de modificações no desenho da rua, garantindo uma convivência mais segura e harmônica entre pedestres, ciclistas e motoristas.

A área de intervenção trabalhada, cuja escolha surgiu após um workshop entre os idealizadores, é uma região de muita circulação de pedestres e altos índices de atropelamentos, além de ponto de confluência de diversos modais: o cruzamento da Rua São Francisco Xavier com a Rua Heitor Beltrão, no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro. Após uma operação prévia extensa e complexa que envolveu muitos atores, a intervenção consistiu no redesenho dos limites entre as áreas de fluxo de veículos e as áreas de pedestres, removendo superfícies de estacionamento e eliminando áreas residuais de circulação de veículos. Foram utilizados vasos de plantas, cones e pinturas no asfalto com tinta lavável para demarcar as novas áreas de pedestres (figura 13).

Durante a ação, foram realizadas diversas intervenções e manifestações artísticas nos novos espaços, onde os transeuntes puderam interagir e manifestar seus interesses em relação aos novos espaços públicos. A ação foi bem aceita pela população local, e gerou uma reflexão sobre como a cidade pode ser mais caminhável e mais segura para os pedestres.



Fig. 13 – Intervenção temporária Rio+Pedestre (fonte: acedido a 02 de julho de 2019. <https://itdpbrasil.org/wp-content/uploads/2018/11/WhatsApp-Image-2018-11-18-at-14.36.49.jpeg>).

4.4 #BECOMARAVILHA

4.4.1. O LABIT

O Laboratório de Intervenções Temporárias e Urbanismo Tático (LabIT) surgiu a partir de uma iniciativa interdisciplinar entre pesquisadoras de diferentes instituições de ensino superior do Rio de Janeiro: o Programa de Pós Graduação em Urbanismo da FAU/UFRJ, Escola de Belas Artes da UFRJ e do Departamento de Artes e Design da PUC-Rio. O objetivo do laboratório é estreitar as relações entre as intervenções temporárias e os espaços públicos da cidade através da construção de um mapeamento das intervenções, permitindo, assim, entender como seus espaços são apropriados. Para a elaboração desta cartografia do temporário, procede-se à identificação, classificação, mapeamento e interpretação dessas intervenções, dentro da esfera de quatro tipologias: apropriações espontâneas, intervenções de arte pública e festas locais (Intervenções Temporárias no Rio de Janeiro, 2015).

A partir da identificação dos lugares onde a cidade do Rio de Janeiro se transforma, motivada pela transformação temporária do espaço público, o laboratório procura repensar os espaços coletivos contemporâneos para que sejam mais significativos para os usuários. Além disso, o LabIT realiza intervenções concretas que ativam espaços subutilizados da cidade, tendo em vista transformações a longo prazo. Estas intervenções são desenvolvidas a partir de oficinas com estudantes de cursos das instituições envolvidas (Intervenções Temporárias no Rio de Janeiro, 2015).

Para avaliação e análise das intervenções temporárias, o laboratório utiliza a metodologia desenvolvida pela Professora Adriana Sansão Fontes, idealizadora do projeto, no livro *Intervenções temporárias, marcas permanentes. Apropriações, arte e festa na cidade contemporânea* (2013, citado por Intervenções Temporárias no Rio de Janeiro, 2015). Cada intervenção cadastrada possui um diagrama axonométrico, com três níveis de intensidade, aumentando do centro para a extremidade, onde as intervenções podem ser lidas através de suas oito características formativas: transitória, em relação à duração; pequena, em relação à escala; particular, em relação ao lugar; subversiva, em relação a algum padrão de uso/lei; interativa, em relação às pessoas; ativa, em relação ao espaço; participativa, feita *de baixo pra cima*; relacional, no estímulo à socialização.

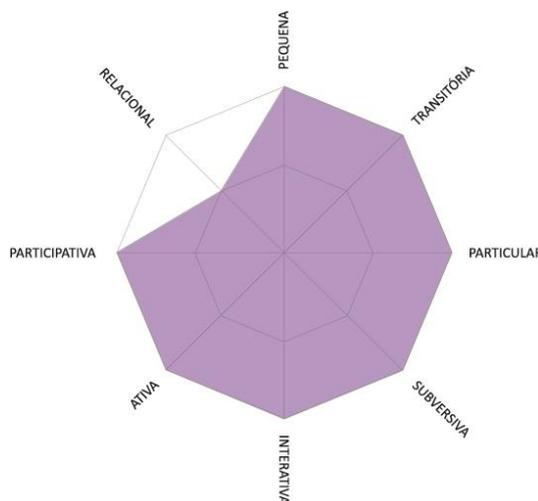


Fig. 14 – Diagrama axonométrico da intervenção #becomaravilha (fonte: acedido a 02 de julho de 2019.

http://intervencoestemporarias.com.br/wp-content/uploads/2015/11/DIAGRAMAS_APROPRIACAO_becomaravilha.jpg).

4.4.2. ESTRUTURA E PROCESSO

A Oficina de Intervenção Temporária proposta pelo LabIT seguiu uma dinâmica composta por um processo projetual de caráter explorador, que mesclava aulas expositivas com o reconhecimento da região, trabalhos práticos em grupo, pesquisas de referências e a construção material da intervenção (Sansão Fontes *et al.*, 2017). No total, participaram da oficina vinte e oito estudantes das quatro instituições envolvidas no projeto: FAU- UFRJ, EBA-UFRJ, Design e Arquitetura da PUC-Rio e do curso de nível médio da Escola Padre Dr. Francisco da Motta, localizada no Morro da Conceição, objeto de estudo.

Foi então dado aos estudantes o desafio de identificar um lugar, dentro da área de estudo, para a produção de uma intervenção temporária colaborativa, a ser definida a partir do desenvolvimento do grupo interdisciplinar. Enquanto os estudantes da Escola possuíam a experiência e a vivência como usuários e moradores do Morro da Conceição e arredores, os estudantes das universidades envolvidas detinham maior conhecimento técnico e projetual.

Para promover esta troca entre diferentes saberes, foram realizados exercícios que estimulavam o pensamento coletivo, apoiados por conteúdo teórico na temática das intervenções urbanas temporárias. Estas atividades promotoras de ideias foram articuladas com algumas imersões no local e com pesquisas por referências teóricas e estudos de casos, a fim de identificar oportunidades de ações. (Sansão Fontes *et al.*, 2017).

Segundo Sansão Fontes *et al.* (2017), estes exercícios utilizavam abordagens de *Design Thinking*, que são centradas na cocriação de soluções criativas, através de trabalho colaborativo e experimental, em algumas fases de desenvolvimento definidas, como *brainstorming* e mapas mentais, observação e interpretação coletiva. Assim, o processo projetual iniciou-se com um desafio em aberto, que foi sendo desenvolvido por meio de conhecimento teórico, imersão no local e referências, para gerar inspiração e interesse em novas pesquisas, apontando para a definição de oportunidades de atuação.

O curso se iniciou através da exposição do tema da Intervenção Temporária pelos critérios que a caracterizam. Depois, foram abordados temas como o Urbanismo Tático e Ativismo Urbano. O encontro seguinte foi dedicado a uma visita ao entorno do Morro da Conceição, buscando a aproximação com o lugar e a compreensão de seus problemas e potencialidades. Os alunos da Escola apresentaram na ocasião muito do que experienciavam diariamente ao grupo, enquanto a imersão também os fez conhecer lugares não frequentados anteriormente. Diversas observações e registros foram realizados na visita, gerando o primeiro mapa de ideias do grupo (Sansão Fontes *et al.*, 2017).

Após a aula teórica inicial, as pesquisas individuais e a experiência da imersão, os estudantes começaram a amadurecer as ideias iniciais para a intervenção. Através da comunicação via grupo criado em rede social, os participantes da oficina puderam compartilhar referências de intervenções, o que ofereceu condições para a articulação de tarefas durante a semana, fora do espaço físico das aulas, possibilitando uma produção contínua de novos conhecimentos e inter-relações (Sansão Fontes *et al.*, 2017). O espaço virtual também funcionou como suporte de produção da oficina, organizando registros, documentos e as distribuições de tarefas.

Nas aulas seguintes, as referências pesquisadas foram articuladas com a percepção sobre o lugar e com os possíveis tipos de intervenção a serem executados. Os grupos, através dos mapas mentais produzidos, apresentaram suas propostas e suas possíveis abordagens. Segundo Sansão Fontes *et al.* (2017), a apresentação de cada grupo estimulou o surgimento e o desenvolvimento de novas ideias através do debate coletivo, o que acabou resultando na definição do local de intervenção: a Travessa

do Liceu, ou o “beco”, lugar que se mostrou muito instigante quanto à diferença espacial, de tratamento e relevância em relação à Praça Mauá recém revitalizada (figura 15).



Fig. 15 – Área escolhida para a intervenção #becomaravilha: Travessa do Liceu (caminho escuro à esquerda), próxima à Praça Mauá (esplanada à direita), recém revitalizada (fonte: Google Earth).

Após a definição do local de intervenção, as aulas expositivas foram retomadas, com a apresentação de algumas intervenções realizadas pelo LabIT, com o objetivo de exemplificar materiais e processos previamente testados, a fim de aprimorar o desenvolvimento da intervenção da oficina. Já o debate seguinte estabeleceu novas definições através da articulação das pesquisas realizadas individualmente pelos participantes durante a semana com as exposições em sala. Essa abordagem estabeleceu condições para a produção do evento à medida que o grupo avançava, desenvolvendo ideias e aprofundando as soluções e os processos construtivos (Sansão Fontes *et al.*, 2017).

A penúltima aula expositiva abordou de forma cronológica alguns movimentos artísticos no mundo, com o objetivo de colaborar no embasamento da proposta de intervenção. No final da aula, foi feito novamente o cruzamento das questões, mas desta vez dando início à reflexão sobre possíveis materiais e processos para alternativas propostas.

Por fim, a última aula expositiva da oficina focou no processo de produção de uma intervenção, usando como exemplo algumas intervenções já realizadas, abordando as suas três principais etapas:

- *O quê*: se baseia na conceituação, na ideia inicial da intervenção e sua intenção;
- *Quanto*: significa a quantidade dos materiais, recursos, pessoas, escolha do lugar, transporte e afins;
- *Como*: representa o projeto final, com desenhos, maquetes, detalhamento e gestão do processo como um todo.

Como dito pelo LabIT em entrevista (anexo 1), após a apresentação e elaboração destas definições, foi possível listar os detalhes e as necessidades para a execução da intervenção, como os materiais a

serem comprados, os itens a serem produzidos conforme as propostas de cada grupo (tabela 3), a publicação nas redes sociais e as performances que aconteceriam no dia da ação.

Tabela 3 – Distribuição das tarefas pelas equipes em quatro frentes de produção (adaptado Sansão Fontes *et al.*, 2017).

Ações	Intenção	Definições	Pré-Produção	Produção do Evento
Enquadramento	Levar ao público os problemas e potencialidade da área	Estruturas de madeira vazada sobre rodas, simulando notícias de jornais, que circulam para levar as notícias aos transeuntes	Montagem dos painéis de madeira para posterior fixação das mensagens impressas	Fixação dos painéis em pallets com rodas e aplicação dos banners com as notícias de jornal
Túnel	Delimitar o espaço da intervenção e chamar a atenção dos passantes	Cobertura vazada com faixas coloridas, área de estar com tapetes e pallets	Produção de maquete para estudo da fixação das faixas, produção das faixas e tapetes para performances e áreas de estar	Fixação das faixas coloridas nos andaimes do edifício e nas laterais do beco, distribuição e colocação dos tapetes e pallets
Situações	Valorizar e entrevistar os frequentadores da área e questionar sobre a qualidade da água da Baía de Guanabara	Entrega de passaportes carimbados aos passantes, entrevistas e performance na área da Praça Mauá	Produção dos passaportes e carimbos, definição e organização do material para as performances	Entrega dos passaportes, performances perto da Baía com trajes de banho e máscaras de gás numa piscina de lixo seco
Comunicação	Convidar para a intervenção, divulgar nas redes sociais e registrar o evento, produzir o letreiro #BECO	Cartaz de divulgação (anexo 3), evento e conta nas redes sociais, divulgação posterior dos registros da ação	Impressão dos cartazes, criação das contas e da imagem nas redes sociais, produção das letras tridimensionais	Instalação do letreiro, filmagem e entrevistas com os passantes, divulgação das imagens em tempo real nas redes sociais

Na semana anterior à ação, os materiais foram comprados pelos próprios participantes, que dividiram as funções em quatro grupos, conforme exposto na tabela 3. Conforme informado em entrevista (anexo 1), os recursos do LabIT são públicos, oriundos da verba de pesquisa de agências de fomento nacionais. Após isto, os grupos se reuniram para a pré-produção na Escola, mesmo local onde

ocorreram todas as aulas da oficina, para trabalhar nos módulos de madeira e na produção das fitas da cobertura.

4.4.3. INTERAÇÃO COM AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

O LabIT solicitou a autorização da Prefeitura do Rio de Janeiro para a realização da intervenção, aproximadamente trinta dias antes do evento. O pedido de licença é feito por meio do site Portal Carioca Digital, plataforma unificada desenvolvida pela Prefeitura, que facilita o acesso do cidadão a serviços online oferecidos pelas instituições públicas locais da cidade (figura 16).

Para a realização deste tipo de ação na cidade, é necessário requerer um Alvará de Autorização Transitória para Eventos à Coordenação de Licenciamento da Prefeitura, que é um documento expedido pelo poder público municipal que permite a realização de eventos festivos, culturais, artísticos, musicais, esportivos, recreativos, expositivos, promocionais, científicos e similares, bem como de espetáculos, encontros e aglomerações de qualquer natureza com objetivos econômicos ou corporativos (Portal Carioca Digital, 2019).

O requerimento para autorização de evento inicia-se pelo preenchimento de Consulta Prévia de Evento na qual serão inseridas todas as informações relevantes para o deferimento ou indeferimento do pedido. Aprovada a Consulta Prévia de Evento, o requerente é notificado dos documentos exigidos e das declarações necessárias para a realização da atividade quando, então, poderá decidir por iniciar o processo administrativo de Alvará de Autorização Transitória para o evento consultado (Portal Carioca Digital, 2019).

O Alvará de Autorização Transitória será emitido pela Coordenadoria Geral de Promoção de Eventos e disponibilizado pelo sistema Rio Ainda Mais Fácil Eventos (RIAMFE) para impressão pela internet, após o cumprimento das exigências e o pagamento da taxa devida, que pode ser a TLE (Taxa de Licença Para Estabelecimento) ou a TUAP (Taxa de Uso de Área Pública). No caso da intervenção #becomaravilha, foi necessário o pagamento da TUAP.



Fig. 16 – Procedimento para solicitação de Alvará de Autorização Transitória para Eventos, no Portal Carioca Digital (fonte: acessado a 03 de julho de 2019. <https://carioca.rio/group/guest/alvara-de-eventos>).

A Guarda Municipal esteve presente no dia da intervenção. É a entidade pública municipal responsável pelo ordenamento urbano e pela preservação de bens, serviços e instalações, além de atuar na fiscalização do trânsito e no apoio às ações de Segurança Pública.

Segundo entrevista feita com o LabIT (anexo 1), durante a ação, enquanto a intervenção e os participantes se concentravam exclusivamente na Travessa do Liceu, não houve nenhum problema ou conflito com a GM. Contudo, quando a intervenção avançou para a Praça Mauá, recém revitalizada, a Guarda Municipal ficou em alerta, alegando que ali era um "espaço revitalizado" e não era permitido este tipo de aglomeração.

4.4.4. IMPACTOS NA CIDADE E NA COMUNIDADE

A intervenção #becomaravilha foi realizada em um sábado, dia 7/11/2015, e durou das 9 horas às 18 horas, aproximadamente, considerando montagem e desmontagem. Foi composta por uma grande área de lazer aberta ao público, marcada por uma cobertura-túnel colorida que estabeleceu a conexão física e visual da Praça Mauá com a subida do Morro da Conceição.

No largo de acesso, foi posicionado o letreiro #BECO, quase em frente ao letreiro oficial #CIDADEOLÍMPICA, fazendo uma crítica à não inclusão do beco na revitalização da área, e convidando os transeuntes a conhecerem esse local pouco conhecido do centro da cidade (figura 17). Três pórticos foram posicionados em pontos estratégicos a fim de criar alguns enquadramentos da paisagem, chamando a atenção para potencialidades e problemas da região, e para a intervenção em si (figura 18).



Fig. 17 – Letreiro #BECO: crítica a não inclusão do beco na revitalização da área e convite aos passantes para conhecerem o local (fonte: acedido a 08 de julho de 2019. http://intervencoestemporarias.com.br/wp-content/uploads/2015/11/12208254_1058978367448616_8439875938361345155_n-475x633.jpg).



Fig. 18 – Pórticos, construídos com pallets, foram usados para criar enquadramentos visuais da intervenção e da área (fonte: acessado a 08 de julho de 2019. <http://intervencoestemporarias.com.br/en/intervencao/1402/>).

A intervenção também promoveu algumas áreas de permanência e comércio para os usuários da zona portuária, além de uma estrutura de som no acesso ao beco, próximo à praça, onde aconteceram apresentações de DJs e de um grupo de samba. Foram feitas também algumas performances em vários pontos da região.



Fig. 19 – Performance crítica à poluição da Baía de Guanabara (fonte: acessado a 08 de julho de 2019. http://intervencoestemporarias.com.br/wp-content/uploads/2015/11/1185677621462220_n-475x633.jpg).

A ação iniciou de fato a partir da entrega de “passaportes carimbados” a quem passava nos dois lados do beco. A ideia do LabIT foi trazer uma crítica sutil ao projeto Porto Maravilha, que possui limites físicos muito claros e marcados. Foram também realizadas entrevistas com os passantes sobre este projeto, ou seja, sobre a revitalização na Praça Mauá. Foi questionado aos entrevistados se esta revitalização foi inclusiva ou exclusiva, e se ela trouxe melhorias de fato à região, entre outras questões. Somado a isto, foi realizada uma performance na Praça Mauá, onde os participantes utilizavam trajes de banho e máscaras de gás e simulavam um mergulho em uma piscina com lixo seco, a fim de fazer uma alusão à água poluída da Baía de Guanabara (figura 19).

A experiência participativa através de construção coletiva do evento, considerando responsabilidades específicas, desenvolvimento de tarefas interdependentes e um certo nível de ativismo, gerou uma união grande entre os participantes, onde cada grupo contava e colaborava com o coletivo para o sucesso do evento (Sansão Fontes *et al.*, 2017, p. 11).

A ação proporcionou muita interação e sinergia entre o grupo e a população local, tanto de moradores quanto de transeuntes. Foi cogitado que não haveria muitas pessoas no local por ser um sábado, o que poderia ter sido um obstáculo para o sucesso da intervenção. Contudo, constatou-se um fluxo constante de passantes através do beco e muita participação nas performances e nos espaços de permanência.

A apropriação de um beco, a princípio, pareceu estranha aos transeuntes, que desviavam o percurso temendo interferir no que estava sendo construído naquele espaço. Porém, através das situações criadas, logo se constatou a fluidez e o caráter participativo e convidativo da proposta com o lugar. A distribuição dos passaportes e as entrevistas com moradores e usuários promoveram o debate, através da formação de pequenos grupos de conversa, sobre as experiências de quem utiliza o local, sobre as mudanças que ocorrem na região e, sobretudo, sobre política, arte e espaço público (Sansão Fontes *et al.*, 2017).

Segundo o LabIT, a música é uma ferramenta catalisadora na quebra de barreiras comportamentais, funcionando como um agregador de movimentos. Por isso, a colocação de uma estrutura de som foi muito importante para promover a interação no evento. Ao término da intervenção, uma pista informal de dança tinha sido formada no acesso ao *beco*.

Após a realização do evento, o LabIT publicou registros fotográficos e em vídeo nas redes sociais, de modo a ampliar o potencial de divulgação da intervenção *#becomaravilha*. Através da divulgação, o Laboratório busca colaborar na promoção de ações táticas como ferramentas de requalificação e ativação do espaço público e, assim, inspirar outras ações na cidade.

4.5 RIO+PEDESTRE

4.5.1. ESTRUTURA E PROCESSO

Em 2017, iniciou-se um processo, dentro da Secretaria Municipal de Urbanismo da Cidade do Rio de Janeiro (SMU), de promover uma abordagem mais humana no planejamento e desenho urbano da cidade, assente numa tendência mundial. Assim, de acordo com a Coordenadora de Projetos da SMU, alguns funcionários foram a Copenhague realizar uma capacitação no Masterclass promovido pelo arquiteto dinamarquês Jan Gehl. Nesta oportunidade, aprenderam a utilizar a metodologia aplicada no seu livro *How To Study Public Life* (2013), a fim de adaptá-la e aplicá-la no contexto carioca. O objetivo da secretaria era despertar a observação e aumentar a participação da sociedade civil no urbanismo da cidade.

Foi dentro deste contexto que surgiu a oportunidade de uma parceria com o Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP), apoiados pela Citi Foundation, que tinham desenvolvido um programa na temática de segurança viária. Assim, foi feita uma capacitação sobre segurança viária no início de 2018 com vários técnicos da prefeitura que atuam tanto no desenho urbano quanto na operação da cidade. Esta capacitação se deu através de um *workshop*, onde a área escolhida para ser objeto de estudo do exercício foi justamente a que mais tarde viria a ser a área da intervenção *Rio+Pedestre*.

Para o exercício, foi feito um levantamento sobre os pontos mais inseguros em termos de acidentes de trânsito na cidade e o objeto de estudo deveria ser um desses pontos. Contudo, deveria ser uma área que a solução pudesse estar somente na modificação do desenho urbano e que a complexidade da solução não fosse muito alta, de modo que o exercício pudesse ser concluído com as ferramentas disponíveis e dentro da duração do *workshop*.

A área escolhida foi o entorno da estação de metrô São Francisco Xavier, no bairro da Tijuca. É uma área de bastante movimento, pois tem a confluência de diferentes modais, como ônibus e pontos finais, metrô, bicicleta compartilhada, além da presença de muitos pedestres. Local de forte comércio e serviços, por ali passam 1.500 pessoas por hora nos horários de pico, e o fluxo de veículos chega a 60 mil por dia, conforme informado pela SMU em entrevista (anexo 2).

O levantamento da Secretaria Municipal de Urbanismo e do ITDP apontou para a existência de faixa de rolamento ociosa para veículos, enquanto em muitos pontos a circulação de pedestres é dificultada. Além disso, faltam locais apropriados para a espera dos ônibus e, em muitos trechos, as calçadas são estreitas e sem conforto. Outro aspecto que também é destacado no levantamento: a Igreja de São Francisco Xavier, que detém o título de patrimônio cultural da cidade, fica praticamente escondida por ônibus parados em frente e não pode ser apreciada pelo cidadão. Em outras palavras, a igreja é um ativo da cidade, um patrimônio, perdido e desvalorizado no espaço público (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2018).

Após o *workshop*, que produziu muitas ideias e boas soluções, a SMU, em parceria com o ITDP e a CET-Rio, decidiu avançar com esta proposta e desenvolver o projeto, a fim de realizar a primeira intervenção de Urbanismo Tático *top-down* na Cidade do Rio de Janeiro. No total, foram seis meses de trabalho de um grupo interno da prefeitura, desenvolvendo o projeto e planejando toda a operação necessária para a intervenção acontecer. Segundo a Coordenadora de Projetos da SMU, foi uma excelente oportunidade não só para aplicar a metodologia aprendida na capacitação e experimentar o Urbanismo Tático como solução urbana, mas também para testar este tipo de operação na cidade.

A Prefeitura foi bem audaciosa quanto à área de intervenção: tratava-se do cruzamento de duas vias arteriais, as ruas São Francisco Xavier e Heitor Beltrão. O projeto previa a retirada das vagas de estacionamento rotativo da calçada em frente à Igreja, melhorando a qualidade e a segurança do ponto de ônibus ali localizado. Além disso, também promovia a retirada de uma das quatro faixas de rolamento existentes. A proposta também previa o posicionamento de novas faixas de pedestres e de novas travessias, dentro das linhas de desejo, a redução dos raios de giro, para reduzir a velocidade dos veículos, e a modificação temporária dos pontos finais dos ônibus, para ampliar a visibilidade do patrimônio arquitetônico (figura 20).

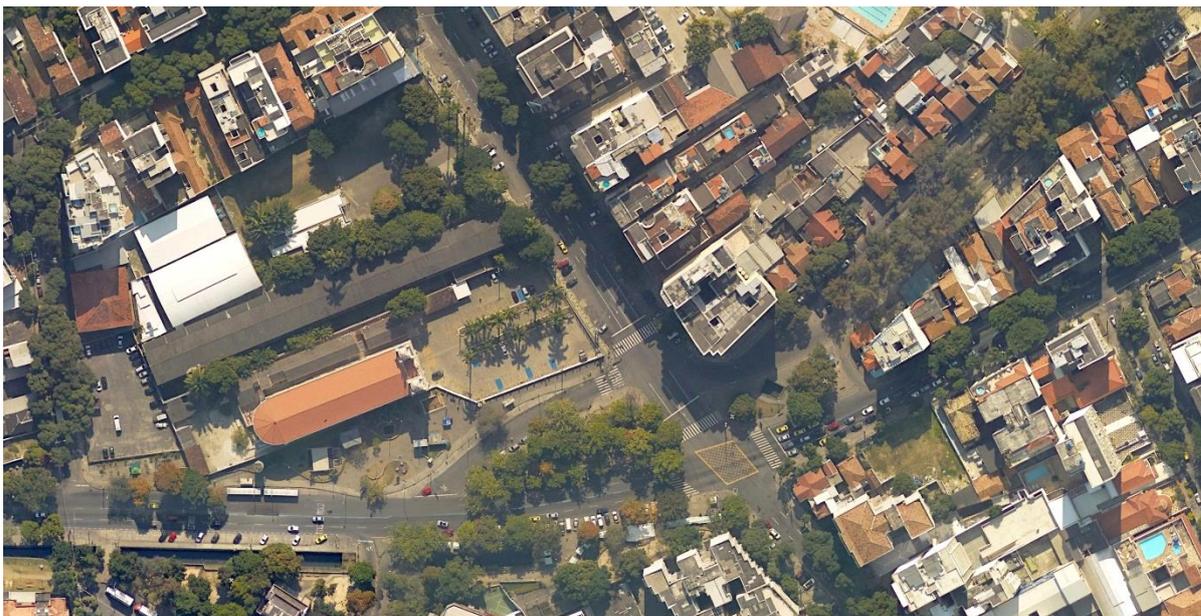


Fig. 20 – Área escolhida para a intervenção Rio+Pedestre: cruzamento das ruas São Francisco Xavier e Heitor Beltrão (fonte: Google Earth).

O objetivo da proposta de segurança viária não era somente o de evitar acidentes, mas principalmente garantir segurança ao pedestre. A área de intervenção, para além das questões de segurança viária, possui muitos espaços públicos subutilizados. A intervenção deveria estimular a ocupação do espaço público também. Para isto, foi proposta a criação de uma agenda de eventos culturais para os dias do evento para a ativação do lugar. Somado a isto, a CET-Rio realizou contagens de veículos e fez simulações para saber qual faixa de rolamento poderia ser revertida em espaço pedonal, com menos impactos viários.

Foram realizadas muitas reuniões estratégicas, principalmente entre os três principais atores – SMU, ITDP e CET-Rio – para as decisões maiores, e também foram feitas diversas outras reuniões menores, para trabalhar os pontos individuais por temas:

- Operação;
- Projeto;
- Programação cultural;
- Comunicação e divulgação;
- Pesquisa e avaliação dos resultados;
- Equipe de participação e voluntariado.

Sobre os materiais necessários para a produção da intervenção, conforme informado pela SMU em entrevista (anexo 2), existe um sistema de custos interno da Prefeitura, que é composto por materiais pré-definidos tabelados que são comprados regularmente, como materiais para pintura, por exemplo. Quanto aos demais materiais e itens necessários para a ação, a Secretaria Municipal de Conservação e Meio Ambiente (SECONSERMA) teve grande participação na logística e no fornecimento dos mesmos. Além disto, muitos materiais foram fornecidos por demais órgãos internos, como os cones e as placas de sinalização vertical temporária, que foram fornecidos pela CET-Rio, e as mudas e vasos de planta pela Fundação Parques e Jardins.

Os parceiros externos também tiveram participação fundamental nos recursos para a intervenção e no fornecimento de materiais. O ITDP, financiado pelo Citi Foundation, também participou da provisão de muitos itens, como a grama sintética e as camisas para a equipe que atuou na ação. As cadeiras e barracas de praia foram fornecidas pela Tembici. Já a Rio Ônibus arcou com os custos dos adesivos para sinalização nos pontos de ônibus.

É difícil mensurar o custo final da ação, justamente porque muitos dos recursos, físicos e humanos, foram deslocados e fornecidos por demais órgãos internos, além de que muitos materiais utilizados já estavam embutidos nas compras regulares da Prefeitura. O custo para a Secretaria Municipal de Urbanismo, segundo a Coordenadora de Projetos, foi irrisório, sendo responsável pela compra de poucos itens, como a tinta cal e o pó xadrez, por exemplo.

Todo material de comunicação e divulgação foi provisão interna da Prefeitura, dentro dos contratos já existentes e estabelecidos. A equipe de comunicação da Prefeitura criou a marca e todas as artes gráficas para o evento: *release*, publicação para as mídias sociais, faixas, banners e panfletos. Segundo a Coordenadora de Projetos da SMU, foi muito importante para o sucesso do evento a intervenção ter uma identidade visual própria.

A divulgação foi feita por meio de duas vertentes: divulgação da operação e divulgação da ocorrência do evento (anexo 4). Foi feita a entrega de panfletos nos edifícios do entorno e nos veículos estacionados na região, por conta da reserva de vagas que aconteceria nos dias da ação. A ação também foi bastante divulgada nas mídias sociais e nos jornais, tanto no pré evento, como no pós evento.

A Secretaria Municipal de Urbanismo promoveu reuniões com a associação de moradores e comércio da região, além de fazer a distribuição de folhetos na rua para os frequentadores da área. De acordo com a SMU em entrevista (anexo 2), a população local se espantou muito da iniciativa *Rio+Pedestre* ser da Prefeitura, que é reconhecida por eles pela sua morosidade e passividade. O bairro da Tijuca é uma região com associações de moradores bastante ativas, portanto era fundamental conhecer a opinião dos moradores e explicá-los da ação, de modo que entendessem os benefícios da intervenção e apoiassem a sua realização.

Além disso, foi feita uma capacitação com 160 motoristas de ônibus, em parceria com a Rio ônibus, para explicar as modificações na operação durante os dois dias de evento, onde os pontos de parada de quatro linhas de ônibus seriam alterados temporariamente. Aproveitou-se a oportunidade também para capacitar os motoristas sobre segurança viária, buscando a sensibilização com as transformações temporárias.

Nos dias que antecederam a ação, foram realizadas coletas de dados e contagens, com a colaboração de voluntários, para reunir informações e adequar a ação à demanda. O ITDP foi responsável pela gestão e capacitação prévia dos voluntários e a Tembici, empresa responsável pela operação da Bike Rio, forneceu os lanches a esta equipe de apoio. O LabIT também foi parceiro da intervenção e convocou alunos para participarem da ação. Somado a isto, durante a distribuição de panfletos e nas reuniões com as associações, os moradores também foram convidados a participarem como voluntários.



Fig. 21 – Cronograma com as etapas da ação Rio+Pedestre (fonte: adaptado de material fornecido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro).

4.5.2. INTERAÇÃO COM AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Uma ação de Urbanismo Tático proposta e desenvolvida pela Prefeitura do Rio de Janeiro foi um passo bastante importante e inovador para a administração pública carioca. Segundo entrevista (anexo 2), a SMU, como governo, começa a fazer um trabalho invertido, que é de dar subsídios e criar percepção na população, para que esta possa cobrar das autoridades locais. Afinal, as ações de UT permitem que os gestores públicos se aproximem dos anseios da população, assim como permitem que a população compreenda melhor os propósitos das mudanças que deverão ser implementadas. Torna-se uma relação saudável para ambos os lados e reduz resistências e distorções.

Conforme o projeto foi sendo elaborado, um trabalho estratégico foi sendo feito em concomitância. Depois que as principais questões técnicas foram definidas pelas três principais instituições envolvidas – SMU, ITDP e CET-RIO – a proposta de intervenção foi levada para a esfera estratégica, para angariar apoio, e apresentada para aprovação do Prefeito.

Conforme relatado em entrevista (anexo 2), o Prefeito viu e aprovou imediatamente a ação quando lhe foi apresentada. Inclusive, por ter gostado tanto, quis antecipá-la em duas semanas. A antecipação acabou por atrapalhar um pouco algumas questões de planejamento, mas, segundo a Coordenadora de Projetos da SMU, não valeria a pena perder esta oportunidade de realizar a ação, que seria a primeira experiência de Urbanismo Tático *top-down* da cidade do Rio de Janeiro.

Logo após a aprovação, o projeto começou a envolver outros órgãos, internos e externos, por se tratar de uma operação consideravelmente complexa (figura 22). Não foi montada uma equipe interna na SMU dedicada exclusivamente à ação, tampouco existiu uma estrutura oficial de cargos. A intervenção *Rio+Pedestre* foi um adicional na rotina normal de trabalho de alguns membros da SMU.

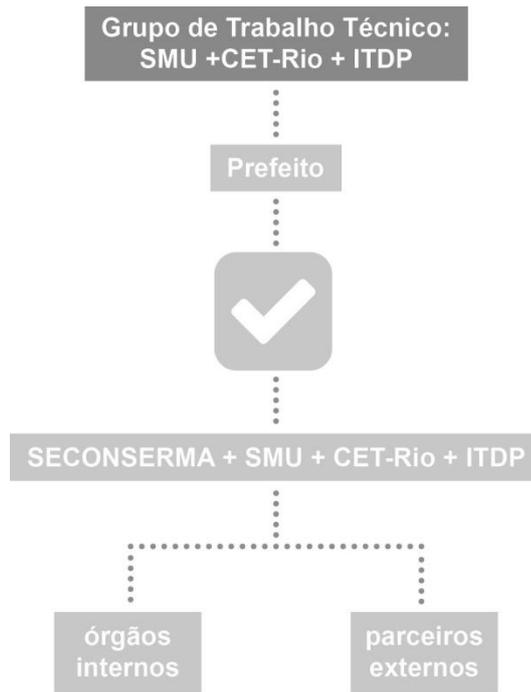


Fig. 22 – Organograma dos agentes envolvidos na intervenção Rio+Pedestre (fonte: elaborado pelo autor).

Além disso, como dito em entrevista (anexo 2), a Prefeitura foi buscar parceiros e alguns patrocínios. Por se tratar de uma área de confluência de modais de transporte, a colaboração e a participação de alguns órgãos externos era fundamental para o sucesso da ação, como o Metro Rio, a Rio Ônibus e o Bike Rio. Complementar a isto, a Prefeitura não possuía recursos dedicados para arcar com o custo completo da ação, e a participação dos parceiros, com seus próprios recursos, também foi de extrema importância para a realização da ação (tabela 4).

Ainda conforme relatado pela SMU, a burocracia administrativa limitou um pouco o andamento da intervenção, justamente no que tange questões de compra de materiais e capital humano. Os itens que envolviam infraestrutura foram de recursos internos da Prefeitura. Já os demais itens, principalmente aqueles de fins estéticos e de ambiência, foram fornecidos por órgãos externos. Também sob este aspecto, a participação dos parceiros foi fundamental para o funcionamento da ação.

Durante a intervenção, além da SMU, as entidades públicas atuantes foram: COMLURB (Companhia Municipal de Limpeza Urbana), CET-Rio (Companhia de Engenharia de Tráfego) e Guarda Municipal. A Polícia Militar, entidade estadual responsável pela segurança pública, foi comunicada através da superintendência local e esteve presente nos dias da ação. Já a Guarda Municipal fez a segurança patrimonial, e também auxiliou na orientação a motoristas e pedestres.

Para a Coordenadora de Projetos da SMU, a intervenção *Rio+Pedestre* também foi importante para testar esta operação de integração de cidade. Foram muitos órgãos envolvidos, o que demandou um extenso trabalho logístico, com um corpo técnico numeroso da Prefeitura atuando para a realização da intervenção. Além disso, desenvolveu-se um projeto pioneiro, que não se baseou em nenhum plano ou modelo existente. Por este motivo, o *Rio+Pedestre* tornou-se referência para próximas ações, além de que a Prefeitura também tem dado suporte técnico a intervenções externas.

Tabela 4 – Lista de entidades participantes da ação Rio+Pedestre (elaborado pelo autor).

Órgãos Internos	Órgãos Externos
Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU)	Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP)
Companhia de Engenharia de Tráfego do RJ (CET-Rio)	Citi Foundation
Secretaria Municipal de Transportes (SMTR)	Rio Ônibus
Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb)	Metrô Rio
Guarda Municipal (GM)	Tembici
Secretaria Municipal da Casa Civil (CVL)	Clube Monte Sinai
Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	LABMOB (Laboratório de Mobilidade Sustentável)
Secretaria Municipal de Educação (SME)	LabIT (Laboratório de Intervenções Temporárias)
Secretaria Municipal de Fazenda (SMF)	PLANETT (Núcleo de Planejamento Estratégico de Transportes e Turismo)

4.5.3. IMPACTOS NA CIDADE E NA COMUNIDADE

A intervenção contou com diversos colaboradores e voluntários para preparar a área nos dias 16 e 17 de novembro de 2018. Durante esses dias, foi feita a operação prévia para a ação: demarcação das bordas do piso e das faixas de atravessamento durante a madrugada de sábado, colocação dos cones, instalação dos vasos de planta, proibição do estacionamento rotativo e instalação da sinalização vertical temporária.

Durante um teste prévio, observou-se que quando o espaço está limitado unicamente por cones, o pedestre entende como área proibida e não entra. Por isso e para garantir maior qualidade estética e criar um espaço mais humanizado e confortável, as áreas de convivência foram limitadas, além dos cones e da pintura do piso, com vasos de plantas cedidos pela Fundação Parques e Jardins.

A intervenção *Rio+Pedestre* foi então realizada nos dias 18 e 19 de novembro de 2018, domingo e segunda-feira. A opção por estes dias se deu com o objetivo de conseguir medir o impacto da intervenção no final de semana e em dia útil. A extensão da área marcada foi de aproximadamente 1.200 m². Foi feita a ampliação das calçadas da Praça Carlos Paolera, da Rua São Francisco Xavier, em frente à igreja e nas esquinas com a Rua Heitor Beltrão e Doutor Satamini. As novas calçadas foram protegidas por 200 cones e 80 vasos de plantas (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2018).

Além disso, foram criadas seis faixas de pedestres novas, e as já existentes foram alargadas. As áreas apropriadas pela intervenção foram áreas públicas de estacionamento, paradas de ônibus, áreas

residuais junto às esquinas, praças e faixas de pedestres, de forma a redesenhar as vias com dimensões e raios adequados, ampliar as áreas de pedestres e as faixas de travessia, de modo a garantir mais conforto e segurança ao usuário (figura 23).



Fig. 23 – Área de estacionamento convertida em espaço para o pedestre durante a intervenção (fonte: acessado a 08 de julho de 2019. https://itdpbrasil.org/wp-content/uploads/2018/11/DSC_4847.jpg).

Um fato importante, segundo entrevista realizada com a Coordenadora de Projetos da SMU (anexo 2), foi que o raio da curva projetado entre as ruas Rua São Francisco Xavier e Avenida Heitor Beltrão teve que ser feito ao longo do dia, pois o desenho previsto inicialmente não foi suficiente para reduzir a velocidade dos veículos. Em outras palavras, foi feito o teste do teste durante a intervenção, até que o raio desenhado fosse suficiente para forçar os veículos a reduzirem a velocidade (figura 24).



Fig. 24 – Remarcação do raio de curva do projeto (fonte: acessado a 08 de julho de 2019. https://itdpbrasil.org/wp-content/uploads/2018/11/DSC_4370.jpg).

Além disso, foram realizadas atividades culturais, em parceria com o Clube Monte Sinai, de forma a incentivar a permanência e a ativação da área. O LabIT foi responsável pela criação de alguns espaços de estar, que contaram com mobiliário temporário, como pallets, cadeiras de praia e guarda-sóis, de uso coletivo e aberto para todos os transeuntes (figura 25). É importante ressaltar que no primeiro dia fez muito calor, e que choveu durante quase todo o segundo dia. Portanto, a questão climática não favoreceu a permanência nos dias do evento.



Fig. 25 – Espaços de permanência criados para o evento (fonte: acedido a 08 de julho de 2019. https://itdpbrasil.org/wp-content/uploads/2018/11/DSC_4708.jpg).

Também foi proposta uma área de conversa e avaliação com a população, onde se realizaram pesquisas direcionadas. Somado a isto, duas perguntas foram penduradas na grade da igreja, buscando a interação com os passantes. A população que transitava foi consultada sobre as modificações, e papéis coloridos foram distribuídos, onde as pessoas tiveram a oportunidade de deixar suas opiniões e ideias penduradas na grade. Por fim, a noite do dia 19 de novembro, segunda-feira, e o dia 20 de novembro, terça-feira, foram dedicados à desmontagem do evento e à limpeza urbana.

Após o evento, foi feita uma reunião com a associação dos moradores para avaliar a aderência e apresentar alguns resultados. Além disso, a SMU apresentou a intervenção *Rio+Pedestre* no Conselho Municipal de Políticas Urbanas (COMPUR), que contou com a participação de alguns órgãos internos e alguns parceiros externos. Também participou do fórum a associação de moradores, onde ela própria apresentou a intervenção e os resultados sob seu ponto de vista: percentual de aprovação e cálculo de redução da velocidade dos ônibus.

Somado a isto, foi realizada uma reunião interna na Prefeitura sobre o impacto da intervenção e da operação, além de avaliação dos resultados do experimento. A divulgação para a sociedade civil foi através de mídia espontânea em jornais. A Prefeitura, para além dos registros fotográficos, também produziu um vídeo institucional para divulgação.

O passo seguinte dado pela Prefeitura foi estudar a viabilidade de tornar a intervenção permanente. Para isso, já foram feitas as análises dos dados, do impacto da intervenção e do nível de engajamento da população. Num primeiro momento, a Secretaria Municipal de Urbanismo propõe que seja estabelecida uma solução intermediária, ou seja, um meio termo entre uma intervenção efêmera e uma definitiva. Também já foram feitos os projetos das duas soluções, intermediária e definitiva, e a estimativa dos custos de cada uma. A Secretaria Municipal de Conservação e Meio Ambiente (SECONSERMA) que se comprometeu em executar o projeto, mas ainda sem data definida.

De acordo com a Coordenadora de Projetos da SMU em entrevista (anexo 2), este foi o objetivo ao promover uma ação tática: testar uma solução, avaliar o sucesso e a aderência, para então propor uma solução permanente e alocar os recursos necessários. A Prefeitura pretende replicar a ação, ou seja, usar este método de solução temporária para testar uma solução definitiva em outros lugares da cidade.

4.6 ESTUDO COMPARATIVO

4.6.1. TABELA RESUMO

Tabela 5 – Estudo comparativo das intervenções (elaborado pelo autor).

Subtópico	Aspecto metodológico	#becomaravilha	Rio+Pedestre
Principais atores	1	Academia e sociedade civil: LabIT e Escola Padre Dr. Francisco Motta	Prefeitura e Parceiro externo: SMU e ITDP
Criação	1	Ideia surgiu a partir da Oficina de Intervenções Temporárias promovida pelo próprio LabIT	Ideia surgiu através de workshop e capacitação em parceria com o ITDP
Objetivo	1	Produção de uma intervenção temporária colaborativa de ativação de espaço público subutilizado	Promoção de segurança viária por meio de intervenção temporária e valorização de espaços públicos residuais
Planejamento	1	Aulas expositivas na temática das intervenções temporárias, articuladas com imersões no local e com pesquisas por referências teóricas	Reuniões estratégicas entre os principais atores para as decisões maiores, e reuniões menores com outros órgãos, para trabalhar pontos individuais por temas
Escolha do local	1	Através da visita à área objeto de estudo, onde o grupo escolheu este local devido a diferença espacial, de tratamento e relevância, em relação à Praça Mauá recém revitalizada	Através do exercício promovido pelo workshop, onde o grupo escolheu um local inseguro em termos de acidentes na cidade, e que é ponto de confluência entre modais
Equipe	1	Equipe LabIT e 28 estudantes das quatro instituições envolvidas no projeto: FAU- UFRJ, EBA-UFRJ, Design e Arquitetura da PUC-Rio e Escola Padre Dr. Francisco Motta	Diversos órgãos internos da Prefeitura e parceiros externos, e equipe de voluntários formada por estudantes e moradores
Origem dos recursos	1	Recursos do LabIT, que são públicos, oriundos da verba de pesquisa de agências de fomento nacionais	Recursos públicos da SMU, patrocínio da Citi Foundation ao ITDP e colaboração e doações de parceiros internos e externos
Compra de materiais	1	Materiais foram comprados pelos próprios participantes, que dividiram as funções em quatro frentes de trabalho	Sistema de custos interno da Prefeitura, que é composto por materiais pré definidos tabelados comprados regularmente, somado a compras extras feitas pela SMU
Divulgação	1	Produção de cartaz de divulgação, criação de evento e convite nas redes sociais	Material de comunicação de provisão interna da Prefeitura. Divulgação da operação e da ocorrência do evento. Reunião com moradores, comércio e panfletagem
Aprovações	2	Solicitação de autorização da Prefeitura por meio digital feita 30 dias antes. Necessário requerer um Alvará de Autorização para Eventos e pagar Taxa Uso de Área Pública	Aprovação imediata pelo Prefeito após apresentação da proposta da ação táctica

Instituições públicas envolvidas	2	Coordenação de Licenciamento da Prefeitura e Coordenadoria Geral de Promoção de Eventos	SMU, CET-Rio, SECONSERMA, SMTR, GM, COMLURB, SMC, SME, CVL, FPJ
Relação com a Polícia	2	Guarda Municipal esteve presente no evento. Enquanto a ação estava apenas na Travessa, não houve problema. Quando avançou para a Praça Mauá, a GM proibiu este tipo de aglomeração	Guarda Municipal este presente no evento e fez a segurança patrimonial, e orientou motoristas e pedestres. A Polícia Militar também esteve presente e fez a segurança pública
Duração	3	Um dia, consirando a intervenção em si, a montagem e a desmontagem	Cinco dias: dois dias para pré montagem, dois dias de evento e um dia para desmontagem
Espacialidade	3	Linear: área de lazer aberta ao público na extensão da travessa, marcada por uma cobertura-túnel colorida. Foram feitas performances em pontos da região	Zonal: novas travessias e faixas de pedestres e alargamento das existentes. Áreas apropriadas: vagas públicas, paradas de ônibus, áreas residuais, praças e calçadas
Envolvimento com a comunidade	3	Interação entre o grupo e a população nas conversas promovidas nos espaços de permanência e durante as performances	Reunião prévia com moradores e comércio local, área de conversa e avaliação com a população durante a ação e reunião com moradores para apresentar resultados e ouvir opiniões
Avaliação dos resultados	3	Entrevistas com os passantes sobre a intervenção e sobre o projeto de revitalização na Praça Mauá	Pesquisa direcionada e espontânea no evento, contagem de público e cálculo de redução de velocidade. Reunião interna na Prefeitura sobre a ação e com os moradores para avaliar aderência
Materiais produzidos	3	LabIT publicou registros fotográficos e em vídeo nas redes sociais, além de produção de artigo científico, intitulado " <i>Táticas de reconquista do espaço: o #becomaravilha como construção coletiva de um lugar</i> "	Prefeitura, além dos registros fotográficos, produziu um vídeo institucional
Permanência	3	Intervenção pontual. Através da divulgação, o LabIT busca promover as ações táticas como ferramentas de requalificação do espaço público e inspirar outras ações na cidade	Prefeitura estuda tornar a intervenção permanente ou promover uma solução intermediária. SMU pretende realizar outras ações táticas em diferentes lugares da cidade

4.6.2. ANÁLISE COMPARATIVA

As ações táticas estudadas no presente trabalho visaram uma compreensão assertiva das áreas utilizadas como objeto de estudo, buscando entender como diferentes atores responderam ao uso de novos métodos, ideias, atividades e objetos no espaço público. Estas intervenções trazem consigo uma reflexão sobre a natureza política e social da própria ação.

No caso do *#becomaravilha*, a intervenção imprime seu caráter subversivo através da transformação radical do uso do espaço, causando estranhamento nos usuários e passantes. Assim, o local se transforma em uma superfície ativa, que movimenta e amplia o domínio público ao se abrir para o

imprevisto. Ao contrário dos grandes projetos urbanos de revitalização que, na maior parte das vezes, implicam no controle e no uso padronizado dos espaços públicos, a intervenção no *beco* subverteu a lógica e foi capaz de reconquistar temporariamente um espaço esquecido da cidade.

Já na intervenção *Rio+Pedestre*, a observação prévia das dinâmicas do local, o contato com os diversos atores e a interação e participação de grupos locais foi capaz de incrementar a adesão à proposta. Por se tratar de uma iniciativa *top-down*, os moradores já olhavam as intenções da iniciativa com mais confiança e respeito, o que facilitou o interesse e a participação da comunidade. Complementar a isto, a presença da Prefeitura traz consigo também a estrutura organizada e oficial da esfera pública, oferecendo meios e recursos para a elaboração de um projeto maior e com etapas e agentes melhor definidos, além do respaldo legal para a ação.

As intervenções estudadas buscaram, ao longo do processo, ver oportunidades de adesão ao lugar através da conexão com atores e instituições locais, a fim de evitar propostas descontextualizadas que atraíssem somente o público externo. A promoção de entrevistas e de conversas, combinadas com a criação de espaços de lazer e permanência, conseguiram garantir o relacionamento entre os participantes ao longo dos dois eventos. As duas intervenções foram capazes de estimular a interação com a população local.

Contudo, a intervenção na Travessa, *bottom-up*, teve um alcance e uma avaliação de resultados modesta, em especial se comparada à intervenção *Rio+Pedestre*. Tal fato se deu, muito provavelmente, pela limitação dos recursos do laboratório, que impedem que o grupo disponha de mais ferramentas de comunicação e medição. É importante ressaltar que a produção de materiais pós intervenção e sua divulgação são ações muito relevantes quando se pretende encaminhar uma proposta temporária para uma definitiva. Em outras palavras, testar uma solução e não a medir de forma adequada ou suficiente acaba por reduzir as chances de sua proposição permanente, que seria um dos objetivos do Urbanismo Tático: agir a curto prazo para promover mudanças a longo prazo.

Outro fator que colaborou para a reverberação da *Rio+Pedestre* foi o apoio do time de comunicação interno da Prefeitura que, para além das artes e dos materiais de comunicação, criou também uma marca para o evento. Isto contribuiu para a construção de uma identidade para a ação, conceitual e visual, fortalecendo sua relevância e notoriedade. Além disso, a intervenção contou com o trabalho de uma equipe que tem mestria na produção de conteúdos de divulgação, pois são os mesmos que realizam este trabalho para outras secretarias públicas.

Mas, ao mesmo tempo em que a estrutura organizada e oficial da esfera pública colaborou na aderência à intervenção, acabou por atrapalhar na agilidade e flexibilidade da proposta. No total, considerando planejamento e execução, a intervenção *Rio+Pedestre* demorou cerca de seis meses para ser feita. Ao que indica, este período extenso se deve ao fato da ação ter envolvido muitos órgãos internos da Prefeitura para que pudesse ser executada. A complexidade da operação e a escala da proposta também foram fatores que corroboraram para o longo prazo para sua exequibilidade. Tal fato também se apresenta em discordância com os princípios do Urbanismo Tático, que promove ações ágeis e de fácil execução.

Somado a isto, a burocracia da esfera pública acabou por atrapalhar, em algumas questões, o desenvolvimento da intervenção *top-down*. Uma destas questões foi quanto ao processo de compra e alocação de recursos. Para contornar os entraves de procedimentos internos de solicitação de materiais, a Secretaria Municipal de Urbanismo recorreu à ajuda de parceiros externos, que forneceram objetos e materiais próprios para a montagem do evento. O que por um lado foi uma solução, por outro deixou a SMU muito dependente de parceiros, que não possuíam obrigações ou

regras definidas de colaboração, o que pode ter fragilizado, em algum nível, soluções estéticas e espaciais da ação.

Em contrapartida, a intervenção *#becomaravilha* foi rápida e concisa. A dinâmica de uma Oficina com aulas frequentes imprimiu um ritmo ao desenvolvimento da ação e permitiu que decisões pudessem ser tomadas de forma rápida, organizada e coletiva. De acordo com o estudo realizado, o único possível obstáculo ao prazo da ação foi a liberação do alvará para o evento.

Apesar do procedimento de solicitação de autorização à Prefeitura ser fácil, através de um portal online, a liberação da autorização depende do trabalho de secretarias públicas, que costumam ter processos lentos e burocráticos. Além disso, está embutida na emissão do alvará uma taxa de utilização do espaço público. Ainda que não tenha sido o caso da intervenção *#becomaravilha*, este custo pode acabar por inviabilizar a execução de ações táticas *bottom-up* na cidade, que costumam contar com poucos recursos para serem feitas.

Outra questão importante a ser trazida nesta análise comparativa é o fato das performances promovidas pela intervenção *#becomaravilha*, quando realizadas num espaço público de relevância na cidade, terem sido consideradas manifestações ilegítimas pela Guarda Municipal, que proibiu a aglomeração. Tal acontecimento expõe um debate trazido anteriormente na revisão bibliográfica deste trabalho: na cidade contemporânea, a intervenção espontânea no espaço público pelos cidadãos tende a ser vista como um ato ilegal pela administração pública. Isto mostra a dificuldade das autoridades locais, em especial as entidades responsáveis pela segurança pública e patrimonial, de lidar com os processos de insurgência e de ativismo cívico urbano.

É importante destacar também que a organização e o planejamento de ambas as intervenções, apesar de distintas, foram muito eficazes e adequadas para a situação em que estavam inseridas. O caráter das ações implicou num método de desenvolvimento apropriado em cada caso, já que se tratavam de abordagens diferentes (*bottom-up* e *top-down*).

A intervenção *#becomaravilha* teve um perfil mais linear e ritmado, combinando aulas teóricas, pesquisa, imersão e exercício em grupo. Tal perfil tem relação direta com seus idealizadores e principais atores: a parceria da academia (LabIT) com a sociedade civil (escola de ensino médio localizada na área de estudo). Foi uma ação flexível quanto aos resultados, ágil de produzir e de curta duração.

Por outro lado, a intervenção *Rio+Pedestre* teve um perfil mais complexo, combinando reuniões estratégicas com reuniões temáticas, que envolviam diversas secretarias e parceiros externos, numa operação complexa, a fim de produzir uma ação com objetivos bem definidos, de larga escala e relativamente longa. Este perfil é compatível com o caráter da mesma, que foi idealizada pela administração pública, o que, conseqüentemente, demanda um número maior de processos internos e a presença de diversas entidades envolvidas na gestão urbana.

Tanto na ação *#becomaravilha* quanto na *Rio+Pedestre*, a escolha da localização foi assertiva e coerente com o tema da intervenção. O alto índice de participação na primeira e a aprovação dos moradores na segunda são indicativos que comprovam este fato. Somado a estes indícios, a primeira intervenção foi capaz de promover uma pista de dança informal não prevista inicialmente ao longo do dia, ativando um local que estava completamente esquecido no contexto urbano em que está inserido. Já na segunda intervenção, a comprovação de que o projeto foi eficaz e em concordância com o tema está na redução efetiva de velocidade dos veículos medida durante o evento.

Por fim, se faz necessário pontuar que, mesmo considerando a diferença de escala e duração, pode-se dizer que as duas intervenções foram baratas. Seja por meio da reutilização de materiais, ou pela

contenção de custos como princípio orientador, ou pela doação e empréstimo de itens por parte dos parceiros, ambas as intervenções tiveram custos ínfimos, se considerados os resultados significativos alcançados e o sucesso da ação.

A abordagem do Urbanismo Tático nas duas intervenções vai de encontro ao contexto atual contemporâneo, da cidade como laboratório e do *placemaking*: para evitar intervenções urbanas muito caras e grandiosas, que demandam grande infraestrutura, faz-se importante intervir na pequena escala, com soluções temporárias e baratas, a fim de avaliar o comportamento para além da aprovação, isto é, se o projeto será usado conforme planejado, para então promover soluções a longo prazo.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O Urbanismo Tático se consolida como uma prática emergente notória e relevante no contexto da cidade contemporânea, uma vez que contempla um universo de atuações com foco na pequena escala e de caráter *bottom-up*, e que tem por premissa instigar mudanças a longo prazo. Ou seja, visa ser reconhecido e se consolidar não só como produto no espaço público, mas também como prática ativa na produção dos ambientes urbanos atuais.

O *acaso* configura uma grande parcela das ações táticas, pois é difícil prever seus desdobramentos. Muitos autores defendem que o potencial do Urbanismo Tático reside justamente nesta imprevisibilidade. A prática habitual do planejamento é construir fisicamente conforme projetado anteriormente em desenho. As intervenções táticas subvertem esta prática, ao improvisar de acordo com o que ocorre em cada momento, criando situações. Assim, é difícil mensurar os resultados e o alcance de cada ação, mas é possível avaliar quais aspectos se desdobraram em outros não previstos inicialmente, mas que colaboraram para a diversidade de resultados.

As soluções temporárias propostas pelas iniciativas táticas atuam como testes para conquistas futuras, com fins em soluções duradouras. A administração pública costuma implementar soluções no desenho urbano antes de testá-las, e o Urbanismo Tático possibilita a inversão desta ordem. Assim, as instituições de planejamento podem se beneficiar muito com as iniciativas táticas, usando-as como laboratório. E é justamente por isso que esta abordagem vem ganhando notoriedade e promovendo mudanças no contexto de planejamento espacial, conforme visto nos estudos de casos. A abordagem laboratorial do UT proporciona a oportunidade de projetar e testar soluções nos espaços públicos enquanto estas ainda estão sendo construídas e formalizadas.

Além disso, as ações táticas valorizam a transitoriedade como qualidade estratégica para conhecer as possibilidades do território, de modo que a cidade é encarada como laboratório para teste de ideias em tempo real: testam a adaptação de espaços a diferentes usos e fazem com que estes espaços sejam percebidos no contexto urbano. O desafio que se coloca atualmente para ativistas e para as instituições de planejamento é explorar esta abordagem e estabelecer se o Urbanismo Tático pode atuar como laboratório de soluções também para outras agendas além do *placemaking*, como habitação, mobilidade e segurança pública.

Para Silva (2016), o fato das iniciativas táticas evoluírem, adaptando-se a novas necessidades e circunstâncias, pode ser também uma oportunidade, visto que uma maior interação entre os atores locais e as autoridades públicas permitiria a coevolução das partes. Ainda que sob diferentes perspectivas, ambos estão preocupados com a qualidade do ambiente urbano e com o fato de afetarem a maneira como os outros atores evoluem. Portanto, uma das conclusões a que se chega, em especial a partir dos estudos de casos, é a seguinte: se o objetivo final for instigar mudanças perenes, as ações do

UT devem se adaptar e guiar para outras ações, favorecendo também a construção de novas relações entre diferentes atores.

A fim de abordar as complexidades urbanas e encarar seus desafios, também se conclui que o conhecimento sobre as cidades e os métodos de pesquisa urbana precisam ser produzidos de forma colaborativa e pública, com a participação dos cidadãos. Para tal, a teoria e prática do planejamento devem envolver um esforço criativo para imaginar futuros diferentes e soluções alternativas, e trazer esta criatividade para as decisões políticas e para sua implementação.

É importante ressaltar que boa parte dessa responsabilidade está a cargo das escolas de planejamento e dos conselhos profissionais de planejadores e urbanistas, uma vez que são estes que devem capacitar e incentivar estudantes e profissionais a explorar novas abordagens a fim de satisfazer as necessidades de diferentes competências e a valorizar a relação entre teoria e prática (Pires, 2001).

A investigação desta dissertação mostra que as proposições de pequenos grupos locais podem ter espaço no processo de planejamento. Ao incluir o cidadão e o Urbanismo Tático no processo, promove-se um complemento na atuação do planejamento urbano, que valoriza o pequeno e o temporário como forma de reação à política convencional, a fim de que as transformações urbanas na cidade reflitam os interesses dos seus habitantes conforme estas se aproximam dos mesmos. Contudo, é importante destacar que mesmo nas dinâmicas de coprodução e insurgência, continua a se fazer necessária uma estrutura organizacional e uma certa hierarquia no processo, como visto nos estudos de casos.

Os estudos de casos forneceram um meio de desencadear debates oportunistas sobre muitos aspectos do Urbanismo Tático. Além disso, o estudo reuniu dados e informações sobre diferentes abordagens de ações táticas e se propôs a investigar os limites da ação comunitária e do controle regulamentar. Contudo, em contraposição à revisão bibliográfica trazida neste trabalho, que é em sua grande maioria voltada para um contexto norte americano, há de se considerar que as intervenções investigadas neste estudo de casos se deram no Rio de Janeiro, metrópole urbana de um país em desenvolvimento.

No contexto carioca, as intervenções temporárias apresentam-se mais invisíveis do que em contextos mais ordenados, como as cidades norte americanas e europeias. Isto se dá pelo fato de que o Brasil é um país onde a cultura da informalidade é forte, seja no mercado de trabalho, nas habitações ou nas apropriações dos espaços públicos das cidades. Assim, é mais difícil “*detectar algo subversivo que rompa com a leitura do cotidiano*” (Sansão Fontes, 2018, p. 97).

Independente do contexto, é importante destacar que intervir no espaço público através de ações táticas requer o exercício de posturas mais subversivas do que as utilizadas em grandes projetos urbanos, que costumam apresentar aspectos mais duradouros e contínuos. Portanto, é preciso entender e trabalhar com a imprevisibilidade de processos humanos e com a dinâmica do ambiente urbano, seja através do entendimento da cultura e dos hábitos dos habitantes e usuários de um determinado espaço ou através da consideração das condições climáticas em tempo real.

As ações táticas procuram por si mesmas produzir a solução, em vez de só destacar ou relatar o problema. Para Ferguson (2014), o poder público, ao começar a ver as ações táticas como eficazes na cidade, tende a incorporar e financiar formas de urbanismo emergentes de base, podendo ainda incentivar o uso temporário, improvisado ou criativo de espaços urbanos subutilizados. A articulação bem sucedida entre ações *bottom-up* e ações governamentais vem sendo comprovada por algumas práticas recentes. Esta é precisamente uma das recomendações a que se chega após esta investigação: a promoção da combinação das ações de base e de topo como instrumento inclusivo de transformação dos espaços públicos na cidade contemporânea.

Desta forma, as instituições de planejamento que desejarem aproveitar o espírito criativo e colaborativo da abordagem tática precisarão gerenciar cuidadosamente esse diálogo para inspirar os praticantes do Urbanismo Tático a colaborar no projeto de cidades melhores e, ao mesmo tempo, demonstrar que o planejamento urbano é um parceiro importante e não um obstáculo para os esforços iniciados pelos cidadãos.

Quando Brenner (2016) defende que a promoção de urbanismos alternativos demanda a criação de novos espaços de Estado, significa que a possibilidade de impactos a longo prazo e de maior escala das propostas táticas está diretamente relacionada a participação mais assertiva das instituições governamentais. Assim, a investigação aponta para a importância da ação tática colaborativa sancionada e da articulação das propostas *bottom-up* com políticas *top-down*.

Portanto, o Urbanismo Tático tem o potencial de promover novas relações entre os planejadores, os praticantes e também os tomadores de decisões políticas. Em outras palavras, o Urbanismo Tático pode colaborar para responder aos desafios de governança das cidades contemporâneas se, para tal, também ajudar a abrir espaços políticos alternativos dentro da cidade.

Por fim, é difícil medir o sucesso dos projetos de Urbanismo Tático, dado que muitos de seus objetivos são de certa forma intangíveis, como o aumento da vitalidade dos espaços públicos. O êxito das intervenções táticas acontecerá quando for possível avaliar aspectos para além dos resultados no desenho urbano e da aderência da população. É importante também medir o movimento com base no seu alcance, impacto econômico, empoderamento da comunidade, empreendedorismo e sustentabilidade, de forma a esboçar caminhos para ações urbanas mais inclusivas, resilientes e acessíveis. E é desta forma que o Urbanismo Tático poderá contribuir tanto para a remodelagem do espaço urbano quanto para novos modelos de planejamento e de participação cívica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBRECHTS, Louis - Breaking Out of the Box: Ingredients for a More Radical Planning. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**. Bandung. ISSN 1877-0428. Vol. 184 (2015), p.104-110.

ALBRECHTS, Louis - Strategic Planning as Governance of Long-Lasting Transformative Practices. In Concilio, G.; Rizzo, F. (eds.) - **Human Smart Cities**. Cham: Springer International Publishing, 2016. ISBN 978-3-319-33022-8. p.3-20.

ARAVOT, Iris - Back to Phenomenological Placemaking. **Journal of Urban Design**. ISSN 1357-4809. Vol. 7, Nº 2 (2002), p.201-212.

BARBER, Rachel - Making Do : Tactical Urbanism and Creative Placemaking in Transitional Christchurch, New Zealand. Perth: Murdoch University, 2013. Dissertação de Mestrado.

BELL, Bryan; WAKEFORD, Katie - **Expanding Architecture. Design as Activism**. 1ª ed. Nova York: Metropolis Books, 2008. ISBN 978-193-3-04578-8.

BRADLEY, Karin - Open-Source Urbanism: Creating, Multiplying and Managing Urban Commons. **Footprint**. Delft Architecture Theory Journal. Spring, Nº 16 (2015), p.91-108.

BRENNER, Neil - Seria o "urbanismo tático" uma alternativa ao urbanismo neoliberal? **E-Metropolis**. ISSN 2177-2312. Vol. 7, Nº 27 (Dez. 2016), p.6-18.

COURAGE, Cara - The Global Phenomenon of Tactical Urbanism as an Indicator of New Forms of Citizenship. In Raney, K. (ed.) - **engage 32: Citizenship and Belonging**. Londres: engage, the National Association for Gallery Education, 2013. ISBN 142-4421-53-5. p.88-96.

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO DE SÃO FRANCISCO - **Why Better Streets** [em linha]. São Francisco: San Francisco Planning, 2012. [24 Jul. 2019]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.sfbetterstreets.org/why-better-streets/>>.

DOUGLAS, Gordon C. C. - Do-It-Yourself Urban Design 'Improving' the City through Unauthorized, Creative Contributions. **Popular Culture at the American Sociological Association Annual Conference**. Las Vegas: Vol. 13, Nº 1 (Ago. 2011), p.1-19.

FERGUSON, Francesca - **Make_shift city: Renegotiating the urban commons**. Berlim: Jovis, 2014. ISBN 978-3-868-59223-8.

FINN, Donovan - DIY urbanism: implications for cities. **Journal of Urbanism: International Research on Placemaking and Urban Sustainability**. ISSN 1754-9175. Vol. 7, Nº 4 (2014), p.381-398.

FONTES, Adriana Sansão - Intervenções temporárias e marcas permanentes na cidade contemporânea. **Arquiteturarevista**. ISSN 18085741. Vol. 8, Nº 1 (Jan/Jun. 2012), p.31-48.

FONTES, Adriana Sansão - Intervenções temporárias como forma de protesto e resistência no Rio de Janeiro contemporâneo. **III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo (2014).

FONTES, Adriana Sansão - Urbanismo tático para requalificação gradual do espaço público metropolitano: O caso do Park(ing) Day no Rio de Janeiro. **Arquiteturarevista**. ISSN 1808-5741. Vol. 14, Nº 1 (2018), p.91-104.

FONTES, Adriana Sansão [et al.] - Táticas de reconquista do espaço: o #becomaravilha como construção coletiva de um lugar. **Revista Prumo**. Rio de Janeiro. ISSN 2446-7340. Vol. 2, Nº 3 (2017).

FONTES, Adriana Sansão [et al.] - Táticas cidadãs para ativação de áreas su-butilizadas: o caso das hortas comunitárias do Rio de Janeiro. **arq.urb.** São Paulo: USJT. Nº 23 (Set/Dez. 2018). p.147-169.

FRANCK, Karen A.; STEVENS, Quentin - **Loose Space: Possibility and Diversity in Urban Life**. Londres e Nova York: Routledge, 2006. ISBN 978-0-415-70117-4.

GIERYN, Thomas F. - City as truth-spot: Laboratories and field-sites in Urban Studies. **Social Studies of Science**. ISSN 0306-3127. Vol. 36, Nº 1 (Fev. 2006). p.5-38.

GROSS, Matthias; KROHN, Wolfgang - Society as experiment: Sociological foundations for a self-experimental society. **History of the Human Sciences**. ISSN 09526951. Vol. 18, Nº 2 (2005), p.63-86.

HARVEY, David - The right to the city. **International Journal of Urban and Regional Research**. ISSN 03091317. Vol. 27, Nº 4 (2003), p.939-941.

HARVEY, David - **Cidades Rebeldes: do Direito à Cidade à Revolução Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014. ISBN 978-858-063-161-6.

HEALEY, Patsy - Collaborative Planning in Perspective. **Planning Theory**. Vol. 2, Nº 2 (Ago. 2003), p.101-123.

HOU, Jeffrey - (Not) your everyday public space. In **Insurgent Public Space: Guerrilla Urbanism and the Remaking of Contemporary Cities**. London: Routledge, 2010. ISBN 0-419-18780-4. p.1-17.

IVESON, Kurt - Cities within the City: Do-It-Yourself Urbanism and the Right to the City. **International Journal of Urban and Regional Research**. ISSN 03091317. Vol. 37, Nº 3 (2013), p.941-956.

JOHN, Friedmann - Place and Place-Making in Cities: A Global Perspective. **Planning Theory & Practice**. ISSN 1464-9357. Vol. 11, Nº 2 (Jun. 2010), p.149-165.

KARVONEN, Andrew; HEUR, Bas Van - Urban Laboratories : Experiments in Reworking Cities. **International Journal of Urban and Regional Research**. ISSN 03091317. Vol. 38, Nº 2 (2014), p.379-392.

LABORATÓRIO DE INTERVENÇÕES TEMPORÁRIAS - **Início** [em linha]. Rio de Janeiro: LabIT, 2015. [24 Jul. 2019].
Disponível em WWW:<URL:<http://intervencoestemporarias.com.br/intervencoes-temporarias-no-rio-de-janeiro/>>.

LAGUERRE, Michel S. - **The Informal City**. Londres: Palgrave Macmillan, 1994. ISBN 978-1-349-23542-1.

LEFEBVRE, Henri - **Le droit à la ville**. Paris: Anthropos, 1968. ISBN 978-2-717-85708-5.

LEFEBVRE, Henri; NICHOLSON-SMITH, Donald - **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991. ISBN 978-0-631-18177-4.

LEFEBVRE, Henri; KOFMAN, Eleonore; LEBAS, Elizabeth - **Writings on cities**. Oxford: Blackwell, 1996. ISBN 978-0-631-19188-9

LIMA, Carlos Henrique De - A cidade insurgente : estratégias dos coletivos urbanos e vida pública. **Arquiteturarevista**. Vol. 10, Nº 1 (Jan/Jun. 2014), p.31-36.

LYDON, Mike - **Tactical Urbanism: Short Term Action Long Term Change** [em linha]. 1ª ed. Nova York: The Street Plans Collaborative, 2011. [24 Jul. 2019].
Disponível em WWW:<URL:
https://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/tactical_urbanism_vol.1>.

LYDON, Mike - **Tactical Urbanism: Short Term Action Long Term Change** [em linha]. 2ª ed. Nova York: The Street Plans Collaborative, 2012. [24 Jul. 2019]. Disponível em WWW:<URL: https://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/tactical_urbanism_vol._2-portuguese>.

LYDON, Mike; GARCIA, Anthony - **Tactical Urbanism: Short-term Action for Long-term Change**. Washington: Island Press, 2015. ISBN 978-1-610-91526-7.

MADDEN, Kathleen - **How to turn a place around: a handbook for creating successful public spaces**, New York: Project for Public Spaces Inc., 2005. ISBN 978-0-970-63240-1.

MCCLYMONT, Katie - Stuck in the Process, Facilitating Nothing? Justice, Capabilities and Planning for Value-Led Outcomes. **Planning Practice and Research**. ISSN 1360-0583. Vol. 29, Nº 2 (2014), p.187-201.

MCFARLANE, Colin - Rethinking Informality: Politics, Crisis, and the City. **Planning Theory & Practice**. ISSN: 1464-9357. Vol. 13, Nº 1 (2012), p.89-108.

MIRAFTAB, Faranak - Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South. **Planning Theory**. Vol. 8, Nº 1 (2009), p.32-50.

MOTA, José Carlos Batista Da - Planejamento do Território: Metodologias, Actores e Participação. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2013. Tese de Doutorado.

MOULD, Oli - Tactical Urbanism : The New Vernacular of the Creative City. **Geography Compass**. Vol. 8, Nº 8 (2014), p.529-539.

MOULIN SIMÕES PENALVA SANTOS, Angela; GOMES PEIXOTO MEDEIROS, Mariana; RAMOS PRADO VASQUES, Pedro Henrique - Política Urbana no Rio de Janeiro: entre a cidade do plano e a cidade real. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**. Rio de Janeiro. Nº 2 (Jul. 2013), p.2-21.

NOGUEIRA, Fernando Manuel Martins - Desenvolvimento local: estratégias e competitividade. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2010. Tese de Doutorado.

PFEIFER, Laura - **Tactical Urbanism and the Role of Planners** [em linha]. McGill University: School of Urban Planning, 2013. [24 Jul. 2019]. Disponível em WWW:<URL: digitool.library.mcgill.ca/webclient/StreamGate?folder_id=0&dvs=1564022829735~812&usePid1=true&usePid2=true>.

PIÑÓN DE OLIVEIRA, Márcio - Projeto Rio Cidade: intervenção urbanística, planejamento urbano e restrição à cidadania na cidade do Rio de Janeiro. **Scripta Nova: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona. ISSN 1138-9788. Vol. 12, Nº 270 (2008), p.117.

PIRES, Artur Da Rosa - Breaking the Ties with the Master Plan: Spatial Strategic Plans in Portugal. In Pires, Artur Da Rosa; Albrechts, Louis; Alden, Jeremy (eds.) - **The Changing Institutional Landscape of Planning**. 2ª ed. Londres: Routledge, 2001. ISBN 978-1-138-72154-8. cap IX.

PORTAL CARIOCA DIGITAL - **Alvará de Autorização Transitória para Eventos** [em linha]. Rio de Janeiro: Iplan Rio. [24 Jul. 2019].
Disponível em WWW:<URL:<https://carioca.rio/group/guest/alvara-de-eventos>>.

PORTER, Libby - Informality, the Commons and the Paradoxes for Planning: Concepts and Debates for Informality and Planning. **Planning Theory & Practice**. Vol. 12, Nº 1 (2011), p.115-120.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - **Prefeitura lançou na Tijuca o Rio + Pedestre, para incentivar circulação a pé pelo bairro** [em linha]. Rio de Janeiro: Área de Imprensa. [24 Jul. 2019].
Disponível em WWW:<URL:<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=8729548>>.

PROJECT FOR PUBLIC SPACES - **What is Placemaking** [em linha]. Nova York: PPS, 2008. [24 Jul. 2019].
Disponível em WWW:<<https://www.pps.org/category/placemaking>>.

ROY, Ananya - Strangely Familiar: Planning and the Worlds of Insurgence and Informality. **Planning Theory**. ISSN 14730952. Vol. 8, Nº 1 (2009), p.7-11.

SCHUPBACH, Jason - Defining Creative Placemaking: A Talk with Ann Markusen and Anne Gadwa Nicodemus. **NEA Arts Magazine**. Vol. 3 (2012), p.3-7.

SHANE, David - Transcending type: Designing for urban complexity. **Architectural Design**. ISSN 0003-8504. Vol. 81, Nº 1 (2011), p.128-134.

SILVA, Paulo - Tactical urbanism: Towards an evolutionary cities' approach? **Environment and Planning B: Planning and Design**. ISSN 14723417. Vol. 43, Nº 6 (2016), p.1040-1051.

SPATARO, David - Against a de-politicized DIY urbanism: Food Not Bombs and the struggle over public space. **Journal of Urbanism**. ISSN 17549183. Vol. 9, Nº 2 (2016), p.185-201.

TALEN, Emily - Do-it-yourself urbanism: A history. **Journal of Planning History**. ISSN 15526585. Vol. 14, Nº 2 (2015), p.135-148.

WALLJASPER, Jay; PROJECT FOR PUBLIC SPACES - **The Great Neighborhood Book: A Do-it-Yourself Guide to Placemaking**. Gabriola Island, BC: New Society Publishers, 2007. ISBN 978-0-86571-581-3.

WATSON, Vanessa - Deep difference: Diversity, planning and ethics. **Planning Theory**. ISSN 14730952. Vol. 5, Nº 1 (2006), p.31-50.

WEBB, David - Tactical Urbanism: Delineating a Critical Praxis. **Planning Theory and Practice**. ISSN 1464-9357. Vol. 19, Nº 1 (2018), p.58-73.

WHYTE, William H. - **The Social Life of Small Urban Spaces**. Project for Public Spaces, 1980. ISBN 978-097-0-63241-8.

ZEIGER, Mimi - **The Interventionist's Toolkit: 3, Our Cities, Ourselves** [em linha]. Places Journal, 2011. [24 Jul. 2019].

Disponível em WWW:<URL:<https://placesjournal.org/article/the-interventionists-toolkit-our-cities-ourselves/#0>>.

ANEXOS

- Anexo 1: Entrevista ao LabIT
- Anexo 2: Entrevista a SMU
- Anexo 3: Cartaz de divulgação da intervenção *#becomaravilha*
- Anexo 4: Cartaz de divulgação da intervenção *Rio+Pedestre*

ANEXO 1

Entrevista LabIT

Nome:

Formação:

Atuação na intervenção:

Estrutura e Processo

- 1) Como se deu a compra de materiais?
- 2) Como foram convocados os voluntários?
- 3) Teve operação prévia in loco para a ação?
- 4) Qual a origem dos recursos?
- 5) Além da escola, tiveram outros parceiros externos? Como foi feito o contato?

Interação com as instituições públicas

- 1) O LabIT solicitou autorização da prefeitura? Quanto tempo levou este processo de aprovação?
- 2) O projeto seguiu algum modelo de intervenção proposto pela prefeitura?
- 3) Alguma agência pública atuou no dia? Como foi a relação com a polícia?

Impactos na cidade e na comunidade

- 1) Qual foi a duração total da intervenção (incluindo montagem e desmontagem)?
- 2) É intenção do LabIT que a intervenção seja repetida, replicada ou proposta de forma permanente?

ANEXO 2

Entrevista SMU

Nome:

Formação:

Cargo:

Tempo no cargo:

Atuação na intervenção:

Estrutura e Processo

- 1) Como surgiu a ideia?
- 2) Quem foram os agentes iniciais envolvidos?
- 3) Como se deu a escolha do local?
- 4) Como foram feitas as reuniões e quantas foram?
- 5) Qual foi o material prévio produzido?
- 6) Como se deu a compra de materiais? Quais foram estes materiais?
- 7) Como foi feita a divulgação?
- 8) Como foram convocados os voluntários?
- 9) Como foi a operação prévia in loco para a ação?
- 10) Qual a origem dos recursos? Qual o valor do investimento?
- 11) Quem foram os parceiros externos? Como foi a captação de patrocínio?

Interação com as instituições públicas

- 1) Alguém autorizou no final a intervenção? Quanto tempo levou este processo de aprovação?
- 2) O projeto seguiu algum plano ou modelo de intervenção?
- 3) Quais secretarias foram envolvidas?
- 4) Quais agências atuaram no dia? Como foi a relação com a polícia?

Impactos na cidade e na comunidade

- 1) Qual foi a duração total da intervenção (incluindo montagem e desmontagem)?
- 2) Como foi feita a avaliação dos resultados?
- 3) Como foi o envolvimento e aprovação da comunidade local?
- 4) Quais materiais foram produzidos pós intervenção?
- 5) É intenção da Prefeitura que a intervenção seja repetida, replicada ou permanente?

ANEXO 3

#BECOMARAVILHA

07.11.15
A partir das 12:00 h
Travessa do Liceu -
Saúde, RJ

Intervenção Temporária na Praça Mauá

A intervenção **#becomaravilha** é uma proposta de apropriação e ativação da Travessa do Liceu, localizada próximo à Praça Mauá, entre o Edifício A Noite e o Morro da Conceição. Este “beco” é um espaço público que ficou esquecido após a revitalização recente da praça, dentro do contexto da Cidade Olímpica.

Convidamos os passantes a conhecerem esse local oculto e pouco apropriado da área portuária, oferecendo uma grande área de lazer e convívio aberta ao público, propondo a conexão entre a Praça Mauá revitalizada e a subida do morro.

Traga seu espírito aventureiro e venha cruzar algumas fronteiras da **#cidadeolimpica!**

Realização:
Estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, Escola de Belas Artes da UFRJ, Departamentos de Arquitetura e Design da PUC-Rio e Escola Padre Dr. Francisco Moita, com orientação das professoras Adriana Sansão (PROURB-FAUFRJ), Aline Couri (EBA-UFRJ) e Joy Tili (DAD PUC-Rio).

Promoção:
Lab Prourb

Apoio:
FAPERJ
CNPq

ANEXO 4

RIO + PEDESTRE

SÃO FRANCISCO XAVIER

**VENHA CONVERSAR CONOSCO
SOBRE O DESENHO DAS RUAS
E SEGURANÇA DO PEDESTRE.
PARTICIPE!**

ENCONTRO PARA DISCUSSÃO DE IDEIAS

Terça-feira, 13 de novembro as 15h
Local: Clube Monte Sinai
R. São Francisco Xavier, 104 - Tijuca

AÇÃO URBANA TEMPORÁRIA

Local: Entorno da
Igreja São Francisco Xavier
Dias: 18 e 19 de novembro

Apoio:



LABMOB Laboratório de Mobilidade Sustentável



tembici.



Realização:



Instituto de Políticas de Transporte & Desenvolvimento

Citi Foundation

